

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO nº 080/2026		A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de construção de cerca paraguaia, plantio de mudas de espécies nativas do cerrado e manutenção de plantio de mudas em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha, a serem executados com predominância de mão de obra, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.			
Valor estimado			
R\$ 649.800,00 (seiscentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais).			
Número da compra	Forma de Adjudicação	Licitação exclusiva para ME/EPP	Reserva de cota para ME/EPP
90080/2026	Global	Não	Não
Modo de disputa	Critério de julgamento	Registro de preços	Vistoria/visita técnica
Aberto-Fechado	Menor preço	Não	Sim
Amostra/Demonstração	Predominância de mão de obra	Garantia de execução	Instrumento contratual
Não	Sim	Sim	Termo de contrato
Documentos de habilitação (ver apêndice do termo de referência)			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do Termo de Referência acima indicada.			
Pedidos de esclarecimentos ou impugnações			
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, pelo e-mail: licitacao@dmae.mg.gov.br			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DMAE - Uberlândia pelo endereço https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras , selecionando a Unidade Compradora nº "926287".			
O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.br, e, também, o processo administrativo na íntegra poderá ser acessado no Portal de Transparência do Município de Uberlândia: https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/			

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026

(Processo Administrativo nº 259/2026 - Lei Federal nº 14.133/2021)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO - GLOBAL”

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA

O **Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE**, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e posteriores alterações, torna público que, por meio da Diretoria de Suprimentos, sediada na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, bairro Tibery, CEP 38.405-142, Uberlândia/MG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital.

1 - DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de construção de cerca paraguaia, plantio de mudas de espécies nativas do cerrado e manutenção de plantio de mudas** em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha, a serem executados com predominância de mão de obra, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – O valor global estimado é de R\$ 649.800,00 (seiscentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais), conforme requisições Nº 783, 1355, 1363 e 1364/2026.

1.3 - DOS ITENS/GRUPOS E NÃO EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

1.3.1 - A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3.2 - A licitação é destinada à ampla concorrência.

1.4 - PREVALÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA: A descrição detalhada do objeto consta no Termo de Referência (Anexo 02) que deve ser analisada cuidadosamente pelas participantes da licitação, sendo que, em caso de divergência, com a especificação divulgada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item 2.3 poderá ensejar sua desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - No caso de itens ou grupos destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso permitida sua participação, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

2.6.1 - Nos termos do art. 4º, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os itens cujo valor estimado por 1 (um) ano for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

2.7 - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser observadas as normas previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as exigências de habilitação específicas elencadas no Termo de Referência e seus anexos.

2.8 - Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.4.1 - Entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com o Município de Uberlândia e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

2.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9 - O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 - O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.14 - A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - Caso permitida sua participação, o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (quando permitida sua participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006,

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, quando permitida sua participação.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 - Valor unitário e valor total do(s) item(ns).

4.1.1.1 - A proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for caso, deverão ser registrados, em moeda corrente nacional (R\$) e limitado a 02 (duas) casas decimais (R\$ XX, XX).

4.1.2 - Marca/fabricante (quando for o caso, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para um mesmo item);

4.1.3 - Modelo/versão (se aplicável);

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 - Na licitação que envolva os serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão ou locação de mão de obra para fins de enquadramento tributário, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo a licitante a responsabilidade de elaboração da proposta com a adequada incidência da tributação aplicável.

4.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita

execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital e seus anexos.

4.10 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12 - Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.).

5.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 - O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.7 – Será desclassificada a proposta que não atender ao critério de julgamento definido no edital.

5.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.11 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.12 - O modo de disputa adotado será o **“aberto-fechado”**.

5.13 - Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3 - Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

5.13.4 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.5 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2 - Empresas brasileiras;

5.21.2.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e constará na Ata de Encerramento que integrará os autos do processo licitatório.

5.22.4 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1 - Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), sem prejuízo do procedimento de descon sideração da personalidade jurídica indireta prevista no art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 166 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

6.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6 deste edital.

6.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificado em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, a informação dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizadas no cálculo do valor estimado pela Administração estão indicadas nas planilhas de custos e formação de preços que integram o edital como anexo.

6.7.1 - O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 - Contiver vícios insanáveis;

6.8.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.3.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão

6.8.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3 - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.12.4 - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15 – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16.1 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentação anexa à amostra, esta deverá ser encaminhada juntamente com a amostra.

6.16.2 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.16.3 - É facultada prorrogação do prazo estabelecido no Termo de Referência para a apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada por escrito pelo interessado, antes de findo o prazo

6.16.4 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16.5 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16.6 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.16.7 - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.16.8 - Caso a amostra apresentada se enquadre aos padrões objetivamente estabelecidos no Termo de Referência e demais análises da Diretoria Requisitante a mesma será APROVADA e o solicitante será sumariamente classificado para aquele item.

6.16.9 - Ao fim, a Sessão Pública para análise das amostras será lavrada em Ata, que será publicada no sítio do DMAE, autuada no processo.

6.17 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observada as condições específicas definidas no Termo de Referência.

7.5 - Os documentos exigidos para fins de habilitação serão anexados no sistema em campo próprio.

7.6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 – Caso tenha sido definido no Termo de Referência, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1 - O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá promover AGENDAMENTO, observando as condições fixadas no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2 - Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11 - A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.12 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.14 - A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4.1 - Serão desconsiderados pelo Pregoeiro os recursos interpostos fora do sistema eletrônico ComprasGov.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.uberlandia.mg.gov.br.

9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 - Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na referida norma federal e de acordo com o procedimento definido no Capítulo XIV na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas no Decreto Municipal nº 20.154, de 01 de fevereiro de 2023.

9.2 - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

9.3 - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 e seguintes do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

9.4 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

9.5 - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

9.6 - As sanções serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo

9.7 - Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas

alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10 - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - Atendendo às exigências contidas no artigo 8, §3º da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

10.2 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

10.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

10.4 - O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

10.5 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor de Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no inciso XVI do artigo 23 do Decreto Municipal nº 20.154 de 2023 e suas alterações.

10.6 - Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da contratação.

10.7 - Maiores deliberações acerca da fiscalização contratual estarão previstas no Termo de Referência.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - O pregoeiro declarará a vencedora por meio de relatório final, seguindo os autos posteriormente para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.

11.2 - A Licitante vencedora, após a homologação, conforme disposições contratuais consubstanciadas no Termo de Referência, será convocada para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

11.2.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão contratante.

11.2.2 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@dmae.mg.gov.br.

12.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as dos anexos.

13.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.uberlandia.mg.gov.br.

13.11 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial bem como os cadastrados no SICAF, serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

13.12 - Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.

13.13 - A empresa deverá incluir os domínios @uberlandia.mg.gov.br e @dmae.mg.gov.br na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.

13.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO 02 - Termo de Referência

ANEXO 03 – Relatório de Pesquisa de Preços

ANEXO 04 - Modelo de Proposta Comercial

ANEXO 05 - Minuta de Termo de Contrato

Uberlândia, data da assinatura eletrônica.

Nome Arquivo: 1 EDITAL PE 080.2026 - PLANTIO, MANUTENÇÃO E CERCA.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 20/05/2026 16:57:29

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 21/05/2026 15:27:44



20261361585NEC/PAG

Departamento Municipal de Água e Esgoto:

Área Solicitante: Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade/ Gerência Ambiental

Responsável pela elaboração: Morony Martins Oliveira/ Matrícula: 3172-0

ÍNDICE

1. Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:	2
2. Previsão no Plano de Contratações Anual:	2
3. Requisitos da Contratação:	3
3.1. Padrões de Desempenho e Qualidade	3
3.2. Responsabilidades da Contratada	3
3.3. Materiais e Ferramentas	4
3.4. Transporte e Logística	4
3.5. Comunicação e Fiscalização	5
3.6. Condições de Habilitação e Qualificação	5
3.7. Responsabilidade Legal	5
3.8. Barracas de Proteção	6
4. Quantidades:	6
5. Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução:	6
5.1. Execução Direta pelo Quadro de Funcionários do DMAE	7
5.2. Uso de Equipamentos Mecanizados Pesados (Tratores)	8
6. Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:	8
7. Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:	9
7.1. Solução Técnica:	9
8. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:	13
9. Contratações Correlatas ou Interdependentes:	14
10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos:	14
11. Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:	14
12. Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:	15
13. Análise de Riscos	16
14. Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021	16
15. Posicionamento Conclusivo:	16

1. Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:

Almejando garantir água suficiente e de qualidade para o abastecimento público de Uberlândia e de suas atividades rurais, o DMAE, em cumprimento da legislação vigente, criou o Programa Buriti a fim de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanentes (APPs) localizadas nas bacias dos Rios Araguari e Uberabinha e do Ribeirão Bom Jardim à montante dos sistemas de captação de abastecimento público e a jusante na bacia do Rio Uberabinha, os quais são responsáveis pelo abastecimento da cidade. O programa foi regulamentado pela Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações – nº 11.806/2014, nº 12.736/2017 e nº 14.405/2025, e possui área de atuação de 1280 km².

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelo Programa Buriti, há o trabalho de construção de cerca paraguaia para delimitar as Áreas de Preservação Permanente (APP), bem como a revegetação de áreas em estado de degradação por meio do plantio e da manutenção de espécies nativas do bioma cerrado. A integração dessas ações contribui diretamente com a segurança hídrica da população uberlandense.

Assim, em função do reduzido quadro de servidores existentes no Programa Buriti, há a necessidade da contratação de mão de obra para a execução contínua dos seguintes serviços em Áreas de Preservação Permanentes situadas à montante das captações nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante na bacia do Rio Uberabinha:

- Construção de 10.000 metros lineares de cerca paraguaia;
- Plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado;
- Manutenção em plantio de 30.000 mudas (etapas de março/abril e novembro/dezembro de 2027);
- Manutenção em plantio de 15.000 mudas (etapa de março/abril de 2028).

Os trabalhos serão realizados nas propriedades da zona rural do município de Uberlândia que estão inseridas no programa, distanciadas de 15 km a 70 km do centro (média de 40 km do perímetro urbano). A contratada deverá apresentar no mínimo de seu corpo operacional, no início dos trabalhos até a conclusão do contrato, 05 (cinco) funcionários, sendo que 01 (um) deverá ser contratado como encarregado de campo.

2. Previsão no Plano de Contratações Anual:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme

publicado no Portal da Transparência em 13 de junho de 2025.

INSTALACAO/MANUTENCAO - CERCA/ALAMBRADO/TELA: código 1008526

PLANTIO DE ARVORE – MO: código 1009140

AGRICULTURA-PREPARACAO/PLANTIO/COLHEITA: código 1009144

As demais informações dos itens previstos no Plano de Contratação Anual de 2026 como Id PCA no PNCP, Data de publicação no PNCP, Id do item no PCA, Classe/Grupo, Identificador da Futura Contratação, conforme publicação no Portal da Transparência em 13 de junho de 2025, não estão contempladas no instrumento.

3. Requisitos da Contratação:

A contratação de mão de obra para a construção de cerca paraguaia, plantio de mudas de espécies nativas do cerrado e manutenção em plantio em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) deve atender a requisitos técnicos, operacionais e legais que garantam a execução eficiente e adequada dos serviços. Esses requisitos foram definidos com base nas especificidades do Programa Buriti, no contexto das bacias hidrográficas do Rio Araguari, Rio Uberabinha e Ribeirão Bom Jardim, e nas características logísticas das áreas rurais onde os serviços serão realizados.

3.1. Normas Aplicáveis

- Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), Lei nº 12.727/2012, Lei Estadual nº 20.922/2013: Proteção Ambiental
- Lei Municipal nº 10.066/2008 e alterações (nº 11.806/2014, nº 12.736/2017 e nº 14.405/2025): Programa Buriti
- NR-6 (EPI), NR-31 (Segurança no Campo), NR-31.16 (Transporte de Trabalhadores): Segurança e Saúde no Trabalho
- Decreto Federal nº 7.746/2012: Sustentabilidade
- Decreto Municipal nº 20.154/2023: Plano de Contratações Anual
- NR-24: Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, quando houver alojamento;
NR-26: Sinalização, rotulagem e segurança no manuseio de produtos químicos;
NR-12: Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

Lei Federal nº 14.785/2023 e regulamentos correlatos: armazenamento, transporte e aplicação de produtos fitossanitários.

3.2. Padrões de Desempenho e Qualidade

Os serviços devem ser executados conforme padrões objetivos e usuais no mercado, garantindo a padronização das técnicas de construção da cerca paraguaia, do plantio de mudas nativas e das etapas de manutenção florestal. A qualidade dos serviços será avaliada com base na conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência. A contratada deverá garantir que os serviços sejam realizados de forma a preservar as APPs e contribuir para a segurança hídrica da população uberlandense.

3.3. Responsabilidades da Contratada

A contratada será responsável por:

- Executar a construção da cerca paraguaia, o plantio e as manutenções conforme as diretrizes estabelecidas, utilizando os materiais e insumos fornecidos pela contratante.
- Garantir que os serviços sejam realizados dentro dos prazos e cronogramas estipulados e nas áreas previamente delimitadas pelo Programa Buriti.
- Substituir ou refazer imediatamente quaisquer serviços executados em desconformidade com os requisitos técnicos (incluindo o replantio de mudas não sobreviventes, conforme os índices e etapas previstos).
- Manter uma equipe mínima de cinco funcionários, sendo quatro trabalhadores operacionais e um encarregado de campo, durante toda a execução do contrato, além de disponibilizar equipe de apoio (três funcionários) para o carregamento das mudas e insumos nas sedes do DMAE, quando necessário.

3.4. Materiais e Ferramentas

Os materiais necessários para a construção das cercas (mourões, arames, postes e bobs/catracas), bem como as mudas nativas e os insumos (calcário, adubos NPK, gel hidratado e formicida), serão fornecidos pela contratante e transportados até as sedes das propriedades

rurais selecionadas ou em local aprovado pelo técnico do DMAE (dentro das propriedades a serem atendidas). Quanto aos esticadores de arame (bobs/catracas): será utilizado inicialmente todo o estoque de bobs existente no almoxarifado do DMAE. Após o esgotamento, a Contratante passará a fornecer e padronizar o uso exclusivo de catracas, compatíveis com o arame especificado.

A distribuição interna de todos esses materiais e insumos (da sede da propriedade até o local exato do plantio ou do cercamento) será de inteira responsabilidade da contratada. Além disso, a contratada deverá providenciar todas as ferramentas, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

3.5. Transporte e Logística

O transporte de funcionários e equipamentos até os locais de execução dos serviços será de responsabilidade da contratada. Os veículos utilizados deverão atender às normas de segurança estabelecidas na Norma Regulamentadora NR 31.16, garantindo condições adequadas de transporte, com compartimentos separados para passageiros e materiais/ferramentas. Adicionalmente, o veículo da contratada deverá ser submetido à vistoria prévia pela equipe técnica do núcleo de controle da frota do DMAE antes do início de cada fase de execução (cercamento, plantio e cada manutenção).

3.6. Comunicação e Fiscalização

Durante a execução dos serviços, o encarregado da contratada será o ponto único de contato com a fiscalização do Programa Buriti. A comunicação operacional ocorrerá por canal rápido (telefone/WhatsApp institucional ou equivalente), sem obrigatoriedade de contato formal diário, desde que a execução siga a programação e os padrões estabelecidos.

É obrigatória a comunicação imediata por evento sempre que ocorrer situação que possa impactar prazo, qualidade, segurança, logística ou medição, incluindo: impedimento de acesso, necessidade de reprogramação (por chuvas intensas ou veranicos prolongados), risco de falta de materiais/insumos, identificação de laje em ponto crítico, mortalidade elevada de mudas ou ataques severos de pragas, ocorrência de acidente/incidente ou qualquer necessidade de ajuste operacional que dependa de anuência da fiscalização. A equipe do Programa Buriti fiscalizará a correta utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos funcionários da contratada, conforme a norma técnica NR 31.

3.7. Condições de Habilitação e Qualificação

A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Além disso, deverá garantir que sua equipe esteja capacitada para executar as técnicas de cercamento e possua domínio prático no plantio e manutenção de mudas nativas, seguindo rigorosamente as especificações técnicas e orientações do corpo técnico do Programa Buriti.

3.8. Responsabilidade Legal

A contratada responderá cível, criminal e administrativamente por todos os danos e prejuízos causados à contratante, aos usuários ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços. É expressamente proibido o uso de equipamentos que gerem fogo para aquecimento de alimentos nos locais de trabalho, assim como o uso de fogo para limpeza da área ou a aplicação de capina química (herbicidas), visando evitar a propagação de incêndios e contaminações nas APPs.

3.9. Barracas de Proteção

Devido à distância das áreas rurais em relação às residências, a contratada deverá fornecer barracas de lona (tendas) para proteção dos funcionários contra intempéries climáticas, bem como para abrigar adequadamente os trabalhadores durante seus intervalos de alimentação e descanso.

4. Quantidades:

Para a execução das atividades nas propriedades rurais aderidas ao Programa Buriti, será necessária a contratação de mão de obra para a execução dos seguintes quantitativos em Áreas de Preservação Permanentes situadas à montante das captações nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante das captações na bacia do Rio Uberabinha:

- Construção de 10.000 metros lineares de cerca paraguaia;
- Plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do bioma cerrado;
- Serviço de Manutenção em plantio de 30.000 mudas (referente a duas etapas de execução ao longo de 2027);
- Serviço de Manutenção em plantio de 15.000 mudas (referente a uma etapa de execução

no início de 2028).

Ajustes no escopo do contrato podem ser necessários. Alterações no cronograma, variação na metragem de cerca ou na quantidade de mudas em cada propriedade, bem como a desistência ou inclusão de propriedades, podem ocorrer, desde que as propriedades adicionadas estejam dentro da área de atuação do programa. Independentemente dos ajustes internos realizados no escopo por propriedade, a quantidade total inicial de metros de cerca, bem como de mudas plantadas e submetidas às três manutenções previstas, será preservada. Os ajustes serão previamente informados à Contratada, garantindo a transparência e a previsibilidade do processo.

5. Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução:

O mercado de potenciais prestadores para os serviços desta contratação possui opções consolidadas, uma vez que as rotinas gerais para a execução dos trabalhos (cercamento, plantio de mudas nativas e manutenção florestal) são padronizadas e amplamente praticadas na região. No entanto, após análise criteriosa das alternativas disponíveis, concluiu-se que a terceirização para a prestação indireta dos serviços é a solução mais adequada para atender às demandas do Programa Buriti. Essa decisão se fundamenta em diversos fatores relacionados à natureza do programa, à capacidade operacional do DMAE e à experiência acumulada ao longo dos anos. Desde 2009, o Programa Buriti adota a estratégia de terceirização para a execução de cercamentos em APPs e atividades de recuperação vegetal, comprovando sua eficácia e viabilidade técnica, econômica e operacional. Nos últimos anos, foram executados grandes volumes de cercamento, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 1: Metros lineares de cerca paraguaia executados nos últimos anos pelo Programa Buriti

Ano	Metros Lineares de Cerca Executados
2024	8.093
2023	20.724
2022	37.889
2021	43.589
2020	59.527
2019	63.785

Esses números demonstram não apenas a capacidade do mercado local em responder à demanda, mas também a consistência e qualidade dos serviços prestados pelas empresas contratadas. A terceirização permite que o DMAE concentre seus esforços na gestão estratégica do programa, enquanto empresas especializadas executam as atividades operacionais em campo, garantindo maior eficiência e cumprimento dos prazos estabelecidos tanto para a delimitação das áreas quanto para o seu reflorestamento.

Análise de Alternativas

Outras alternativas foram avaliadas durante o levantamento de mercado, incluindo a execução direta dos serviços pelo quadro de funcionários do DMAE e o uso de equipamentos mecanizados pesados, como tratores com perfuradores de solo ou implementos de preparo de área. No entanto, essas opções foram descartadas por razões técnicas, logísticas e econômicas, conforme detalhado abaixo:

5.1. Execução Direta pelo Quadro de Funcionários do DMAE

A execução direta dos serviços de cercamento, bem como o plantio das 15.000 mudas e a condução das três etapas de manutenção, foi descartada devido à limitação de recursos humanos disponíveis no Programa Buriti. O número reduzido de servidores impede que a autarquia assuma diretamente a execução dos trabalhos, especialmente considerando a complexidade logística envolvida, como o transporte de materiais, mudas e insumos, além da mobilização contínua de equipes em áreas rurais distantes (média de 40 km e máxima de 70 km do perímetro urbano). Além disso, a execução direta exigiria a alocação de recursos adicionais para aquisição de equipamentos e ferramentas específicas para todas as frentes de serviço, o que inviabilizaria economicamente a operação.

5.2. Uso de Equipamentos Mecanizados Pesados (Tratores)

Uma alternativa avaliada foi a utilização de tratores equipados com perfuradores de solo para facilitar a instalação dos mourões e esticadores, ou com implementos pesados para o preparo do solo nas áreas de plantio. No entanto, essa opção foi considerada inviável por diversos motivos:

- **a) Condições de Relevo e Solo:** As Áreas de Preservação Permanente (APPs) onde os serviços serão realizados apresentam características desafiadoras, como solos rochosos, declives acentuados e áreas úmidas (veredas). Nessas condições, o uso de maquinário pesado seria ineficiente ou impossível, aumentando o risco de danos ao equipamento e comprometendo a qualidade do serviço.
- **b) Logística de Transporte:** O transporte de tratores para áreas rurais distantes exigiria veículos especiais, como carretas ou caminhões com guindastes, o que aumentaria

significativamente os custos logísticos. Além disso, muitas das propriedades rurais selecionadas possuem acessos precários, com estradas de terra que podem ser impraticáveis para veículos pesados, especialmente nos períodos chuvosos, época em que o plantio deve ser obrigatoriamente executado.

- **c) Impacto Ambiental:** O uso de tratores em APPs pode causar impactos ambientais negativos, como compactação do solo, danos à vegetação nativa remanescente e erosão. Esses impactos contrariam frontalmente os objetivos do Programa Buriti, que visa proteger e recuperar as APPs para garantir a segurança hídrica da população uberlandense. Por essa razão, a solução adotada prevê a intervenção com métodos manuais e equipamentos leves (como escavadeiras manuais e roçadeiras portáteis), que são ambientalmente adequados para essas áreas de preservação.

6. Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:

Os valores estimados referentes aos itens da contratação são de **R\$ 649.800,00 (seiscentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária. Os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa no PNCP, internet e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI (Tabela SINAPI, base: fevereiro/2026), mantido pela Caixa Econômica Federal em convênio com o IBGE, nos termos do art. 23, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O orçamento deverá ser aberto, pois se entende que dar o parâmetro econômico aos licitantes é mais vantajoso para a contratação em tela pois entendemos que o mercado se interessará mais pelo produto sabendo de antemão seu preço estimado.

7. Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:

A solução proposta compreende não apenas a execução inicial (cerca e plantio), mas também o acompanhamento técnico posterior através de 03 (três) etapas de manutenção programada, conforme detalhado no Termo de Referência e cronograma físico-financeiro. Estas etapas são essenciais para garantir o pegamento das mudas e a integridade das cercas contra intempéries iniciais.

Quanto à Assistência Técnica, a Contratada responderá pela garantia legal dos serviços executados e materiais empregados (como o estiramento do arame e estabilidade dos

palanques), nos termos da legislação vigente e do Código de Defesa do Consumidor, devendo realizar reparos sem custos adicionais à Administração caso sejam identificados vícios de execução ou defeitos nos materiais dentro do prazo de garantia, desde que não decorrentes de vandalismo ou eventos naturais extremos.

7.1. Solução Técnica:

A escolha da solução técnica para a contratação de mão de obra especializada para a construção de cerca paraguaia, plantio de mudas e manutenção florestal em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) foi baseada em uma análise criteriosa das necessidades operacionais, técnicas e logísticas do Programa Buriti. Os principais aspectos considerados incluem:

7.1.1. Especificações Técnicas da Cerca Paraguaia

- **Estrutura da Cerca:**

- A cerca será construída preferencialmente com cinco fios de arame liso, distribuídos uniformemente ao longo de toda a extensão, admitindo-se o uso excepcional de arame farpado como medida de reforço apenas em trechos com solo pouco firme, mantendo-se a funcionalidade e segurança do cercamento.
- Postes serão instalados a cada 3,50 metros, enquanto esticadores serão posicionados a cada 75 metros. Em curvas ou áreas específicas (como aguadas e porteiras), os espaçamentos podem ser ajustados conforme necessário.
- Deve ser realizada roçada operacional obrigatória numa faixa total de 2,0 m (dois metros) ao longo do traçado da cerca, sendo 1,0 m (um metro) para cada lado do eixo, sempre que houver vegetação rasteira ou gramínea que dificulte a execução.
- Altura padrão máxima de 1,50 metro para postes e esticadores após instalação.

- **Fixação dos Esticadores:**

- Nos esticadores, poderão ser colocadas travessas de madeira (uma ou duas, conforme necessidade).
- Outra travessa de madeira poderá ser fixada no esticador e no solo para melhor fixação. Os fios deverão passar por dentro dos postes através de furos com diâmetro de 3/8" (nove milímetros e meio). Furos adicionais também serão feitos nos esticadores para colocar o pino do bob ou o dispositivo equivalente da catraca. Em caso de laje contínua que inviabilize a fixação padrão, será adotada a concretagem dos esticadores e cantos.

- **Materiais Necessários:**

- Os materiais necessários para a construção da cerca (mourões, arames, postes e bobs/catracas) serão fornecidos pela contratante, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Estimativa de material para a construção de 1.000 metros lineares de cerca

Material	Especificação	Quantidade
Esticador	Mourão de eucalipto tratado com 2,80 metros de comprimento e diâmetro de 16 a 18 cm, com anti-racha	14
Poste	Mourão de eucalipto tratado com 2,20 metros de comprimento e diâmetro de 10 a 12 cm, com anti-racha	285
Poste	Mourão de eucalipto tratado com 1,50 metros de comprimento e diâmetro de 6 a 8 cm	4
Arame	Liso, ovalado, galvanizado, 15/17 (Rolo com 1.000 metros).	5
Esticadores (bobs/catracas)	Bob galvanizado de chapa de tubo de 1,5 mm com pino para travamento ou catraca esticadora galvanizada compatível. Observação: uso inicial dos bobs em estoque e, após término, adoção exclusiva de catracas.	65

7.1.2. Especificações Técnicas do Plantio e Manutenção Florestal

- Procedimentos de Plantio:**

- Compreende a roçagem mecânica da área, coroamento (diâmetro de 1,0 m), coveamento nas dimensões de 0,3m x 0,3m x 0,3m no espaçamento de 3m x 3m, calagem (200g de calcário), adubação (200g de NPK 04-14-08 ou 100g 08-28-16), aplicação de gel hidratado (4g/L) e controle de formigas com formicida granulado.

- Procedimentos de Manutenção (Três Etapas):**

- Engloba o coroamento das mudas, adubação de cobertura (100g de NPK 20-05-20), controle contínuo de pragas, avaliação de sobrevivência, roçada geral mecânica (na 1ª e 3ª manutenções) e o replantio de até 25% das mudas mortas (na 2ª manutenção) utilizando os mesmos critérios do plantio inicial.

- Restrições Ambientais:**

- É expressamente proibido o uso de fogo para limpeza da área e a utilização de capina química (herbicidas) em qualquer fase do serviço.

- **Materiais e Insumos:**

- As mudas de espécies nativas do cerrado e os insumos (calcário dolomítico, adubos NPK, gel hidratado e formicida) serão integralmente fornecidos pelo DMAE.

7.1.3. Ferramentas e Equipamentos

- Para o cercamento, a contratada deverá providenciar ferramentas como escavadeiras manuais, furadeiras, motosserras, alicates, enxadadas, foices e roçadeiras.
- Para o plantio e manutenção, a contratada providenciará veículos (caminhão ou trator agrícola) para a distribuição interna das mudas e insumos na propriedade, além de roçadeiras mecânicas, enxadadas, enxadões, tesouras, facas e reservatórios para o preparo do gel hidratado.

7.1.4. Equipe Operacional e Logística

- **Equipe Mínima:**

- A contratada deverá manter uma equipe mínima de 5 funcionários, sendo 4 trabalhadores operacionais e 1 encarregado de campo, aplicável a todos os serviços (cerca, plantio e manutenção). Adicionalmente, fornecerá apoio de 3 funcionários para o carregamento das mudas e insumos na sede do DMAE, quando programado.
- A demarcação/delimitação do traçado e das áreas de plantio será realizada pela Contratante (corpo técnico do Programa Buriti).

- **Transporte e Distribuição de Materiais:**

- O transporte logístico primário será de responsabilidade da Contratante, observando as seguintes regras:
 - materiais de cerca serão entregues na sede da propriedade (ou ponto de entrega definido pela fiscalização, dentro da propriedade);
 - mudas e insumos de plantio serão entregues na sede ou no local mais próximo da área de plantio que o caminhão suporte acessar, mediante decisão exclusiva do técnico do DMAE responsável.
- A distribuição interna de todos os materiais, mudas e insumos, partindo do ponto de descarga definido pelo DMAE até as frentes exatas de serviço, será de inteira responsabilidade da contratada.
- O transporte de funcionários e equipamentos deverá seguir a Norma Regulamentadora NR 31.16, com compartimentos separados e vistoria prévia da frota.

- **Distância das Propriedades Rurais:**

- As propriedades rurais estão localizadas à montante das captações do Ribeirão Bom Jardim e dos Rios Uberabinha e Araguari. A distância média das propriedades até o perímetro urbano é de 40 km, com a maior distância atingindo 70 km.

7.1.5. Metodologia de Delimitação das APPs

- A metodologia utilizada para a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) será baseada nas legislações aplicáveis: Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro), Lei Federal nº 12.727/2012 e Lei Estadual nº 20.922/2013 (Minas Gerais). A demarcação será de responsabilidade da contratante.

7.1.6. Horário de Expediente e Condições de Trabalho

- **Horário de Expediente:** Segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h00 e das 12h30 às 17h00. Excepcionalmente, horários alternativos poderão ser pactuados devido a condições climáticas.
- **Proteção dos Funcionários:** Barracas de lona serão fornecidas pela contratada para proteger os funcionários contra intempéries climáticas e para intervalos de alimentação. É proibido o uso de equipamentos que gerem fogo nas APPs.
- **Comunicação:** O encarregado será o ponto de contato diário com a fiscalização. Exige-se comunicação imediata sobre qualquer evento que impacte a operação (chuvas, falta de insumos, lajes no solo, mortandade de mudas, etc.).

7.1.7. Impactos Técnicos e Ambientais

- **Condições do Terreno:** Os serviços ocorrerão no limite e interior das APPs, que podem apresentar solos com perfil rochoso, declives acentuados e áreas úmidas (veredas). A contratada deverá estar preparada para lidar com essas condições garantindo a durabilidade da cerca e o pegamento das mudas.
- **Benefícios Ambientais:** A integração do cercamento com a recomposição vegetal nativa contribuirá fortemente para a recarga do lençol freático, redução do assoreamento dos corpos hídricos e preservação direta das nascentes.

7.2. Solução Processual:

- **Adesão à Ata de Registro de Preços:** Avaliou-se a possibilidade, mas esta alternativa foi descartada devido à dificuldade de encontrar objetos perfeitamente compatíveis com as especificações técnicas singulares exigidas para a construção de cerca paraguaia atrelada aos serviços de recomposição florestal do cerrado em APPs.
- **Pregão Eletrônico:** A realização de um Pregão Eletrônico foi escolhida como a solução

mais adequada, pois atrai empresas especializadas da cidade e região, garantindo competitividade, economicidade e transparência no processo licitatório, além de permitir o uso da inversão de fases para garantir a capacidade técnica das licitantes

8. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:

A decisão de não parcelar a contratação foi baseada em análises técnica, econômica e operacional, considerando as especificidades do Programa Buriti e os desafios logísticos de mobilizar equipes em áreas rurais para a execução integrada de cercamento, plantio de mudas e manutenções florestais. A contratação consolidada tem sido eficiente desde a criação do programa em 2009, garantindo a entrega dos serviços dentro dos prazos e padrões de qualidade. O objeto é indivisível e seu parcelamento é inviável, pois a execução dessas atividades deve ocorrer sob coordenação única, com padronização construtiva e silvicultural, além de responsabilidade técnica e operacional integrada. O parcelamento por trechos ou frentes de trabalho aumentaria os custos globais e geraria ineficiência logística, com a duplicação de mobilização de equipes, deslocamentos e ferramentas. Além disso, comprometeria o cronograma e aumentaria a complexidade da fiscalização, gerando riscos de descontinuidade e dificuldade de responsabilização por falhas.

Portanto, a adjudicação conjunta e consolidada permite economias de escala, reduz riscos operacionais e garante maior eficiência, rastreabilidade, qualidade e o efetivo cumprimento dos objetivos de proteção e recuperação hídrica do DMAE.

9. Contratações Correlatas ou Interdependentes:

A presente contratação é realizada pelo Programa Buriti para preservação e recuperação das APPs situadas à montante e a jusante das captações do DMAE. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2028, de modo a cobrir a execução inicial e final dos cercamentos, plantio e manutenção das mudas de espécies nativas.

10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos:

Com a solução adotada, esta administração espera contribuir com a segurança hídrica da população uberlandense, visto que as ações que serão desenvolvidas com a pretendida contratação irão contribuir com a recarga do lençol freático em razão do aumento da infiltração de água no solo, com a redução do assoreamento dos corpos hídricos e das nascentes, dentre

outros benefícios.

11. Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:

- a) Após a consolidação deste ETP, serão produzidas as fases a seguir:
 - I. Realizar a pesquisa de preços e confeccionar o Ato de Consolidação do Orçamento;
 - II. Finalizar o Termo de Referência Provisório;
 - III. Consolidar o Termo de Referência com os valores estimados na pesquisa de preços;
 - IV. Confeccionar a Requisição e demais documentos que instruirão o Documento de Formalização da Demanda;
 - V. Elaborar o Documento de Formalização da Demanda;
 - VI. Enviar toda a documentação para a Diretoria de Suprimentos, requerendo a abertura do processo licitatório.
- b) A equipe de fiscalização do contrato já é experiente e não será necessário o treinamento e capacitação de novos servidores para o acompanhamento até a assinatura do contrato.

12. Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:

O uso de materiais e equipamentos devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de forma a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental. De acordo com o Decreto nº 7.746/2012, em seu Art. 2º, alguns critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser adotados na aquisição de serviço da administração pública são: i) baixo impacto sobre recursos naturais; ii) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; iii) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; iv) - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; v) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos serviços.

A partir da contratação, o DMAE espera contribuir com a segurança hídrica da população uberlandense, visto que as ações que serão desenvolvidas com a pretendida contratação irão contribuir com a recarga do lençol freático em razão do aumento da infiltração de água no solo, com a redução do assoreamento dos corpos hídricos e das nascentes, dentre outros benefícios.

13. Análise de Riscos

A análise de riscos referente à presente contratação será apresentada em documento apartado, conforme permite o art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e consta como apêndice integrante deste Estudo Técnico Preliminar. O documento de Análise de Riscos contempla a identificação e priorização dos riscos relevantes, as causas e consequências estimadas, as probabilidades de ocorrência e os impactos, as medidas de mitigação propostas e a alocação de responsabilidades entre Contratante e Contratada.

14. Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021

Os elementos opcionais que não foram contemplados neste estudo foram dispensados por não se adequarem ao caso concreto, conforme permissivo do art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15. Posicionamento Conclusivo:

Assim, entende-se que a contratação em questão, com as especificidades acima detalhadas, é a solução adequada para a questão enfrentada pela administração no momento, sendo o gasto público empenhado nos moldes aqui descritos vantajoso para a administração municipal e, por consequência, aos administrados.

Uberlândia, 8 de abril de 2026.

Morony Martins Oliveira
Engenheiro Agrônomo

Nome Arquivo: ETP_CERCA_PLANTIO_MANUTENCAO.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 12/05/2026 11:46:22



ASSINATURA DIGITAL

b772cfc7b6471d268943346e752331c7

Nome Arquivo: ETP_CERCA_PLANTIO_MANUTENCAO.pdf

Documento autenticado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA

Certificado: **9529066e***92ced101**86ce1*****73e1**

Data Validade Certificado: 12/08/2026

Data: 12/05/2026



ASSINATURA DIGITAL

e233156e280906ce4d06d4e7ffc2e892

Nome Arquivo: ETP_CERCA_PLANTIO_MANUTENCAO.pdf

Documento autenticado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **8c363faa***3387b04f**fb965*****f787**

Data Validade Certificado: 26/01/2027

Data: 12/05/2026



ASSINATURA DIGITAL

7a76f992860144301f516f558b633fa8

Nome Arquivo: ETP_CERCA_PLANTIO_MANUTENCAO.pdf

Documento autenticado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **8c363faa***3387b04f**fb965*****f787**

Data Validade Certificado: 26/01/2027

Data: 12/05/2026



ASSINATURA DIGITAL

567800af055b2973791636b81e34bcbb

Nome Arquivo: 2 ANEXO 01 - Estudo Técnico Preliminar.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 20/05/2026 16:57:29

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 21/05/2026 15:27:44



20261361585NEC/PAG

Data	Órgão Solicitante	Número da requisição
09/04/2026	Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia – Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade- Gerência Ambiental	783, 1355, 1363, 1364/2026

SUMÁRIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	3
Valor Estimado	7
Prazo de vigência	7
Do Reajuste Contratual (Art. 135, I, da Lei nº 14.133/2021)	8
Da Repactuação dos Preços Contratados (Art. 135, II, da Lei nº 14.133/2021)	9
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	11
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS	11
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	12
Sustentabilidade:	12
Da exclusividade de participação de ME e EPP	12
Da participação de consórcios	12
Da participação de cooperativas	12
Da Subcontratação	13
Da Cláusula Anticorrupção	13
Garantia da contratação	14
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	15
Condições de Execução	15
5.8. Materiais a serem disponibilizados	39
Informações relevantes para o dimensionamento da proposta	43
Especificação da garantia do serviço	43
Uniformes	43
Transição Contratual	44
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	44
Do Preposto	46
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	47
Do Recebimento	47
Liquidação	49
Prazo de pagamento	51

Forma de pagamento	52
8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES	55
Obrigações do contratante	55
Obrigações do contratado	56
Obrigações especiais	58
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO	58
Forma de seleção	58
Critérios de aceitabilidade e julgamento da proposta	59
Exigências de habilitação	59
Habilitação jurídica, fiscal, social e Trabalhista	59
Vistoria Prévia	60
Qualificação Técnica	61
DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL	61
QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL	62
9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	64

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de construção de cerca paraguaia, plantio de mudas de espécies nativas do cerrado e manutenção de plantio de mudas em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha, a serem executados com predominância de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	AC	<p>Serviço de construção de CERCA PARAGUAIA em Áreas de Preservação Permanente (APP), nas propriedades rurais aderidas ao Programa Buriti – DMAE à montante das captações de abastecimento público nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha.</p> <p>Os serviços serão realizados no período da seca e incluem: roçada operacional, instalação de postes/esticadores com reforços estruturais, passagem e tensionamento de fios, estruturas especiais (porteiras, tronqueiras, corredores e similares) e tratamento de terreno pedregoso/saprolito/laje (inclusive concretagem pontual).</p> <p>Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários.</p> <p>Medição mensal por metros lineares atestados.</p>	1008526	METROS LINEARES	10.000

		<p>Esse serviço deverá ser executado entre junho a outubro de 2026.</p> <p>Poderá haver retenção de impostos.</p>			
2	AC	<p>Serviço de PLANTIO DE MUDAS. Espécies nativas do cerrado, mão de obra para plantio de 15000 mudas nativas do bioma cerrado, de outubro a novembro de 2026, visando a recuperação de áreas de preservação permanente (app) em estado de degradação. Programa buriti lei nº 10.066/2008. Alterada pelas leis nº 11806/2014, 12736/2017 e 14.405/2025.</p> <p>O serviço compreenderá diversas etapas sequenciais, iniciando com a roçagem mecânica da área e o coroamento manual com diâmetro mínimo de 1,0 metro. Em seguida, será feito o coveamento nas dimensões de 0,3 m x 0,3 m x 0,3 m, a calagem e a adubação de plantio. Para garantir o pegamento, será adicionado gel hidratado na cova, seguido do plantio cuidadoso da muda e da realização do controle de pragas (formigas cortadeiras) utilizando formicida granulado.</p> <p>Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários.</p> <p>Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO).</p> <p>Esse serviço deverá ser executado em outubro e novembro de 2026.</p>	1009140	MO	1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA DE ESGOTO - DMAE

Atualização 11/outubro de 2024 -

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico, Concorrência, Inexigibilidades e Dispensas

		Poderá haver retenção de impostos.			
3	AC	<p>Serviço de MANUTENÇÃO EM PLANTIO, totalizando 30.000 unidades de intervenção, correspondente à execução de 02 etapas completas de manutenção sobre o lote de 15.000 mudas plantadas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, a serem plantadas no final de 2026, que serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025.</p> <p>O serviço de manutenção tem por objetivo assegurar o estabelecimento e o desenvolvimento das mudas plantadas. As atividades incluem a capina com enxada em torno de cada muda (coroamento com diâmetro mínimo de 1,0 m), adubação de cobertura, e o controle de pragas com formicida granulado. Dependendo da etapa cronograma, também serão executadas a roçada geral mecânica da área plantada e o replantio de até 25% das mudas que não vingarem no plantio.</p> <p>Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários.</p> <p>Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor</p>	1009144	MO	1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA DE ESGOTO - DMAE

Atualização 11/outubro de 2024 -

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico, Concorrência, Inexigibilidades e Dispensas

		<p>global do pacote de Mão de Obra (MO).</p> <p>Esse serviço deverá ser executado em março e abril de 2027 e novembro e dezembro de 2027.</p> <p>Poderá haver retenção de impostos.</p>			
4	AC	<p>Serviço de MANUTENÇÃO EM PLANTIO, totalizando 15.000 unidades de intervenção, correspondente à execução de 01 etapa completa de manutenção sobre o lote de 15.000 mudas plantadas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, que serão plantadas no final de 2026, que serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025.</p> <p>O serviço de manutenção tem por objetivo assegurar o estabelecimento e o desenvolvimento das mudas plantadas. As atividades incluem a capina com enxada em torno de cada muda (coroamento com diâmetro mínimo de 1,0 m), adubação de cobertura, e o controle de pragas com formicida granulado. Dependendo da etapa cronograma, também serão executadas a roçada geral mecânica da área plantada e o replantio de até 25% das mudas que não vingarem no plantio.</p>	1009144	MO	1

		<p>Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários.</p> <p>Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO).</p> <p>Esse serviço deverá ser executado em março e abril de 2028.</p> <p>Poderá haver retenção de impostos.</p>			
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Valor Estimado

1.3. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

1.4. Os valores estimados referentes aos itens da contratação são de **R\$ 649.800,00 (seiscentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2028, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Do Reajuste Contratual (Art. 135, I, da Lei nº 14.133/2021)

1.6. O preço definido no instrumento contratual será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou a data de alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato;

1.7. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), após 12 (doze) meses da data da consolidação do orçamento estimado, com reflexo no contrato, em relação aos custos dos materiais, equipamentos e insumos, necessários a execução do contrato, devendo

o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida;

1.8. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;

1.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.10. A data de consolidação do orçamento é: **09/04/2026**

1.11. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

1.12. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, observado o disposto no subitem nº 1.7 deste Termo.

1.13. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

1.14. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Da Repactuação dos Preços Contratados (Art. 135, II, da Lei nº 14.133/2021)

1.15. Os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais em se tratando dos custos decorrentes do mercado, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado;

1.16. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

1.17. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação;

1.17.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada

1.18. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos

distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

1.19. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

1.20. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

1.21. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021)

1.22. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

1.22.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos

1.22.2. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

1.23. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

1.24. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

1.24.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

- 1.25. Na eventual prorrogação contratual com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados e/ou negociados como condição para a renovação.
- 1.26. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 1.27. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 1.28. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 1.29. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 1.30. O pedido de repactuação referente aos custos decorrentes do mercado deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 1.31. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 1.32. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 1.33. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data da solicitação, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- 1.34. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 1.35. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 1.36. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, o restabelecimento da manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 1.37. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em relação aos custos decorrentes do mercado, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

- 1.38. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado, no prazo de máximo de 5 dias, a contar da assinatura do apostilamento ou aditamento.
- 1.39. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 1.40. A data de consolidação do orçamento é: **09/04/2026**.
- 1.41. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisito previsto em lei especial

Da exclusividade de participação de ME e EPP

- 4.2. A presente licitação será destinada à ampla concorrência, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois todos os itens de contratação são superiores ao limite legal e o objeto não pode ser fracionado, conforme justificativa de parcelamento no tópico correspondente.

Da participação de consórcios

- 4.3. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas

licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, consequentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

Da participação de cooperativas

4.4. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

Da Subcontratação

- 4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pois se trata de serviços integrados de construção de cerca paraguaia, plantio de mudas nativas e manutenção de áreas revegetadas em Áreas de Preservação Permanente (APP), executados em campo e em propriedades rurais, demandando controle direto da Contratada sobre a equipe, a técnica empregada, o cumprimento de prazos e a padronização da execução, sob acompanhamento da fiscalização do Programa Buriti. Além disso, a execução exige frente de trabalho mínima com encarregado e comunicação operacional contínua e tempestiva com o corpo técnico do Programa Buriti, para evitar inexecução/execução incorreta e alinhar a demarcação e o andamento dos serviços, o que pressupõe vínculo e comando operacional direto da Contratada (sem intermediação por terceiros). Por fim, há requisitos relevantes de segurança e condições de trabalho (transporte adequado conforme NR, fiscalização de EPs e regras de alojamento/NR 24), cuja gestão e responsabilidade não devem ser fragmentadas entre diferentes empresas, sob pena de dificultar a fiscalização e a responsabilização por eventuais irregularidades.

Da Cláusula Anticorrupção

- 4.6. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 18.389/2019, para esta contratação, A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto

Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

- 4.7. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.
- 4.8. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:
- 4.8.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
 - 4.8.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;
 - 4.8.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;
 - 4.8.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.
- 4.9. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados. (Redação dada pelo Decreto Municipal nº 20234/2023)

Garantia da contratação

- 4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual.
- 4.10.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 5 dias após a assinatura do contrato.

4.10.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, observada a regra do art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.10.3. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por 180 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.10.4. Nas contratações com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no subitem 4.10.

4.10.5. A garantia adicional poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e deverá ser comprovada até a assinatura do contrato.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, tendo em vista que a contratação se refere à execução de serviços quantificáveis com pagamento vinculado às medições mensais efetivamente atestadas pela fiscalização. Para o serviço de cercamento, a medição dar-se-á diretamente pela contagem de metros lineares. Para os serviços de plantio e manutenção, ainda que agrupados sob a unidade de Mão de Obra (MO), a medição será apurada por unidade de mudas executadas, cujo volume será convertido em fração (percentual) do valor unitário da MO para fins de faturamento e pagamento mensal.

Condições de execução e medição de resultados

5.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis e recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis conforme demais regras estabelecidas no contrato.

5.2.1. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento cada fechamento de medição, realizado ao final de cada mês, iniciando-se o prazo de recebimento provisório na data do protocolo do respectivo Boletim de Medição e Nota Fiscal.

5.2.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.2.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;

5.2.2.2. A execução do objeto deverá ser iniciada observadas as providências de mobilização e alinhamento operacional com a fiscalização.

5.2.2.3. Considera-se “início” a efetiva mobilização em campo da frente de trabalho (equipe mínima, ferramentas e equipamentos), com registro de presença e início de produção na primeira propriedade/trecho indicado pela fiscalização.

5.2.2.4. A programação inicial (primeiras propriedades/trechos) será definida pela fiscalização, que comunicará à Contratada a ordem de atendimento e os pontos de referência para acesso.

Descrição dos serviços contratados

5.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.3.1. A execução do objeto compreende três serviços distintos e complementares:

5.3.1.1. Serviço de Cercamento (implantação de cerca paraguaia para delimitação de APPs e áreas correlatas),

5.3.1.2. Serviço de Plantio de Mudanças Nativas do Cerrado (15.000 mudas, no período chuvoso de 2026), e

5.3.1.3. Serviço de Manutenção do Plantio (três etapas de manutenção ao longo de 2027 e 2028).

5.3.2. As disposições comuns a todos os serviços são apresentadas na seção seguinte, seguidas das especificações técnicas de cada serviço.

Disposições comuns a todos os serviços:

5.4. As regras desta seção aplicam-se a todos os serviços contratados (cercamento, plantio e manutenção), salvo disposição específica em contrário.

Equipe mínima e responsabilidades

5.4.1. A Contratada deverá mobilizar e manter, durante toda a execução de cada serviço, equipe mínima permanente de 05 (cinco) funcionários, sendo 01 (um) encarregado de campo responsável por: comandar a frente de trabalho; distribuir tarefas diárias; manter contato operacional diário com a fiscalização; registrar produção, pendências, necessidades e intercorrências; controlar

conformidade de segurança (EPI, transporte, conduta em APP) e qualidade do serviço.

- 5.4.2. O encarregado será o ponto único de contato (interface) da Contratada com a fiscalização, com disponibilidade diária em horário de execução, inclusive para alinhamento de frentes e solução de problemas.
- 5.4.3. Apoios operacionais específicos (quando demandados): apoio à equipe técnica na demarcação/atividades de campo (quando solicitado pela fiscalização, conforme planejamento); apoio em carregamento/organização de materiais e logística (quando solicitado e programado).
- 5.4.4. A Contratada deverá garantir substituição imediata de ausências que comprometam a equipe mínima, mantendo a frente funcional.
- 5.4.5. Disposição específica para o plantio: a CONTRATADA deverá disponibilizar, dentre os membros da equipe mínima prevista, até 03 (três) funcionários, sem custo adicional, para o transporte (carregamento do caminhão) das mudas, entregues na sede do Programa Buriti, na Estação de Tratamento de Água Bom Jardim, localizada na Av. Nicomedes Alves dos Santos, nº 2.383, bairro Jardim Karaíba, e também dos insumos (calcário, adubo, gel e formicida), que estão no almoxarifado, localizado na Av. Segismundo Pereira nº 5.000, bairro Segismundo Pereira, até o local do plantio. Os custos com o transporte (caminhão) das mudas e insumos, partindo da sede do Programa Buriti até a sede da propriedade atendida, ou até o local mais próximo da área de plantio que o caminhão consiga chegar, serão por conta da Contratante (DMAE). A viabilidade de acesso do veículo a pontos além da sede será avaliada e decidida exclusivamente pelo técnico do DMAE responsável.
- 5.4.6. A Contratada deverá garantir a disponibilização de todos os meios sob sua responsabilidade à execução integral dos serviços, incluindo custos, encargos, insumos, equipamentos, ferramentas, EPIs, uniformes, benefícios trabalhistas e demais providências correlatas, exceto aqueles expressamente atribuídos à Contratante neste Termo de Referência.

Reunião de início de trabalhos (kick-off obrigatório)

- 5.4.7. Antes do início efetivo das atividades em campo de cada serviço (primeira frente de cercamento, início do plantio e início da primeira manutenção), a Contratada deverá realizar reunião de início de trabalhos, com a presença obrigatória de:
 - 5.4.7.1. representante/superior hierárquico ao encarregado (preposto/gestor da Contratada com poder de decisão);
 - 5.4.7.2. encarregado de campo;
 - 5.4.7.3. demais funcionários mobilizados para a execução;
 - 5.4.7.4. equipe do DMAE (fiscalização e/ou corpo técnico do Programa Buriti), conforme designação da Contratante.

- 5.4.8. A reunião terá por finalidade alinhar, no mínimo: frentes e áreas iniciais, regras de acesso às propriedades, padrão de execução/padrão técnico, rotinas de comunicação, procedimentos de registros e evidências, logística de materiais e insumos, segurança do trabalho, condutas ambientais (vedação de fogo e de uso de árvores como apoio/ancoragem), tratamento de pontos críticos, e critérios de aceite e medição.
- 5.4.9. O local, a data e o horário da reunião serão informados pela Contratante com antecedência mínima, por meio de comunicação formal à Contratada.

Comunicação operacional e por evento

- 5.4.10. Comunicação operacional: o encarregado manterá comunicação operacional com a fiscalização por canal rápido (telefone/WhatsApp institucional ou equivalente), sem obrigatoriedade de contato formal diário, desde que a execução siga a programação e os padrões deste TR.
- 5.4.11. Comunicação obrigatória por evento (imediata): a Contratada deverá comunicar a fiscalização imediatamente quando ocorrer qualquer situação que possa impactar prazo, qualidade, segurança, logística ou medição, incluindo, no mínimo:
- 5.4.11.1. impedimento de acesso, conflito com proprietário, gado, área alagada ou risco à segurança;
- 5.4.11.2. necessidade de reprogramação por chuva, acesso, segurança ou falta de demarcação/insumos;
- 5.4.11.3. risco de falta de materiais, mudas ou insumos que possa gerar paralisação;
- 5.4.11.4. ocorrência de acidente/incidente ou condição de risco grave;
- 5.4.11.5. qualquer necessidade de ajuste operacional que dependa de anuência da fiscalização.
- 5.4.12. Eventos adicionais de comunicação obrigatória específicos por serviço:

A. Cercamento: identificação de laje em ponto crítico com necessidade de concretagem em esticadores/cantos; uso excepcional de arame farpado por solo pouco firme; trechos “impossíveis de roçar”; ou outra variação que altere a rotina.

B. Plantio e manutenção: mortalidade elevada de mudas, ataques severos de pragas ou outros danos inesperados; alteração de cronograma ou substituição de espécies.

Segurança do trabalho

- 5.4.13. A Contratada deverá observar integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis, garantindo EPIs, orientação e supervisão pelo encarregado.

- 5.4.13.1. Os equipamentos, máquinas e ferramentas motorizadas eventualmente utilizados na execução dos serviços, tais como roçadeiras, perfuradores, motosserras ou similares, deverão atender às exigências de segurança previstas na Ministério do Trabalho e Emprego NR-12 e demais normas aplicáveis, cabendo à Contratada garantir sua manutenção, operação segura e utilização por trabalhadores capacitados.
- 5.4.14. O transporte de trabalhadores e equipamentos deverá ocorrer em condições seguras, com separação adequada de passageiros e ferramentas/equipamentos, em conformidade com a NR 31.16.
- 5.4.15. A Contratada deverá providenciar abrigo/proteção contra intempéries para pausas e alimentação quando necessário (tenda/lonas), considerando a execução em zona rural.
- 5.4.16. A fiscalização poderá determinar paralisação imediata da frente em caso de risco grave e iminente ou descumprimento relevante de segurança, sem prejuízo das responsabilidades contratuais.
- 5.4.17. Caso a Contratada opte por disponibilizar alojamento aos seus empregados no município de Uberlândia ou em local próximo às frentes de trabalho, deverá assegurar que as instalações atendam integralmente às condições de higiene, conforto e segurança previstas na Ministério do Trabalho e Emprego NR-24 e demais normas aplicáveis. A responsabilidade pela adequação, manutenção e regularidade do alojamento será integralmente da Contratada, sem prejuízo da fiscalização pela Contratante. Verificada condição precária ou irregular, a Contratante poderá determinar a imediata regularização ou a paralisação da frente de trabalho, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Inspeção veicular pelo setor de transporte

- 5.4.18. A ordem de início de cada serviço (cercamento, plantio e manutenções) será entregue à vencedora da licitação após a assinatura do contrato e a emissão de laudo de vistoria do veículo que fará o transporte dos funcionários. O veículo deverá passar por vistoria realizada pela equipe técnica do núcleo de controle da frota (setor de transporte do DMAE), relativa ao estado de conservação, principalmente aos aspectos de segurança.
- 5.4.19. Caso haja troca de veículo durante a execução do contrato, o novo veículo deverá igualmente passar por vistoria antes do início das atividades.
- 5.4.20. A vistoria contemplará estado geral de conservação, condições de segurança (pneus, freios, sinalização, iluminação), existência de compartimentos separados para transporte de funcionários e ferramentas/equipamentos conforme NR 31.16, e documentação veicular regular. A não aprovação na vistoria impedirá o início ou continuidade dos serviços até regularização.

Condutas ambientais e prevenção de incêndios

- 5.4.21. A execução deverá respeitar as condições ambientais de APP, sendo vedadas ações que resultem em supressão não autorizada de vegetação, deposição de resíduos no campo ou danos a nascentes e margens.
- 5.4.22. O armazenamento, transporte, manuseio e aplicação de produtos químicos, fertilizantes, corretivos e formicidas deverão observar as disposições da Ministério do Trabalho e Emprego NR-26, especialmente quanto à sinalização, rotulagem preventiva, fichas de informação de segurança e demais exigências legais aplicáveis.
- 5.4.23. A aplicação de formicida granulado ou de qualquer outro produto fitossanitário eventualmente necessário ao controle de pragas deverá observar integralmente a legislação aplicável, incluindo a Lei nº 14.785/2023, normas regulamentadoras de segurança do trabalho e regulamentos correlatos, especialmente quanto ao armazenamento, transporte, manuseio, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinação ambientalmente adequada das embalagens e apresentação de receituário agrônomo, quando legalmente exigido.
- 5.4.24. Vedação de uso de árvores: é expressamente proibido utilizar árvores, arbustos ou qualquer vegetação nativa/existente em APP como poste, esticador, canto, ponto de ancoragem ou apoio de fios/arames, bem como amarrar arames/fios em árvores, apoiar estruturas na vegetação ou provocar qualquer dano (corte, anelamento, prego, arame estrangulando tronco, etc.). O cercamento deverá ser autoportante, executado exclusivamente com postes, esticadores e reforços previstos no padrão técnico.
- 5.4.25. Vedação de uso de fogo: é expressamente proibido o uso de fogo no local de trabalho, incluindo fogareiros, queimadas, brasas ou qualquer equipamento que gere chama, como medida de prevenção de incêndios. A roçada operacional, a abertura de picada e a roçagem para plantio deverão ser executadas sem uso de fogo, por métodos manuais/mecânicos, com manejo do material roçado para evitar acúmulo.
- 5.4.26. Vedação de capina química: não será permitido o uso de herbicidas em nenhuma etapa de nenhum dos serviços contratados.

Controle de qualidade, inspeção e aceite

- 5.4.27. A equipe técnica do Programa Buriti fiscalizará a qualidade de todos os serviços in loco. As avaliações serão realizadas com a presença do encarregado de campo da Contratada, que deve transmitir as recomendações à sua equipe técnica operacional.
- 5.4.28. A Contratada deverá realizar autocontrole permanente e revisão contínua dos trechos/áreas executados, corrigindo prontamente falhas identificadas.
- 5.4.29. Não conformidades apontadas pela fiscalização deverão ser corrigidas pela Contratada, sem ônus adicional, no prazo fixado. Caso a equipe perceba que o serviço não foi executado segundo as orientações previstas neste documento e

as avaliações em campo, ocorrerá a rejeição do serviço, que deverá ser refeito de acordo com os parâmetros estabelecidos.

- 5.4.30. O aceite poderá ser realizado por trechos, propriedades e/ou etapas, conforme programação e critérios de medição previstos neste TR. Os critérios específicos de aceite (checklists) para cada serviço estão detalhados nas respectivas seções.

Registros e evidências (auditabilidade)

- 5.4.31. A Contratada deverá manter e disponibilizar à fiscalização, quando solicitado, os seguintes registros mínimos, aplicáveis a todos os serviços:

5.4.31.1. Registro de comunicações relevantes (sob demanda): registrar as comunicações com a fiscalização somente quando relevantes, especialmente as relacionadas a reprogramações, falta de materiais/insumos, segurança, impedimentos de acesso, definição de solução técnica em ponto crítico, autorizações e determinações de correção. O objetivo é assegurar rastreabilidade para medição/aceite, sem burocracia diária.

5.4.31.2. Relatório fotográfico por trecho/propriedade, com fotos rastreáveis contendo data, hora e geolocalização (coordenadas GPS), de modo a permitir a identificação inequívoca da propriedade, da área e do momento da execução. O relatório deverá conter, no mínimo: antes/início do trecho ou área; durante a execução; depois (trecho/área concluído e acabamentos). O formato seguirá modelo a abaixo:

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (NO MÁXIMO 08 FOTOS (02 páginas) PARA ILUSTRAR A MEDIÇÃO)	
Contrato n.º: ____/____/____ Medição n.º: ____/____/____	
Nome da Contratada: _____	
Período medido: De ____/____/____ até ____/____/____	
Objeto contratual: _____	
FOTO N.º 1 Data: ____/____/____	FOTO N.º 2 Data: ____/____/____
<div>Espaço para FOTO N.º 1. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>	<div>Espaço para FOTO N.º 2. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>
FOTO N.º 3 Data: ____/____/____	FOTO N.º 4 Data: ____/____/____
<div>Espaço para FOTO N.º 3. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>	<div>Espaço para FOTO N.º 4. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>
Localização da(s) foto(s): Foto N.º 1 / Foto N.º 2 / Foto N.º 3 / Foto N.º 4	
Autoria da(s) fotografia(s): _____	
Gestor contrato (DMAE): _____	N.º CPF: _____
Fiscal contrato (DMAE): _____	N.º CPF: _____
Fiscal obra (DMAE): _____	N.º CPF: _____
* N.º REGISTRO para Técnica, Engenheiro ou Arquiteto fiscal da obra	N.º CREA/CAU: _____
Data: ____/____/____	Carimbo/Ass. R.T. da contratada: _____
	N.º CREA/CAU: _____
	N.º CPF: _____
OBS.: O arquivo/relatório deverá ser salvo em pdf no modelo: nomeida - n.º contrato - ano - nome da contratada EXEMPLO: 20200310 - 170-2019 - CONSTRUTORA	

- 5.4.32. Os registros deverão ser apresentados à fiscalização como condição para fins de medição e ateste de cada fase.
- 5.4.33. Os registros adicionais específicos por serviço estão detalhados nas respectivas seções.

Local da prestação de serviço

- 5.4.34. Propriedades rurais vinculadas ao Programa Buriti, no município de Uberlândia/MG, em áreas definidas pela fiscalização, incluindo APPs e trechos correlatos (como Reserva Legal), conforme planejamento e ordem de atendimento do Programa.

- 5.4.35. As propriedades estão localizadas à montante das captações de água do DMAE, nos Rios Uberabinha e Araguari e no Ribeirão Bom Jardim, e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha, distanciadas de 15 a 70 km do centro de Uberlândia, na zona rural. Os locais são de fácil acesso, sendo aproximadamente 30% do trajeto feito em estradas pavimentadas.
- 5.4.36. Segue abaixo a área de atuação do Programa Buriti no município de Uberlândia, onde estão localizadas as propriedades atendidas:

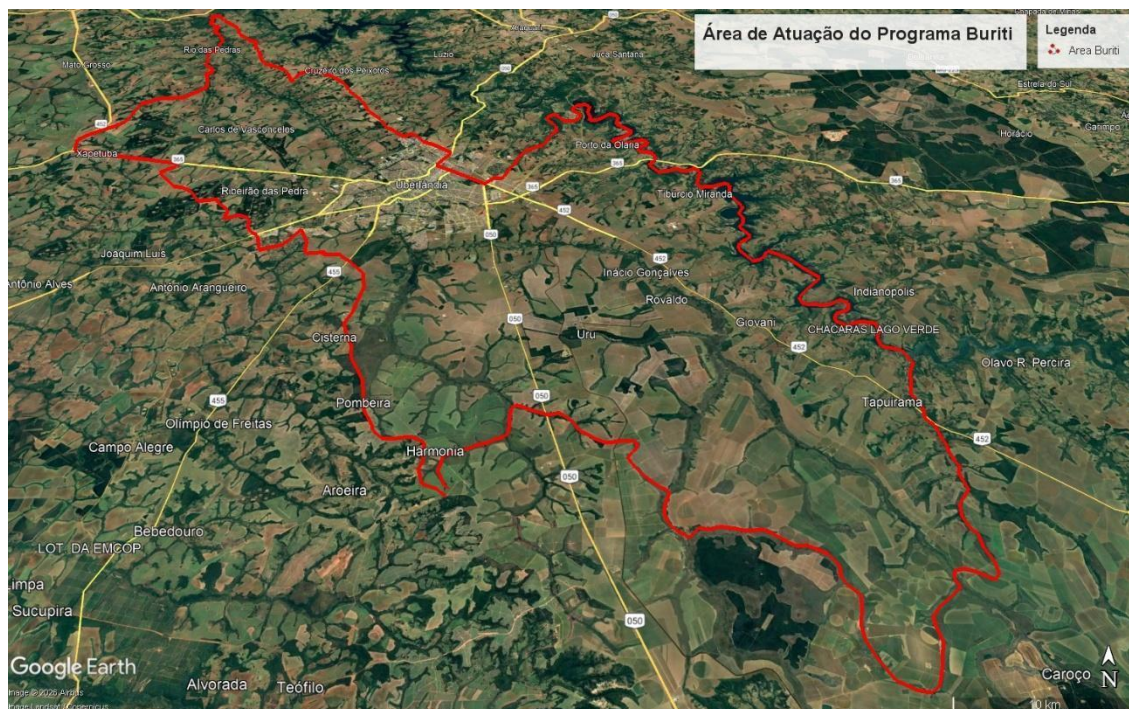


Figura 1: Área de Atuação do Programa Buriti. (Fonte: do autor)

- 5.4.37. Ajustes de horário: poderão ocorrer excepcionalmente por necessidade operacional (clima, acesso, logística, segurança e programação), observadas as regras trabalhistas e contratuais.

Cronograma e reprogramações

- 5.4.38. O cronograma será definido, acompanhado e atualizado pela fiscalização, considerando prioridades do Programa, condições de campo, abastecimento de materiais (quando aplicável) e produtividade/qualidade. O cronograma poderá ser ajustado durante a vigência, sem prejuízo do cumprimento da meta contratual.

- 5.4.39. Os trabalhos (cercamento, plantio e manutenções) serão realizados de propriedade em propriedade, sequencialmente, conforme cronograma a ser definido pela Contratante.
- 5.4.40. Condições climáticas severas, impossibilidade de acesso e/ou risco à segurança poderão justificar reprogramação, devendo ser comunicadas e registradas, com replanejamento da frente.

5.5. Serviço de Cercamento:

Diretrizes gerais do cercamento

- 5.5.1. A execução será realizada em frentes de trabalho em propriedades rurais selecionadas no âmbito do Programa, com foco na construção/implantação de cerca paraguaia para delimitação de APPs e áreas correlatas, obedecendo às especificações técnicas do Termo de Referência.
- 5.5.2. A Contratada deverá assegurar execução contínua, com produtividade compatível com a meta contratual, observados fatores de campo (acesso, clima, abastecimento de materiais, disponibilidade de demarcação e segurança).
- 5.5.3. Toda a execução deverá ser conduzida sob controle direto da Contratada, com comando e supervisão do encarregado, e sob acompanhamento e orientação da fiscalização.
- 5.5.4. Os serviços de abertura de picada/linha de serviço, concretagem e roçada operacional descritos neste item integram o escopo do objeto e não ensejam pagamento adicional, devendo estar contemplados no preço contratado.

Planejamento diário e ordem de atendimento

- 5.5.5. A fiscalização definirá e comunicará a ordem de atendimento (propriedades/trechos) e prioridades do Programa.
- 5.5.6. A Contratada deverá realizar planejamento diário da frente, considerando: trechos programados; pontos de acesso e deslocamento; disponibilidade de materiais e insumos; condições climáticas e de segurança; necessidade de estruturas especiais (porteiras, tronqueiras, corredores etc.).

Demarcação, preparação do traçado e roçada operacional

- 5.5.7. A demarcação/delimitação do traçado a ser cercado será definida pela Contratante, por meio do corpo técnico e/ou fiscalização, com base nas diretrizes ambientais e na programação do Programa.
- 5.5.8. A Contratada deverá executar a cerca exatamente conforme o traçado indicado pela fiscalização, não sendo admitidas alterações por iniciativa própria.
- 5.5.9. Preparação do traçado (obrigatória): inclui as ações necessárias para viabilizar a implantação segura e produtiva da cerca, tais como abertura de picada/linha

de serviço quando necessária para acesso e execução; limpeza pontual e remoção de obstáculos imediatos (ex.: vegetação rasteira que inviabilize a instalação, acúmulo de palhada concentrada sobre a linha de trabalho, galhos soltos e similares); preparação dos pontos de instalação (postes/esticadores), sempre limitada ao estritamente necessário e preservando a vegetação.

5.5.10. Abertura de picada (quando aplicável): a picada deverá ser aberta apenas na medida necessária para permitir deslocamento seguro e execução do serviço, sem caracterizar supressão indevida; deverá priorizar métodos manuais/mecânicos compatíveis com a APP, evitando intervenções agressivas no solo.

5.5.11. Roçada operacional obrigatória (produtividade e mitigação de risco de fogo por capim seco): A Contratada deverá realizar roçada/limpeza operacional ao longo da linha de implantação da cerca, antes e/ou durante a execução, para garantir visibilidade, deslocamento e instalação segura de postes, esticadores e a passagem/tensionamento dos fios.

A. Dimensão mínima: faixa total de 2,0 m (dois metros) ao longo do traçado, sendo 1,0 m (um metro) para cada lado do eixo da cerca, sempre que houver vegetação rasteira/gramínea que dificulte a execução.

B. Altura máxima remanescente após a roçada: 10 a 15 cm na faixa roçada.

C. Padrão: roçada seletiva de vegetação rasteira/gramíneas, vedada a supressão de vegetação arbustiva/arbórea e qualquer intervenção que descaracterize a APP.

D. Exceção — trechos impossíveis de roçar (matas fechadas e impedimentos técnicos): A roçada operacional e a abertura de picada não serão exigidas em trechos onde a execução seja tecnicamente impossível sem supressão de vegetação arbórea/arbustiva, como cercas dentro de matas fechadas ou áreas de vegetação densa que impeçam roçada segura e ambientalmente adequada. Nesses casos, a Contratada deverá adotar medidas alternativas compatíveis, tais como limpeza pontual estritamente necessária para implantação e remoção localizada de material combustível imediatamente junto aos pontos de instalação quando possível, tudo com registro no diário de campo.

5.5.12. Quando solicitado, a Contratada deverá disponibilizar mão de obra de apoio para atividades de campo associadas à demarcação e preparação, conforme planejamento do Programa.

Logística de materiais, abastecimento e distribuição interna

5.5.13. A Contratante providenciará o transporte dos materiais de cercamento até a sede da propriedade (ou ponto de entrega definido pela fiscalização, dentro da propriedade).

5.5.14. Caberá à Contratada:

A. realizar a distribuição interna dos materiais (da sede/ponto de entrega até o local de implantação da cerca);

B. organizar o uso racional dos materiais, evitando desperdícios e perdas;

C. manter ferramentas e equipamentos sob guarda e controle, evitando danos e extravios.

5.5.15. Procedimento mínimo de abastecimento (para evitar paralisações):

A. o encarregado deverá informar diariamente a previsão de consumo e as necessidades de reposição;

B. a fiscalização/Contratante informará a programação de entrega/abastecimento e, se necessário, redefinirá frentes para manter continuidade.

5.5.16. Quando solicitado e programado, a Contratada prestará apoio de carga/organização de materiais nos locais indicados pela Contratante, para viabilizar o abastecimento das frentes.

5.5.17. Materiais para reforço por concretagem em caso de laje: a distribuição de responsabilidades quanto ao fornecimento de materiais para concretagem (cimento, areia, brita, água e preparo) observará o disposto neste TR.

Execução técnica da cerca e padrão de qualidade

5.5.18. A cerca deverá ser executada conforme o padrão técnico estabelecido neste Termo de Referência, incluindo, no mínimo:

A. instalação de postes e esticadores com estabilidade e alinhamento;

B. postes e esticadores dispostos com espaçamento de 3,50 metros e 75 metros, respectivamente, ou na distância necessária quando em curva, topografia irregular ou na presença de aguadas e colchetes (com colocação de tronqueiras, se necessário), com confirmação do técnico do DMAE responsável;

C. instalação de travessas e componentes de reforço quando aplicável;

D. instalação de 05 (cinco) fios de arame liso em toda a extensão do trecho;

E. tensionamento uniforme e adequado dos fios, garantindo desempenho e durabilidade.

5.5.19. A instalação de 05 (cinco) fios de arame liso em toda a extensão do trecho deve observar o seguinte protocolo de distribuição e tensionamento:

A. A altura total da cerca, medida do solo ao fio superior, será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), devendo os postes e esticadores apresentar uma altura padrão máxima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em relação ao solo após a instalação;

B. Os fios serão distribuídos nas seguintes alturas em relação ao nível do solo: 1º fio a 0,25 m; 2º fio a 0,50 m; 3º fio a 0,75 m; 4º fio a 1,00 m; e 5º fio a 1,20 m, admitindo-se tolerância de ± 3 cm em função de irregularidades do terreno;

C. O espaçamento entre o solo e o primeiro fio (0,25 m) é intencional, de modo a permitir o trânsito da fauna silvestre de pequeno e médio porte sob a cerca, compatibilizando o cercamento com a função ecológica da APP;

D. É vedado o rebaixamento do primeiro fio abaixo de 0,20 m ou a adição de fios intermediários não previstos que possam criar barreira à passagem da fauna;

E. Os fios deverão passar por dentro dos postes, através de furos executados pela Contratada nas alturas correspondentes a cada fio. Os furos deverão ter diâmetro de 3/8" (nove milímetros e meio), dimensão suficiente para a passagem livre do arame liso sem folga excessiva, preservando a integridade estrutural do poste. Os furos deverão ser executados de forma alinhada e perpendicular ao eixo longitudinal da cerca, garantindo que os fios mantenham trajeto retilíneo entre postes consecutivos. A Contratada deve executar os furos previamente à passagem dos fios, de modo a não comprometer a produtividade da frente;

F. Todos os fios deverão ser tensionados uniformemente, de forma a manter alinhamento horizontal contínuo entre esticadores, sem afrouxamento, ondulação ou barriga, assegurando resistência à pressão de animais domésticos de grande porte (bovinos e equinos);

G. O tensionamento deverá ser executado do fio inferior para o superior, de modo sequencial, com verificação de alinhamento e uniformidade após a passagem de cada fio;

H. As emendas de arame, quando estritamente necessárias, deverão ser executadas exclusivamente junto aos postes ou esticadores, por meio de nó de emenda adequado ou conector mecânico, garantindo resistência equivalente ao fio contínuo. Não serão admitidas emendas no vão entre postes;

I. Nos esticadores, a ancoragem e o tensionamento dos fios serão executados por meio de bobs (esticadores tipo borboleta) ou catracas, conforme disponibilidade de estoque da Contratante. O DMAE encontra-se em período de transição do uso de bobs para catracas, de modo que os bobs fornecidos pelo estoque existente serão utilizados prioritariamente até o esgotamento total do estoque, passando-se então ao uso exclusivo de catracas. A Contratada deverá estar apta a operar com ambos os dispositivos e garantir, independentemente do tipo utilizado, travamento seguro e permanente que impeça o afrouxamento progressivo dos fios;

J. O padrão de instalação deverá assegurar que a cerca cumpra simultaneamente a contenção efetiva de animais domésticos de grande porte e a permeabilidade à fauna silvestre, em conformidade com as diretrizes ambientais aplicáveis a APPs;

K. O protocolo definido neste item poderá ser alterado pelo técnico do DMAE responsável, sempre que, a seu critério técnico, as condições específicas do terreno, da topografia, da pressão animal ou da configuração ambiental do trecho justificarem adaptação.

5.5.20. Trechos especiais e adaptações em campo (curvas, colchetes, aguadas, travessias, porteiras, corredores de dessedentação, tronqueiras e similares) deverão ser executados quando necessários ao funcionamento do cercamento, mantendo padrão equivalente de resistência e acabamento.

5.5.21. A Contratada deverá assegurar compatibilidade da execução com condições do terreno (solo rochoso, declives, áreas úmidas/veredas), adotando técnica, ferramentas e equipamentos adequados para garantir estabilidade e segurança.

Definições operacionais de solo/rocha (saprolito x laje)

5.5.22. Saprolito (solo/rocha alterada): material de rocha intemperizada, ainda resistente, porém cedente ao esforço manual e a ferramentas comuns (cavadeira, alavanca, talhadeira, perfurador), permitindo abertura do ponto de instalação com avanço progressivo, viabilizando engastamento/assentamento adequado, ainda que com maior esforço e tempo.

5.5.23. Laje (rocha sã/rocha contínua): camada rochosa contínua e compacta em que a abertura do ponto de instalação por força predominantemente humana (com cavadeira/alavanca/talhadeira) é extremamente difícil e não evolui de forma razoável, tornando inviável atingir assentamento/estabilidade no padrão exigido. Para fins deste TR, caracteriza-se laje quando, após tentativas contínuas e

seguras com ferramentas manuais, o avanço é irrisório e não é possível formar cavidade funcional para assentamento estável do poste/esticador no local previsto.

- 5.5.24. Quando a condição de saprolito/laje impactar a técnica de fixação (especialmente em esticadores/cantos), a Contratada deverá registrar no diário de campo e no relatório fotográfico.

Equipamentos e vedação de soluções improvisadas

- 5.5.25. Não será exigido que a Contratada disponha de martetele ou equipamento equivalente. É facultado à Contratada utilizá-lo por sua conta, caso entenda vantajoso para produtividade, desde que mantidos os padrões de qualidade e segurança.
- 5.5.26. Independentemente do equipamento utilizado, é vedada qualquer solução improvisada que fragilize a cerca, permanecendo obrigatória a entrega de estrutura estável e resistente.
- 5.5.27. É expressamente proibido reduzir a qualidade estrutural da cerca por meio de soluções improvisadas, incluindo cortar/encurtar postes ou esticadores apenas para acomodação em ponto duro, quando isso resultar em engastamento insuficiente e fragilidade do conjunto.
- 5.5.28. Sempre que o terreno impedir a abertura padrão, a Contratada deverá adotar alternativas técnicas compatíveis (realocação pontual no alinhamento, reforços estruturais, concretagem em laje, estirantes, morto/colchão, etc.), conforme regras abaixo.

Procedimento em caso de laje

- 5.5.29. Identificada laje, a Contratada deverá adotar procedimento que garanta resistência ao tensionamento, sendo obrigatória a execução de reforço por concretagem, especialmente em esticadores, cantos, finais de linha, mudanças de direção e pontos de maior esforço, de forma a impedir afrouxamento e deslocamento.
- 5.5.30. A concretagem deverá ser executada conforme distribuição de responsabilidades definida neste TR.
- 5.5.31. O reforço por concretagem deverá: garantir que o esticador/canto resista ao esforço de tração sem “puxar”, “deitar” ou afrouxar com o tempo; ser compatível com a condição do terreno (inclusive quando a cavidade for limitada), podendo envolver travamento complementar (estirante e/ou morto/colchão quando necessário), desde que resulte em estabilidade e segurança.
- 5.5.32. Se, mesmo com reforço, não for possível assegurar estabilidade no padrão exigido, a Contratada deverá paralisar o avanço naquele ponto, comunicar a fiscalização para deliberação técnica.

Reforços estruturais obrigatórios

- 5.5.33. Todos os cantos, finais de linha, mudanças de direção, desníveis acentuados e pontos de maior esforço (ex.: porteiras, colchete, travessias, corredores) deverão possuir reforço estrutural obrigatório, compatível com o tensionamento dos fios e com a segurança do entorno.
- 5.5.34. O reforço deverá ser executado por método tecnicamente adequado, admitindo-se (conforme aplicabilidade):

A. Esbirro (escora/diagonal de poste): poste de escora em diagonal apoiando o esticador/canto, garantindo resistência ao esforço de tração;

B. Estirante (cabo/aramé de estaiamento): arame/cabo de estaiamento ancorado de forma segura e dimensionada, evitando “puxo” do esticador;

C. Estrutura tipo “H” (duplo poste com travessa) em cantos/esticadores críticos, quando necessário para rigidez;

D. Morto/colchão (ancoragem enterrada) associado a estirante, especialmente em solos pouco firmes: elemento enterrado e ancorado de modo a resistir ao esforço de tração sem afrouxar com o tempo.

- 5.5.35. É obrigatório que cantos e esticadores sejam entregues sem folgas, sem deslocamentos e com capacidade de manter tensionamento estável.

Segurança para trânsito próximo à cerca

- 5.5.36. A execução dos reforços (esbirro/estirante/morto/colchão) deverá evitar pontas expostas e riscos de acidente, devendo ser garantidos:

A. arames de amarração e pontas dobrados e voltados para dentro, sem pontas agressivas para fora;

B. estirantes devidamente tensionados e posicionados de forma a não criar “armadilha” em áreas de circulação;

C. fixações firmes, sem peças soltas.

- 5.5.37. Em locais de passagem (trilhas internas, acesso de manejo, proximidade de sede/porteiras), a Contratada deverá dar acabamento reforçado e seguro, minimizando risco de cortes/enganchos.

Variações e ajustes (somente com anuência)

- 5.5.38. Ajustes de traçado, espaçamentos, posicionamento de estruturas especiais e demais variações técnicas somente poderão ocorrer mediante anuência prévia da fiscalização.
- 5.5.39. Qualquer alteração feita sem anuência e registro será considerada não conformidade, sujeita à correção e glosa.
- 5.5.40. Uso excepcional de arame farpado por condição de solo: Em trechos com solo pouco firme, onde haja risco de afrouxamento recorrente, deslocamento de postes ou maior pressão de animais, poderá ser adotado arame farpado como medida de reforço apenas nesses trechos, mantendo-se a funcionalidade e segurança do cercamento, observando:
- A. permanecer o padrão de “cerca paraquaiá” e o número total de fios previsto no TR;
 - B. limitar-se ao(s) fio(s) estritamente necessário(s) (preferencialmente em posição inferior/média, conforme risco local), evitando uso generalizado;
 - C. registrar o trecho e a justificativa no diário de campo, com evidência fotográfica;
 - D. garantir acabamento seguro (pontas e emendas sem risco a pessoas/animais).
- 5.5.41. O arame farpado não poderá ser utilizado como “substituto” de reforço estrutural (cantos/esticadores); nesses pontos os reforços continuam obrigatórios.

Checklist de aceite do cercamento (condição para medição)

- 5.5.42. Somente será considerado para medição o trecho que, no mínimo, esteja:
- A. com os 05 fios instalados e tensionados;
 - B. com postes/esticadores firmes, alinhados e com acabamento adequado;
 - C. com componentes e reforços instalados quando aplicável;
 - D. com estruturas especiais executadas quando necessárias e aprovadas pela fiscalização;
 - E. com pendências corrigidas e trecho liberado/atestado pela fiscalização;

F. com roçada operacional executada (faixa mínima 2,0 m e altura remanescente entre 10 e 15 cm), excetuados os trechos impossíveis de roçar (matas fechadas), com registro no diário de campo;

G. sem utilização de árvores como poste/esticador/ancoragem/apoio e sem arames amarrados/apoiados em árvores;

H. cantos, finais e mudanças de direção com reforços executados (esbirro/estirante e, quando aplicável, morto/colchão), garantindo estabilidade ao tensionamento;

I. em trechos com laje/pedra, sem postes improvisados (encurtados/instalados de modo frágil), devendo existir solução técnica que garanta resistência e estabilidade, com esticadores/cantos entregues com reforço por concretagem registrado e fotografado;

J. quando houver uso de arame farpado por solo pouco firme, o trecho deverá estar identificado e justificado, com acabamento seguro e evidência registrada.

Registros adicionais específicos do cercamento

5.5.43. Além dos registros comuns previstos nas disposições gerais, o relatório fotográfico do cercamento deverá conter evidências da faixa roçada/picada e, quando aplicável, justificativa visual dos trechos impossíveis de roçar (matas fechadas).

5.5.44. Controle de consumo de cimento (quando houver concretagem por laje):

A. identificação do trecho/propriedade e do ponto (especialmente esticadores/cantos);

B. justificativa (caracterização de laje);

C. quantidade estimada aplicada no dia (consumo em fração/unidade de saco);

D. fotos do ponto antes/durante/depois da concretagem.

5.5.45. A meta operacional do contrato é limitar o consumo total de cimento a até 10 (dez) sacos ao longo de toda a execução. Caso a Contratada identifique tendência de ultrapassar esse quantitativo por recorrência de laje em pontos críticos, deverá comunicar previamente a fiscalização, com justificativa e levantamento dos pontos, para deliberação e ajuste de estratégia.

Frequência e periodicidade de execução e medição do cercamento

- 5.5.46. A execução será contínua, conforme programação de frentes do Programa.
- 5.5.47. As medições ocorrerão mensalmente, com base no quantitativo efetivamente executado e atestado pela fiscalização, observando os critérios e instrumentos de medição estabelecidos.

Etapas do cercamento

- 5.5.48. Etapa 1 — Mobilização: mobilização da equipe mínima e encarregado; alinhamento inicial com a fiscalização; definição da primeira propriedade/trecho e logística de acesso; organização de ferramentas/equipamentos.
- 5.5.49. Etapa 2 — Demarcação e preparação: demarcação pela Contratante; preparação do traçado e abertura de picada quando aplicável; execução de roçada operacional (faixa mínima 2,0 m e altura remanescente entre 10 e 15 cm), excetuados trechos impossíveis de roçar (matas fechadas), com registro.
- 5.5.50. Etapa 3 — Implantação de postes/esticadores (sequencial por trecho/propriedade): instalação conforme padrão técnico; ajustes somente com anuência.
- 5.5.51. Etapa 4 — Passagem e tensionamento dos fios (após Etapa 3 em cada trecho): instalação dos 05 fios; tensionamento, alinhamento e acabamentos; execução de estruturas especiais quando necessárias.
- 5.5.52. Etapa 5 — Revisão, correções e entrega para medição (após conclusão de cada trecho): revisão final; correções apontadas; checklist atendido; liberação do trecho para medição e ateste; consolidação de diário de campo, comunicações e relatório fotográfico.

5.6. Serviço de Plantio de Mudas Nativas do Cerrado:

Diretrizes gerais do plantio

- 5.6.1. A Contratada deverá seguir as recomendações de plantio observando as espécies indicadas para cada tipo de área (seca e/ou úmida), sendo respeitada a proporção por grupo ecológico, além de fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado para o serviço.

Etapas e procedimentos do plantio

- 5.6.2. O trabalho do plantio deve compreender as seguintes etapas, executadas na ordem indicada:
- 5.6.3. Roçagem da área a ser plantada: roçagem mecânica de toda a área destinada ao plantio, eliminando gramíneas e vegetação invasora que possam competir

- com as mudas. A roçagem deverá ser executada com roçadeira mecânica, sendo vedado o uso de ferramentas que espelhem ou compactem o solo.
- 5.6.4. Coroamento: limpeza circular com enxada ao redor de cada ponto de plantio, com diâmetro mínimo de 1,0 m (um metro), removendo vegetação rente e raízes superficiais de espécies invasoras que possam competir com a muda. O coroamento deve ser realizado antes da abertura da cova, de modo a facilitar as operações subsequentes e reduzir a competição inicial por água e nutrientes.
- 5.6.5. Coveamento: abertura de covas com dimensões mínimas de 0,3 m x 0,3 m x 0,3 m (largura x comprimento x profundidade), obedecendo ao espaçamento regular de 3 m x 3 m entre covas (aproximadamente 1.111 covas por hectare). A terra retirada da cova deve ser depositada ao lado para posterior reuso na operação de plantio. Não serão aceitas covas abertas com ferramentas que apenas perfurem o solo sem revolvê-lo adequadamente.
- 5.6.6. Calagem: aplicação de 200 g (duzentas gramas) de calcário dolomítico (PRNT mínimo 80%) por cova, misturando-o à terra retirada antes do enchimento. A calagem tem por objetivo corrigir a acidez do solo e fornecer cálcio e magnésio para o desenvolvimento radicular inicial da muda.
- 5.6.7. Adubação de plantio: aplicação de 200 g (duzentas gramas) de adubo NPK 04-14-08 ou 100 g (cem gramas) 08-28-16 por cova, misturando-o homogeneamente à terra de enchimento juntamente com o calcário. A formulação a ser utilizada será definida pela equipe técnica do Programa Buriti conforme análise das condições do solo de cada propriedade. O adubo não deve entrar em contato direto com as raízes da muda para evitar queima radicular.
- 5.6.8. Adição de gel hidratado: aplicação de gel hidratado na proporção de 4 gramas de gel seco em 1 litro de água por cova. O gel deverá ser previamente hidratado em reservatório próprio e adicionado à cova antes do plantio da muda, de modo a garantir reserva de umidade no período crítico de pegamento. O gel deve ser distribuído ao redor do torrão da muda, e não apenas no fundo da cova.
- 5.6.9. Controle de pragas (combate à formiga): aplicação de formicida granulado na coroa da muda e nos carregadores/olheiros de formigueiros identificados na área de plantio. O controle deve ser realizado antes do plantio (para redução da população de formigas cortadeiras na área) e novamente após o plantio (proteção imediata das mudas recém-plantadas). A dosagem e a forma de aplicação devem seguir as recomendações do fabricante do formicida.
- 5.6.10. Plantio da muda: retirar cuidadosamente a muda do recipiente (saquinho ou tubete), preservando a integridade do torrão e do sistema radicular. Posicionar a muda no centro da cova, de forma que o colo da planta fique nivelado com a superfície do solo. Preencher a cova com a terra já misturada com calcário e adubo, compactando levemente ao redor do torrão para eliminar bolsas de ar e garantir contato solo-raiz. Após o plantio, realizar o acabamento com o material orgânico resultante do coroamento (cobertura morta), distribuindo-o ao redor da muda para retenção de umidade e proteção contra erosão.

Restrições técnicas do plantio

- 5.6.11. As mudas devem ser transportadas e manuseadas com cuidado, evitando-se exposição prolongada ao sol e ao vento, danos ao torrão e quebra de caules e raízes. Mudas que apresentarem sinais de danos, desidratação severa ou morte serão rejeitadas pela fiscalização.
- 5.6.12. Não serão aceitas ferramentas que espelhem (compactem/alisem) as paredes das covas, pois dificultam a penetração radicular.

Fornecimento de mudas e insumos para o plantio

- 5.6.13. As mudas para plantio e os insumos (adubo NPK 04-14-08 ou 08-28-16, calcário dolomítico, formicida granulado e gel hidratado) serão fornecidos pelo DMAE. A Contratada deverá zelar pela conservação e pelo armazenamento adequado dos insumos recebidos até o momento da aplicação, evitando desperdícios e perdas.
- 5.6.14. A distribuição interna (transporte) das mudas e insumos, a partir do ponto de descarga definido pelo técnico do DMAE (seja na sede da propriedade ou em ponto mais avançado), até o local exato do plantio, bem como o transporte de roçadeira, escavadeira, enxada, enxadão, tesouras, reservatório para colocar o gel hidratado, equipamentos de proteção, entre outros, deverão ser providenciados pela Contratada, que deve dominar a técnica de plantio de mudas nativas. A Contratante não se responsabiliza por transporte, alimentação e hospedagem do prestador do serviço.

Período de execução do plantio

- 5.6.15. O plantio das 15.000 (quinze mil) mudas será executado no período chuvoso de 2026 (outubro a novembro), quando as condições de umidade do solo favorecem o pegamento e o desenvolvimento inicial das mudas. O trabalho de plantio deverá ser iniciado após a assinatura do contrato e mediante a emissão de ordem de serviço, seguindo o cronograma proposto pela fiscalização.
- 5.6.16. Caso condições climáticas adversas (veranicos prolongados ou excesso de chuvas) impeçam a execução no período previsto, a fiscalização poderá autorizar a reprogramação do cronograma, devendo a Contratada comunicar a situação imediatamente e aguardar deliberação.

Checklist de aceite do plantio (condição para medição)

- 5.6.17. Somente será considerado para medição o serviço que, por propriedade, esteja em conformidade com os procedimentos técnicos previstos neste TR, incluindo, no mínimo:

- A. roçagem executada;
- B. coroamento com diâmetro mínimo de 1,0 m;
- C. covas nas dimensões e espaçamento especificados (0,3 m x 0,3 m x 0,3 m / 3 m x 3 m);
- D. calagem e adubação de plantio (NPK 04-14-08 ou 08-28-16) aplicadas nas dosagens corretas;
- E. gel hidratado aplicado;
- F. controle de pragas executado;
- G. mudas plantadas com colo nivelado, torrão íntegro e cobertura morta ao redor;
- H. relatório fotográfico com fotos rastreáveis entregue.

Registros adicionais específicos do plantio e manutenção

5.6.18. Além dos registros comuns previstos nas disposições gerais, o relatório fotográfico do plantio e manutenção deverá conter:

- A. evidências específicas: mudas mortas identificadas para replantio, áreas com mortalidade elevada, ocorrências de pragas, condições adversas do terreno ou clima;
- B. durante a execução: covas abertas, adubação, gel, plantio/replante em andamento, coroamento, aplicação de formicida.

5.6.19. Levantamento de sobrevivência das mudas: quantitativo de mudas vivas, mortas e com estresse severo (desfolha total, seca de ponteiro, ataque de pragas), por propriedade, para subsidiar decisões de replantio e composição de medição.

5.6.20. Registro de áreas com replantio (quando aplicável, na 2ª manutenção): identificação das propriedades e quantitativos de mudas replantadas, com registro fotográfico.

5.6.21. Registro de ocorrências relevantes: pragas, condições climáticas adversas, dificuldades de acesso, irregularidades identificadas.

5.7. Serviço de Manutenção do Plantio:

Diretrizes gerais da manutenção

- 5.7.1. O trabalho da manutenção do plantio será executado em três etapas, sendo que a primeira deverá ser executada em março e abril/2027, a segunda em novembro e dezembro/2027 e a terceira em março e abril/2028.
- 5.7.2. A manutenção tem por objetivo assegurar o estabelecimento e o desenvolvimento das mudas plantadas, por meio de ações de controle da competição com espécies invasoras, reposição nutricional, combate a pragas e, quando aplicável, replantio de mudas que não vingarem. Cada etapa deve abranger a totalidade das propriedades atendidas pelo plantio.

Procedimentos comuns a todas as manutenções

- 5.7.3. Coroamento: capina com enxada em torno de cada muda, em diâmetro mínimo de 1,0 m, com as mudas plantadas em espaçamento de 3 m x 3 m. Ao realizar o coroamento, deve-se cortar todas as raízes das espécies invasoras que competem com a planta dentro da coroa, removendo completamente a vegetação competidora. Após a capina, o material orgânico resultante deve ser retornado ao pé da planta como cobertura morta, contribuindo para a retenção de umidade e a proteção do solo.
- 5.7.4. Adubação de cobertura: aplicação de 100 g (cem gramas) de adubo NPK 20-05-20 por muda, realizando um sulco em forma de arco (meia-lua) com aproximadamente 30 cm de circunferência, a uma distância de 15 cm do caule da muda. O adubo deve ser depositado no sulco e coberto com terra, evitando o contato direto com o caule e as raízes superficiais. A formulação NPK 20-05-20 é indicada como adubação de cobertura por fornecer nitrogênio e potássio em maior proporção, favorecendo o crescimento vegetativo e o vigor das mudas já estabelecidas.
- 5.7.5. Controle de pragas: aplicação de formicida granulado nos carreadores e olheiros de formigueiros identificados na área de plantio e nas proximidades das mudas. A vistoria e o combate a formigas cortadeiras devem ser realizados de forma sistemática em toda a área, não se limitando apenas ao entorno imediato das mudas. A dosagem e a forma de aplicação devem seguir as recomendações do fabricante. Caso sejam identificados outros agentes de dano às mudas (cupins, lagartas, etc.), a Contratada deverá comunicar a fiscalização para definição conjunta de medidas de controle.
- 5.7.6. Avaliação de sobrevivência: em cada etapa de manutenção, a Contratada deverá realizar levantamento da situação das mudas em cada propriedade, identificando e quantificando as mudas mortas, as com sinais de estresse severo (desfolha total, seca de ponteiro, ataque de pragas) e as que apresentam desenvolvimento satisfatório. Esse levantamento deverá ser registrado e apresentado à fiscalização para subsidiar as decisões de replantio.

Procedimentos específicos da primeira manutenção

- 5.7.7. Além dos procedimentos comuns (coroamento, adubação de cobertura com NPK 20-05-20 e controle de pragas), ao final da primeira manutenção a Contratada deverá realizar uma roçada geral de toda a área plantada.
- 5.7.8. A roçada geral consiste no rebaixamento mecânico (roçadeira) de toda a vegetação herbácea e gramíneas invasoras na área de plantio, excluindo-se as mudas plantadas e a regeneração natural de espécies nativas. A roçada deve ser realizada após a conclusão do coroamento, adubação e controle de pragas em todas as mudas da propriedade. A altura remanescente da vegetação após a roçada deve ficar entre 10 e 15 cm.
- 5.7.9. A primeira manutenção é crítica para o estabelecimento das mudas, pois coincide com o final do período chuvoso, quando a competição por gramíneas invasoras é mais intensa. A Contratada deverá priorizar as propriedades onde o plantio foi realizado primeiro, respeitando a ordem definida pela fiscalização.

Procedimentos específicos da segunda manutenção

- 5.7.10. Além dos procedimentos comuns (coroamento, adubação de cobertura com NPK 20-05-20 e controle de pragas), a Contratada deverá realizar o replantio das mudas que não vingarem, em quantidade equivalente a até 25% (vinte e cinco por cento) do total de mudas plantadas em cada propriedade.
- 5.7.11. O replantio deverá observar os mesmos procedimentos técnicos do plantio original (coroamento, coveamento, calagem com 200 g de calcário dolomítico PRNT mínimo 80%, adubação de plantio com 200 g de NPK 04-14-08 ou 100 g de 08-28-16, gel hidratado na proporção de 4 g/L, controle de pragas e plantio), utilizando mudas das mesmas espécies nativas do Cerrado indicadas para o tipo de área (seca e/ou úmida). As mudas e insumos para replantio serão fornecidos pelo DMAE.
- 5.7.12. A segunda manutenção coincide com o início do período chuvoso, sendo o momento mais adequado para o replantio, por garantir as melhores condições de pegamento das novas mudas. A Contratada deverá iniciar o replantio tão logo as condições de umidade do solo permitam, priorizando as propriedades com maiores índices de mortalidade identificados na avaliação de sobrevivência.

Procedimentos específicos da terceira manutenção

- 5.7.13. Além dos procedimentos comuns (coroamento, adubação de cobertura com NPK 20-05-20 e controle de pragas), a Contratada deverá realizar:
- 5.7.14. Roçada geral: ao final da terceira manutenção, após a conclusão de todos os procedimentos (coroamento, adubação, controle de pragas), a Contratada deverá realizar roçada geral mecânica de toda a área plantada, nos mesmos moldes descritos para a primeira manutenção (rebaixamento da vegetação herbácea/gramíneas invasoras, preservando mudas e regeneração nativa, altura remanescente de 10 a 15 cm).

5.7.15. A terceira manutenção encerra o ciclo de acompanhamento contratual do plantio. Ao seu término, espera-se que as mudas estejam estabelecidas e com desenvolvimento suficiente para se manter sem intervenção adicional. O relatório final da terceira manutenção deverá conter o levantamento de sobrevivência consolidado por propriedade, com registro fotográfico do estado geral das áreas plantadas, servindo como documento de encerramento contratual desta etapa.

Checklist de aceite das manutenções (condição para medição)

5.7.16. Somente será considerado para medição o serviço que, por propriedade, esteja em conformidade com os procedimentos técnicos previstos neste TR, incluindo, no mínimo:

- A. coroamento executado em todas as mudas;
- B. adubação de cobertura (NPK 20-05-20) aplicada na dosagem e forma corretas;
- C. controle de pragas executado;
- D. roçada geral executada (quando aplicável, na 1ª e 3ª manutenções);
- E. replantio executado conforme procedimentos técnicos (quando aplicável, na 2ª manutenção);
- F. levantamento de sobrevivência apresentado;
- G. relatório fotográfico com fotos rastreáveis entregue.

Fornecimento de insumos para a manutenção

5.7.17. Insumos para a manutenção — adubo NPK 20-05-20 (adubação de cobertura), calcário dolomítico PRNT mínimo 80% (para replantio), adubo NPK 04-14-08 ou 08-28-16 (para replantio), formicida granulado e gel hidratado (para replantio) — serão de responsabilidade da Contratante

5.8. Materiais a serem disponibilizados

Pela Contratante (DMAE)

5.8.1. Para o Serviço de Cercamento:

5.8.1.1. A Contratante disponibilizará os materiais necessários à execução da cerca, conforme padrão técnico e quantitativos previstos neste Termo de Referência, incluindo, no mínimo: arames (liso e, quando aplicável, farpado), postes (mourões de eucalipto tratado com 2,20 m de comprimento x 10 a 12 cm de diâmetro, e de 1,50 m x 6 a 8 cm), esticadores (mourões de eucalipto tratado com 2,80 m de comprimento x 16 a 18 cm de diâmetro, com anti-racha), bobs/catracas, e demais componentes definidos no padrão de cerca paraguaia.

5.8.1.2. Materiais para reforço por concretagem em caso de laje: cimento, areia e brita serão fornecidos pela Contratante, observada a meta operacional de consumo prevista neste TR. A distribuição de responsabilidades quanto ao preparo e aplicação do concreto consta no item “Pela Contratada”.

5.8.1.3. A Contratante providenciará a entrega/fornecimento dos materiais de cercamento nas quantidades e especificações necessárias e, quando aplicável, realizará o transporte até a sede da propriedade (ou ponto de entrega definido pela fiscalização), conforme programação do serviço.

5.8.2. Para os Serviços de Plantio e Manutenção:

5.8.2.1. A Contratante fornecerá as mudas de espécies nativas do Cerrado (15.000 unidades para o plantio inicial, além das mudas necessárias para os replantios na segunda manutenção), conforme espécies e proporções por grupo ecológico definidas pela equipe técnica do Programa Buriti para cada tipo de área (seca e/ou úmida).

5.8.2.2. A Contratante fornecerá os insumos necessários ao plantio e às manutenções, a saber:

A. Adubo NPK 04-14-08 ou 08-28-16 (adubação de plantio): utilizado na operação de plantio (200 g por cova) e nos replantios da segunda manutenção. A formulação específica (04-14-08 ou 08-28-16) será definida pela equipe técnica do Programa Buriti conforme análise das condições do solo de cada propriedade;

B. Adubo NPK 20-05-20 (adubação de cobertura): utilizado nas três etapas de manutenção (100 g por muda por etapa), com formulação de maior teor de nitrogênio e potássio para favorecer o crescimento vegetativo e o vigor das mudas já estabelecidas;

C. Calcário dolomítico (PRNT mínimo 80%): utilizado na operação de plantio (200 g por cova) e nos replantios, para correção da acidez do solo e fornecimento de cálcio e magnésio;

D. Formicida granulado: utilizado no controle de formigas cortadeiras durante o plantio e em todas as etapas de manutenção;

E. Gel hidratado (hidrogel/polímero hidroretentor): utilizado no plantio e nos replantios, na proporção de 4 g de gel seco por litro de água por cova, para reserva de umidade no período crítico de pegamento das mudas.

5.8.2.3. A Contratante providenciará o transporte (caminhão) das mudas da sede do Programa Buriti (Estação de Tratamento de Água Bom Jardim, Av. Nicomedes Alves dos Santos, nº 2.383, bairro Jardim Karaíba) até o local do plantio. Os insumos (calcário, adubos, gel e formicida) serão disponibilizados para retirada no almoxarifado (Av. Segismundo Pereira, nº 5.000, bairro Segismundo Pereira).

5.8.3. Disposições comuns de fornecimento pela Contratante:

5.8.3.1. A Contratante providenciará a entrega/fornecimento dos materiais e insumos nas quantidades e especificações necessárias, conforme programação do serviço e ordem de atendimento definida pela fiscalização.

5.8.3.2. Eventuais alterações de especificação ou substituição de insumos por equivalentes técnicos serão comunicadas previamente pela Contratante e não eximirão a Contratada do cumprimento dos procedimentos técnicos previstos neste TR.

Pela Contratada

5.8.4. Para o Serviço de Cercamento:

5.8.4.1. A Contratada disponibilizará toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para a execução do cercamento, compatíveis com trabalho em zona rural e com as condições de terreno (incluindo áreas pedregosas, declives e áreas úmidas), abrangendo a implantação, tensionamento, reforços e acabamentos da cerca.

5.8.4.2. A Contratada deverá disponibilizar meios para executar a abertura de picada/linha de serviço e a roçada operacional obrigatória (faixa mínima e altura remanescente definidas no TR), bem como os meios para execução de reforços estruturais (esbirro/estirante, "morto/colchão", estrutura tipo "H", quando aplicável), garantindo estabilidade e segurança.

5.8.4.3. Em caso de concretagem por presença de laje, a Contratada será responsável por: providenciar água em fonte próxima/viável na propriedade/local; preparar a mistura em maceira (local de preparo) e executar a aplicação do concreto no ponto necessário; disponibilizar os utensílios e insumos acessórios

de preparo (ex.: recipiente/maceira, baldes, enxadas/colheres, etc.), bem como realizar a limpeza do local após o preparo.

5.8.5. Para os Serviços de Plantio e Manutenção:

5.8.5.1. A Contratada disponibilizará toda a mão de obra necessária à execução do plantio e das três etapas de manutenção, incluindo o encarregado de campo e equipe mínima conforme definido neste TR, bem como os três funcionários para carregamento das mudas e insumos.

5.8.5.2. A Contratada disponibilizará os veículos e ferramentas necessários à execução do plantio e das manutenções, incluindo, no mínimo:

A. distribuição interna (transporte) das mudas e insumos a partir do ponto de descarga definido pelo técnico do DMAE (na sede ou em local mais próximo aprovado) até os pontos exatos de plantio e manutenção;

B. roçadeira mecânica (para roçagem da área de plantio e roçadas gerais nas manutenções);

C. enxada, enxada (para coroamento, coveamento e adubação);

D. escavadeira manual (para abertura das covas);

E. reservatório para preparo e transporte do gel hidratado;

F. tesouras de poda (para manuseio das mudas);

G. demais ferramentas e equipamentos que se fizerem necessários à adequada execução dos serviços.

5.8.5.3. A Contratada deverá dominar a técnica de plantio de mudas nativas e garantir que toda a equipe mobilizada esteja capacitada para a execução dos procedimentos técnicos previstos neste TR.

5.8.5.4. A Contratante não se responsabiliza por transporte, alimentação e hospedagem dos funcionários da Contratada durante a execução dos serviços de plantio e manutenção.

5.8.6. Disposições comuns à Contratada (todos os serviços):

5.8.6.1. A Contratada disponibilizará os EPIs e demais itens de segurança do trabalho necessários para execução de todos os serviços (cercamento, plantio e manutenção), bem como abrigo/proteção contra intempéries quando aplicável, garantindo conformidade com as normas de segurança (NR 31 e demais normas pertinentes).

5.8.6.2. A Contratada providenciará veículo adequado para o transporte de funcionários e equipamentos, em condições de segurança, com separação entre

passageiros e ferramentas/equipamentos conforme NR 31.16, sujeito à vistoria pela equipe técnica do núcleo de controle da frota antes do início de cada fase de execução.

5.9. Regras de guarda, conservação e uso:

- 5.9.1. A Contratada será responsável pela guarda, conservação e correto emprego dos materiais disponibilizados pela Contratante durante a execução, devendo evitar desperdícios, perdas e danos.
- 5.9.2. Os materiais deverão ser utilizados exclusivamente na execução do objeto, conforme orientação da fiscalização e conforme os quantitativos medidos e atestados.
- 5.9.3. Caso haja necessidade de reposição por mau uso, desperdício ou dano imputável à Contratada, a situação deverá ser registrada e tratada conforme regras de responsabilização previstas no contrato/TR.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.10. Todas as informações relevantes para o dimensionamento da proposta foram devidamente descritas nesse Termo de Referência, não havendo outras informações relevantes para destacar.

Especificação da garantia do serviço

- 5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido no art. 26 da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

- 5.12. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:
 - 5.12.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:
 - 5.12.1.1. Camisa de manga longa em tecido com proteção UV 50+;
 - 5.12.1.2. Calça operacional em brim pesado, resistente a rasgos e abrasão, adequada para circulação em áreas de vegetação de Cerrado;
 - 5.12.1.3. Botina de segurança em couro com bico de aço/composite e solado antiderrapante;
 - 5.12.1.4. Chapéu de palha ou boné com proteção de nuca para atividades sob exposição solar direta.

- 5.12.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 5.12.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Transição Contratual

5.13. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e, quando for o caso, pelo fiscal administrativo, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para

a Administração. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 6.7.1. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.2. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual
- 6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

- 6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Do Preposto

- 6.13. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.14. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução contratual.
- 6.15. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade
- 6.16. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.
- 7.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.
 - 7.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 7.2.2. não produzir os resultados acordados,
 - 7.2.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.4. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - 7.2.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do Recebimento

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
 - 7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
 - 7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
 - 7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

- 7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.4.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.4.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.4.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para adotar as providências cabíveis.
- 7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023 ou outro instrumento que vier a substituí-lo ou regulamentá-lo.
- 7.7. Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

- 7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.11. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Liquidação

- 7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, inciso I do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 7.15. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.
- 7.16. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.
- 7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.18. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

7.24.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

- 7.25. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

$$TX = 6,0\% \text{ a.a.}$$

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

Forma de pagamento

7.26. Para pagamento das **medições mensais** a Contratada deverá encaminhar ao Gestor do contrato os seguintes documentos:

a) Relatório Fotográfico, conforme modelo abaixo:

MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (NO MÁXIMO 08 FOTOS (02 páginas) PARA ILUSTRAR A MEDIÇÃO)	
Contrato n.º _____	Medição n.º _____
Nome da Contratada: _____	
Período medido: De ____/____/____ até ____/____/____	
Objeto contratada: _____	
FOTO N.º 1 Data: ____/____/____	FOTO N.º 2 Data: ____/____/____
<div>Espaço para FOTO N.º 1. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>	<div>Espaço para FOTO N.º 2. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>
FOTO N.º 3 Data: ____/____/____	FOTO N.º 4 Data: ____/____/____
<div>Espaço para FOTO N.º 3. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>	<div>Espaço para FOTO N.º 4. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.</div>
Localização da(s) foto(s): Foto N.º 1 / Foto N.º 2 / Foto N.º 3 / Foto N.º 4	
Autoria da(s) fotografia(s): _____	
Gestor contrato (DMAE): _____	N.º CPF: _____
Fiscal contrato (DMAE): _____	N.º CPF: _____
Fiscal obra (DMAE): _____	N.º CPF: _____
* N.º REGISTRO para Técnico, Engenheiro ou Arquiteto fiscal da obra	N.º CREA/CAU: _____
Data: ____/____/____	Carimbo/Ass. R.T. da contratada: _____
	N.º CREA/CAU: _____
	N.º CPF: _____

OBS.: O arquivo/relatório deverá ser salvo em pdf no modelo: **anomesda-n.º contrato-ano-nome da contratada**
EXEMPLO: 20200319-110-2019-CONSTRUTORA

- b) Requerimento;
- c) Planilha de Medição, conforme Anexo III;
- d) As respectivas cópias dos registros trabalhistas (livro de registro de empregados), além dos comprovantes de recolhimentos de encargos sociais e dos pagamentos de salários aos empregados executores dos serviços prestados;
- e) Cópia da **DCTFWeb**, referente ao período da solicitação do pagamento;
- f) Comprovante de pagamento/quitação dos tributos, impostos e contribuições da **DCTFWeb**, ou seja, documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) Previdenciário comprovando o recolhimento do INSS de acordo com a **DCTFWeb** do período da solicitação de pagamento;
- g) Recolhimento do FGTS relativa ao período de execução constante da medição dos serviços;
- h) Relatório do FGTS Digital;
- i) Folha de pagamento dos empregados;

- j) Recibos salariais;
- k) Cartões de ponto;
- l) Cópia dos controles de entrega de EPI's e dos comprovantes de treinamento quanto ao uso dos mesmos;
- m) Mensalmente, a Contratada deverá fornecer a listagem com nomes dos empregados que prestaram os serviços contratados pelo DMAE, objetos deste contrato. Os encarregados e supervisores farão a devida conferência;
- n) A Contratada deve apresentar, num **prazo de 30 dias** após à assinatura do Contrato, os seguintes documentos:
 - Cópia do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, especificadamente das atividades e ambientes ocupacionais reconhecidos/avaliados segundo as atividades e ambiente ocupacional objeto do contrato;
 - Cópia do PCMSO – Programa de Controle de Saúde Ocupacional do quadro de colaboradores, específico das funções objeto do Contrato;
 - Cópia do LTCAT (com indicação do percentual) – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, específico das funções, enquadradas ou não como insalubres, periculosidade e/ou de aposentadoria especial, objeto do Contrato;
 - Cópias de ASO – Atestado de Saúde Ocupacional do quadro permanente e de novos contratados.
 - Laudo de Inspeção do Equipamento– Se pertinente ao objeto do contrato, a Contratada deverá apresentar na primeira medição e a cada substituição do veículo/máquina/moto.
- o) A cada nova medição deverá a Contratada apresentar separadamente ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE os seguintes documentos:
 - Cópia de fichas de EPI assinadas pelos colaboradores;
 - Relação do quadro permanente e de novos colaboradores contratados;
 - Recibos de pagamento de insalubridade ou de periculosidade, holerites - Quando o LTCAT apontar a existência da atividade insalubre NR15 ou periculosa NR16;
 - Lista de colaboradores com direito a aposentadoria especial – Quando o LTCAT apontar a existência de tarefas com direito a aposentadoria especial.
- p) Quando o Colaborador fizer jus ao adicional de insalubridade – segundo LTCAT – a Contratada deverá apresentar ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE cópias de recibos de pagamento;
- q) Quando se tratar de atividades em espaços confinados e em sistemas energizados, a Contratada deverá apresentar ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE cópias de treinamento em capacitação dos colaboradores na NR 33 e NR 10;

- r) Quando previstos nas atividades ou riscos pertinentes ao objeto do contrato, a Contratada deverá apresentar ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE cópias dos certificados de capacitação em cursos específicos:
- Cópias de treinamento para trabalhar em espaço confinado- NR33;
 - Cópias de treinamento para trabalhar em altura- NR 35;
 - Cópias de treinamento para trabalhar como operador de guincho/guindaste/guindauto- NR 11;
 - Cópias de treinamento para trabalhar em sistemas energizados- NR 10;
 - Cópias de treinamento/integração e conscientização sobre o uso de EPI (NR 06) para todos os contratados e NR 18 (Indústria e Construção);
- s) Caso ocorra acidente de trabalho com abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho- CAT, a Contratada deverá enviar cópia da CAT ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE na primeira medição após o acidente;
- t) A Contratada somente receberá o pagamento da primeira medição após apresentar na integra toda a documentação mencionada. No caso de eventual erro nos documentos apresentados pela Contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação. Em nenhuma hipótese a devolução dos documentos, para correção será considerado motivo para suspensão da execução do objeto contratado.
- 7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.
- 7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.31. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações do contratante

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.11. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do contratado

- 8.14. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.15. Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 8.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- 8.17. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;
- 8.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.21. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.
- 8.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.23. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.24. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

- 8.25. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);
- 8.26.1. Priorizar, caso empregado aprendiz na execução direta do objeto, a contratação de jovens entre 14 e 18 anos e que estejam em situação de vulnerabilidade ou risco social pelos estabelecimentos, em observância a regra imposta pelo artigo 53 do Decreto Federal nº. 9.579, de 22 de novembro de 2018 e suas alterações.
- 8.27. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);
- 8.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.31. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;
- 8.32. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;
- 8.33. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8.34. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

Obrigações especiais

- 8.35. Manter a escala de trabalho dos profissionais alocados na execução do objeto, admitindo substituições somente mediante comunicação prévia à fiscalização do contrato, assegurando a

continuidade da prestação dos serviços com equipe mínima na quantidade exigida neste Termo de Referência.

- 8.36. Observar e cumprir integralmente as normas previstas em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho (ACT/CCT) da categoria profissional envolvida na execução dos serviços, bem como toda a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, vedado qualquer inadimplemento cujos ônus possam ser transferidos à Administração.
- 8.37. Apresentar, sempre que solicitado pelo fiscal ou gestor do contrato, os documentos comprobatórios do regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados alocados, incluindo registro em CTPS, recolhimento de FGTS, pagamento de salários, férias, 13º salário e demais verbas devidas, sob pena de retenção de pagamentos até a regularização.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

Forma de seleção

- 8.38. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento LICITATÓRIO, na modalidade a ser definida pela diretoria de suprimentos.

8.38.1. O objeto é indivisível e seu parcelamento é inviável, nos termos do art. 47, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pois a execução do cercamento, do plantio e das manutenções deve ocorrer sob coordenação única, com padronização executiva e responsabilidade técnica e operacional integrada, de modo a garantir qualidade, estabilidade e rastreabilidade do serviço em todas as frentes. O parcelamento por trechos, propriedades ou frentes de trabalho aumentaria de forma relevante a complexidade de fiscalização e gestão contratual, gerando riscos de: descontinuidade de execução entre frentes e maior probabilidade de atrasos por conflitos de programação e logística; heterogeneidade de padrão (diferenças de tensionamento, reforços de cantos/esticadores, tratamentos de pontos críticos como saprolito/laje e concretagem, além de acabamentos), com impacto direto na durabilidade e na segurança; dificuldade de responsabilização por falhas e não conformidades, especialmente em pontos de transição entre lotes/trechos e em situações de retrabalho; ineficiência logística, com duplicação de mobilização de equipes, deslocamentos, ferramentas, apoio de carga/distribuição interna e gestão de materiais, elevando custo global e reduzindo produtividade; maior risco de interferência operacional (ex.: uso de materiais e frentes simultâneas) e de conflitos no uso de acessos e áreas de execução, por múltiplas contratadas. Assim, a aglutinação do objeto em contratação única promove maior eficiência, padronização, controle e responsabilização, assegurando a entrega do resultado esperado com melhor custo-benefício e menor risco operacional e contratual.

Critérios de aceitabilidade e julgamento da proposta

- 8.39. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com quaisquer itens acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

Exigências de habilitação

- 8.40. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender os itens a seguir.
- 8.41. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a mesma deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inc. II, da mesma Lei.

Habilitação jurídica, fiscal, social e Trabalhista

- 8.42. Serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.:

Vistoria Prévia

- 8.43. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é IMPRESCINDÍVEL para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 16 horas.
- 8.44. O interessado deverá entrar em contato com a equipe técnica da Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade através do telefone (34) 3233-2564 ou (34) 3233-4357 ou (34) 99249-8515, até 05 (cinco) dias antes da sessão de licitação para marcar a vistoria. Como é uma vistoria longa e a quantidade de técnicos é limitada, sugerimos que a empresa entre em contato conosco com maior antecedência possível, para que não haja contratemplos.
- 8.45. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, sendo vedada a realização de visitas com mais de um licitante ao mesmo tempo.

- 8.46. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 8.47. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 8.48. A vistoria prévia facultativa pode ser substituída por declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.
- 8.49. A licitante, comparecendo presencialmente à vistoria técnica, deverá emitir um dos seguintes documentos que serão apresentados juntamente com a documentação técnica, conforme subitem nº 8.50 deste Termo de Referência.:
- 8.49.1. atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço após a realização da visita.
- 8.49.2. atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço mesmo sem ter realizado a visita.
- 8.49.3. declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação independentemente da visita.

8.50. MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu/sua representante legal _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, declara, para fins de comprovação junto ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, relativamente à Licitação nº _____, que:

(assinalar a opção aplicável)

() o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, representando a empresa, compareceu ao local onde será executado o objeto da licitação, tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer

forma, influir sobre o custo, preparação de documentos, proposta e execução do objeto da licitação;

() conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço, bem como todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, mesmo sem ter realizado a visita técnica, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela execução do objeto contratual;

() declara formalmente, por meio de seu responsável técnico Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, no RG nº _____ e no CREA nº _____, que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, das características do local, das exigências técnicas e operacionais e das condições necessárias para a execução do objeto da licitação, independentemente da realização de visita técnica, assumindo integral responsabilidade por eventuais custos decorrentes de sua execução.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local, data.

Assinatura

(razão social)

Qualificação Técnica

8.51. Os documentos de qualificação técnica abaixo serão avaliados pela área técnica do órgão Demandante responsável pela elaboração deste Termo, que manifestará pelo deferimento ou indeferimento de cada documento.

8.51.1. Havendo necessidade de esclarecimentos, a área técnica do órgão Demandante poderá solicitar ao Pregoeiro a realização de diligências visando a complementação ou elucidação dos documentos de qualificação técnica.

8.52. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA (CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA), em plena validade, nos termos do art. 67, inciso V da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.52.1. Esta exigência é necessária pois a execução do objeto envolve serviço comum de engenharia com características de obra/serviço técnico (implantação de cercamento, esticadores, reforços estruturais, intervenções em terreno pedregoso/rochoso e eventuais reforços por concretagem), cuja atuação demanda empresa habilitada e regularmente registrada no órgão profissional competente, com vistas a assegurar conformidade técnica, rastreabilidade e responsabilização.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

8.53. Comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, conforme art. 67, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.54. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.54.1. **Construção de cerca paraguaia em Áreas de Preservação Permanente (APP):** Experiência comprovada nos serviços especificados, demonstrando ter executado, em contratos anteriores, pelo menos **50%** do total de metros lineares previstos para este contrato.

8.54.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.54.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.54.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após decorrido, no mínimo, um ano do início da execução do respectivo contrato. Não serão aceitos atestados de contratos com duração inferior a um ano.

8.54.5. Prova de atendimento aos requisitos de saúde e segurança do trabalho aplicáveis a atividades rurais, especialmente quanto ao fornecimento e uso de EPIs, condições seguras de trabalho e transporte de trabalhadores, conforme normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (ex.: NR-31 e NR-06) e demais regras aplicáveis.

8.54.6. Deverá apresentar relação com a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da

licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do art. 67, inciso III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.54.6.1. Esta exigência se faz necessária para assegurar que a licitante possui capacidade efetiva de mobilização, estrutura e pessoal compatíveis com a execução em zona rural, com produtividade, qualidade e segurança, evitando paralisações, improvisações técnicas e riscos de não conformidades em pontos críticos (cantos, esticadores e trechos pedregosos/rochoso).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

- 8.55. Comprovação que a empresa possui em seu corpo técnico, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação;
- 8.56. O(s) referido(s) atestado(s) técnico(s) poderá(ão) ser firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverá(ão) ter sido emitido(s) em nome de profissional(ais) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, na data de apresentação da documentação para habilitação e pertencente(s) ao corpo de Responsáveis Técnicos da empresa;
- 8.57. A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- 8.58. O(s) atestado(s) deve(m) estar devidamente registrado(s) no CREA, comprovando que o(s) profissional(ais) executou(aram) ou participou(aram) da execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com itens relevantes aqui licitados;

8.59. O(s) atestado(s) técnico(s) emitido(s) em nome do(s) profissional(ais) de nível superior somente poderá(ão) ser utilizado(s) por uma única empresa licitante, nesta licitação. Caso o(s) mesmo(s) atestado(s) seja(m) apresentado(s) por mais de uma licitante, o(s) mesmo(s) não será(ão) considerado(s) como documento(s) comprovador(es) da qualificação técnica requerida;

8.60. a determinação da similaridade exigida será obtida pela abrangência dos itens de maior relevância técnica e valor significativo, que deverá(ão) constar do(s) atestado(s) apresentado(s), conforme abaixo indicado:

8.60.1. Item de maior relevância 01 - serviço de construção/implantação de cerca paraguaia em área rural ou APP, medido por metro linear, incluindo instalação de postes, esticadores, cantos, reforços estruturais, passagem e tensionamento de fios/arames e acabamentos;

8.60.2. Item de maior relevância 02 - serviço de plantio de mudas de espécies nativas do cerrado, em área rural ou APP, incluindo preparo da área, coroamento, coveamento, calagem, adubação, aplicação de gel hidratado, plantio e controle de pragas;

8.60.3. Item de maior relevância 03 - serviço de manutenção de plantio de mudas nativas em área rural ou APP, compreendendo coroamento, adubação de cobertura, controle de pragas, roçada e replantio de mudas, quando aplicável.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 14.651, de 17 de dezembro de 2025: 17.01.17.512.18.4.049.3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica - Diretoria Meio Ambiente Sustentabilidade].

- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Uberlândia, 9 de abril de 2026.

Morony Martins Oliveira

Engenheiro Agrônomo

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE – GERÊNCIA
AMBIENTAL

APÊNDICE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

- A. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- F. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- H. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 2.A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - 3.A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 4.A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 5.O registro previsto na Lei Federal nº 5.764, de 1971, art. 107;
 6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - 8.A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- I. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- J. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- K. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- L. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas

Físicas (CPF), conforme o caso;

- M. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- N. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;
- O. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- P. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Q. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- R. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- S. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.
- T. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

Habilitação econômico-financeira

A documentação para habilitação econômico-financeira, caso exigida, consta no Termo de Referência.

Qualificação técnica

A documentação para qualificação técnica, caso exigida, consta no Termo de Referência.

ANEXO I- INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará um ou mais indicadores, contendo as respectivas metas a cumprir.

O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

A avaliação analisará itens como:

- Execução em conformidade à Ordem de Serviço;
- Execução do serviço em tempo hábil;
- Qualidade do serviço, atentando-se à perfeita execução.
- Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços;
- Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços;
- Recusa ao atendimento de ordem de serviço, sem motivo justificado;
- Execução de serviço sem prévia autorização;
- Danificar os espaços do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia durante a execução dos serviços;
- Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços;
- Apresentação dentro do prazo de notas fiscais/relatórios de entrega dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- Entrega da documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade;
- Entrega dos esclarecimentos formais solicitados para sanar possíveis inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade.
- A lista apresentada acima não é exaustiva, podendo ser propostos novos itens de avaliação.

A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle.

Os serviços poderão ser avaliados tanto no seu recebimento quanto na sua fase de execução.

Durante a prestação dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização poderá realizar vistoria aleatória nos locais de execução, podendo, a seu critério, repeti-la sempre que for necessária.

O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao preposto da contratada até o 5º dia útil subsequente, a fim de que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.

Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

Segue abaixo os parâmetros de análise:

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Cumprimento dos critérios e serviços relacionados na Tabela 1
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.
Instrumento de Medição	Planilha de Controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados, bem como dos critérios elencados na Tabela 1 e das demais disposições do Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na Planilha de Controle
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	% de serviços adequados executados dentro do mês de referência (total de serviços adequados executados dentro do mês de referência/total de serviços estabelecidos por período) * 100
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	85% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura. 75% a 84% dos serviços = recebimento de 95% da fatura. 65% a 74% dos serviços = recebimento de 85% da fatura. 59% a 64% dos serviços = recebimento de 80% da fatura
Sanção	Abaixo de 59% dos serviços = multa de 5% sobre o valor total da fatura alusiva aos serviços onde constatou-se o não cumprimento dos requisitos insertos na Tabela 1.

Tabela 1

Índice de Medição de Resultados - IMR			
ITEM	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	ADEQUADO	INADEQUADO
1	Execução em conformidade à Ordem de Serviço.		
2	Execução do serviço em tempo hábil.		
3	Qualidade do serviço executado, atentando-se à perfeita execução.		
4	Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços.		
5	Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços.		
6	Recusa ao atendimento de ordem de serviço, sem motivo justificado.		
7	Execução de serviço sem prévia autorização.		
8	Danificar os espaços das propriedades rurais durante a execução dos serviços.		
9	Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços.		
10	Entrega da documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade.		
11	Entrega dos esclarecimentos formais solicitados para sanar possíveis inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade.		

PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS - MÊS DE REFERÊNCIA:
_____/____/_____.

Avaliações dos Serviços (A)	Quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado (B)	Quantidade de itens avaliados e classificados como adequados (C)	Porcentagem do Serviço Realizado (D)
Prestação de Serviços	11	XX	XX%

(A) Todos os Serviços, Tarefas e Obrigações a serem executados pela Contratada de forma adequada à expectativa da Administração.

(B) A quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado seguirá o somatório dos itens discriminados na Tabela 1 e deverá ser preenchida por servidor formalmente designado pela Administração para a fiscalização do contrato.

(C) A quantidade de itens avaliados e classificados como adequados corresponde ao somatório de avaliações do serviço efetivamente realizado e devidamente adequado à expectativa da Administração, especificados na Tabela 1.

(D) A porcentagem do serviço realizado será mensurada mediante o cálculo $(C/B) \times 100$, ou seja, a quantidade de itens avaliados e classificados como adequados sobre a quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado (soma da Tabela 1), vezes 100 (cem). Este cálculo informará o percentual do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.

Obs. 1 - Havendo casas decimais na porcentagem do serviço realizado (D), arredondar para o percentual inteiro abaixo, exemplo: 89,47% = 89%

Obs. 2 - O levantamento dos serviços e as respectivas avaliações serão realizadas pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração.

Obs. 3 - Durante a execução dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização realizará vistoria aleatória nos postos de serviço contratados.

FICHA DE AVALIAÇÃO	
UNIDADE:	DATA: ____/____/____
PROCESSO:	MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:
FISCAL DO CONTRATO:	CONTRATO:
MATRÍCULA:	CNPJ:
ASSINATURA:	EMPRESA:

FISCAL ADMINISTRATIVO(A):	MATRÍCULA:

ANEXO II – MODELO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS**LICITAÇÃO Nº:** [Inserir Número]**OBJETO:** Contratação de serviços de mão de obra para construção de cerca paraguaia, plantio e manutenção de mudas nativas em APPs.**1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

- **Razão Social:** _____
- **CNPJ:** _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL (RESPONSÁVEL TÉCNICO)

- **Nome:** _____
- **Formação Profissional:** () Engenheiro Agrônomo () Engenheiro Florestal
- **Registro CREA:** _____

3. RELAÇÃO DE COMPROMISSOS TÉCNICOS ATIVOS

A licitante abaixo assinada declara, sob as penas da lei, que o profissional indicado acima possui os seguintes compromissos técnicos vigentes que demandam sua disponibilidade:

Cliente (Público ou Privado)	Objeto do Contrato	Prazo de Vigência	Carga Horária/Dedicação Mensal

4. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE Declaramos que a execução dos compromissos acima relacionados não prejudica a plena disponibilidade do profissional para a supervisão técnica direta do objeto desta licitação, garantindo o acompanhamento das frentes de trabalho, a emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e a tomada de decisão técnica em pontos críticos de campo.

Observação: Caso o profissional não possua outros compromissos ativos no momento, a tabela acima deverá ser preenchida com a informação "NADA DECLARA" ou "INEXISTENTE".

[Local], [Dia] de [Mês] de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE MENDIÇÃO MENSAL

PLANILHA DE MEDIÇÃO MENSAL																	
Contratada:																	
Cliente:									Licitação:								
Objeto:																	
Medição Número :			Mês:						Período :								
ITEM	DISCRIMINAÇÃO (POSTO DE TRABALHO)	UNIDADE	QUANTITATIVOS					PREÇOS UNITÁRIOS R\$	VALORES (R\$)					PERCENTUAL			
			PREVISTOS NO CONTRATO	ACUMULADOS ATÉ MEDIÇÃO ANTERIOR	MEDIDO NO MÊS	ACUMULADOS ATÉ ESTA MEDIÇÃO	SALDO À REALIZAR		PREVISTOS NO CONTRATO	ACUMULADOS ATÉ MEDIÇÃO ANTERIOR	VALOR MEDIDO NO MÊS	ACUMULADOS ATÉ ESTA MEDIÇÃO	SALDO DO CONTRATO	JÁ REALIZADO	À REALIZAR		

TERMO DE REFERÊNCIA

TOTAIS															
CONTRATADA								CONTRATANTE							
<div> <div></div> <div>Representante Legal Contratada</div> <div> <div></div> <div></div> <div></div> </div> </div>								Fiscal do Contrato:		<div></div> <div> <div></div> <div></div> <div></div> </div>					
								Fiscal Administrativo:		<div></div> <div> <div></div> <div></div> <div></div> </div>					
								Gestor do Contrato:		<div></div> <div> <div></div> <div></div> <div></div> </div>					

Nome Arquivo: TR_CERCA_PLANTIO_MANUTENCAO.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 12/05/2026 11:21:14



ASSINATURA DIGITAL

0256f0dde00760c0ed2092dd9803a732

Nome Arquivo: TR_CERCA_PLANTIO_MANUTENCAO.pdf

Documento autenticado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA

Certificado: **9529066e***92ced101**86ce1*****73e1**

Data Validade Certificado: 12/08/2026

Data: 12/05/2026



ASSINATURA DIGITAL

5f0a6917ed80b6ead878b666a2236120

Nome Arquivo: TR_CERCA_PLANTIO_MANUTENCAO.pdf

Documento autenticado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **8c363faa***3387b04f**fb965*****f787**

Data Validade Certificado: 26/01/2027

Data: 12/05/2026



ASSINATURA DIGITAL

ac0890787ca8afb1ae04f60f4f077bb2

Nome Arquivo: 3 ANEXO 02 - Termo de Referência.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 20/05/2026 16:57:29

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 21/05/2026 15:27:44



20261361585NEC/PAG

ANEXO 03**RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS 783, 1355, 1363, 1364/2026**

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023, e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES – ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

1- OBJETO - Contratação de serviços de mão de obra para a construção de 10.000 metros lineares de cerca paraguaia em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme o termo de referência.

2- PERÍODO DE REALIZAÇÃO: com consolidação planilha orçamentaria 09/04/2026

3 - METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de

() Média () Mediana () Menor Preço (x) Planilha orçamentaria a partir de tabelas de referência como SINAPI, SUDECAP, EMBASA, entre outras.

4 - ANÁLISE DA PESQUISA:

O valor estimado foi feito pela Diretoria Meio Ambiente Sustentabilidade, baseado na planilha orçamentaria a partir de tabelas de referência como SINAPI, SUDECAP, EMBASA, entre outras.

Requisição	Objeto	Preço de Referência Unit. (em reais)
783 / 2026	INSTALACAO/MANUTENCAO - CERCA/ ALAMBRADO/TELA, conforme o termo de referência.	R\$ 162.000,00 cento e sessenta e dois mil reais
1355 / 2026	PLANTIO DE ARVORE, conforme o termo de referência.	R\$ 121.950,00 cento e vinte e um mil novecentos e cinquenta reais
1363 / 2026	AGRICULTURA- PREPARACAO/PLANTIO/COLHEITA	R\$ 243.900,00 duzentos e quarenta e três mil e novecentos reais
1364 / 2026	AGRICULTURA- PREPARACAO/PLANTIO/COLHEITA	R\$ 121.950,00 cento e vinte e um mil novecentos e cinquenta reais

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAIA - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Construção de 10.000 metros lineares de cerca paraguaia em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da bacia do Rio Uberabinha.	Metro Linear	10.000	R\$ 12,35	31,16%	R\$ 16,20	R\$ 162.000,00

TOTAL SEM BDI	R\$	123.500,00
BDI	R\$	38.500,00
TOTAL COM BDI	R\$	162.000,00

PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Conforme determinado pela Lei Federal 14.133/2021 e o Decreto Municipal 20.154/2023				
Processo Licitatório nº: ____/____. Modalidade: _____. Data: ____/____/____ às ____:____ horas				
CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAIA - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)				
Unidade de Medida - Tipos e Quantidades				
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Quantidade	Salário
	AJUDANTE E OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE (Compatível com Capineiro na CCT)	44h/Sem	4	R\$ 1.862,63
	ENCARREGADO	44h/Sem	1	R\$ 2.648,04
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra				
2	Salário estimado do profissional (Salário Normativo da Categoria)			Uberlândia/MG
3	Convenção Coletiva de Trabalho 2026 - (CCT 2026/2026 REG.MTE:MG000523/2026 - SINDEACO X SEAC-MG)			Asseio e Conservação
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/01/2026
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Salário AJUDANTE/TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE	4	R\$ 1.862,63	7.450,52
B	Salário ENCARREGADO	1	R\$ 2.648,04	2.648,04
C	Adicional de insalubridade			-
D	Adicional de periculosidade			-
E	Adicional noturno			-
F	Adicional de hora extra			-
Total da remuneração				10.098,56
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS (INSUMOS DE MÃO DE OBRA)				
2	Benefícios mensais e diários (insumos de mão de obra)	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Vale Transporte Urbano Ajudante	4	139,04	556,16
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG		R\$ 5,70	
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário		2	
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte		22	
	Desconto de 6% sobre o Salário conforme lei nº 7418, artigo 4º		R\$ 111,76	
B	Vale Transporte Urbano Encarregado	1	91,92	91,92
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG		R\$ 5,70	
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário		2	
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte		22	
	Desconto de 6% sobre o Salário conforme lei nº 7418, artigo 4º		R\$ 158,88	
C	Auxílio Alimentação (conforme CCT 2026)	5	R\$ 416,87	2.084,35
D	Convênio Odontológico (conforme CCT 2026)	5	46,19	230,95
E	Cartão Cesta Básica (conforme CCT 2026)	5	200,00	1.000,00
F	Seguro de vida (conforme CCT 2026)	5	8,00	40,00
G	Contribuição Assitencial - Patronal (conforme CCT 2026)	5	12,02	60,10
Total de Benefícios mensais e diários				4.063,48
MÓDULO 3 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DE MÃO DE OBRA				
3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Camisa manga longa	5	4,11	20,55
B	Calça Jeans	5	5,87	29,35
C	Botina de segurança com bico de ferro EPI	5	6,38	31,90
D	Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	5	1,63	8,15
E	Boné tipo árabe EPI	5	1,10	5,48
F	Óculos de Proteção EPI	5	0,21	1,07
G	Luva de Raspa EPI	5	0,95	4,77
Total Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra				101,27

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO "A"			
Grupo A	Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	2.019,71
B	SESI ou SESC	1,50%	151,48
C	SENAI ou SENAC	1,00%	100,99
D	INCRA	0,20%	20,20
E	Salário Educação	2,50%	252,46
F	FGTS	8,00%	807,88
G	Seguro acidente do trabalho	3,00%	302,96
H	SEBRAE	0,60%	60,59
	Total	36,80%	3.716,27

GRUPO "B"			
Grupo B	Encargos Sociais e Trabalhistas + Reposição de Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	841,21
B	Férias + 1/3 Adicional de férias	11,11%	1.121,95
C	Licença Maternidade	0,29%	29,29
D	Licença Paternidade	0,10%	10,10
E	Faltas Legais	1,39%	140,37
F	Acidente de Trabalho	0,33%	33,33
G	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	42,41
H	13º Salário Indenizado	0,03%	3,03
	Subtotal	22,00%	2.221,69
I	Incidência do Grupo "A" sobre os itens do Grupo "B"	8,10%	817,98
	Total	30,10%	3.039,67

GRUPO "C"			
Grupo C	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	42,41
B	Indenização Adicional - (FGTS)	0,03%	3,03
C	Indenização - rescisões sem justa causa - (FGTS)	3,20%	323,15
	Total	3,65%	368,59

Quadro-resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas			
5	Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
Grupo A	Encargos Previdenciários e FGTS	36,80%	3.716,27
Grupo B	Encargos Sociais e Trabalhistas + Reposição de Profissional Ausente	30,10%	3.039,67
Grupo C	Provisão para Rescisão	3,65%	368,59
Total - Encargos sociais e trabalhistas		70,55%	7.124,53

MÓDULO 5 - OUTROS INSUMOS DIVERSOS (FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS)				
5	Insumos Diversos - Ferramentas e Equipamentos	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
5.1	Cavadeira 2 Cabos 1,50m	5	3,31	16,55
5.2	Enxada Larga c/ Cabo	5	2,42	12,10
5.3	Enxada c/ Cabo	5	3,53	17,65
5.4	Alicate (uso em cerca)	5	1,72	8,60
5.5	Foice c/ Cabo	5	2,99	14,95
5.6	Adaptador furadeira para motosserra	1	8,37	8,37
5.7	Motosserra	1	27,00	27,00
5.8	Perfurador de Solo à Gasolina	1	16,79	16,79
5.9	Broca para perfurador de solo	1	5,89	5,89
5.10	Roçadeiras Lateral/Costal à Gasolina	1	10,23	10,23
5.11	Gasolina para Roçadeira e Perfurador de Solo	26	6,13	159,38
5.12	Garrafa térmica	1	0,69	0,69
5.13	Tenda/Barraca de Lona para proteção dos funcionários em	1	23,61	23,61
5.14	Transporte Área Rural (Mensal)	1	10.999,98	10.999,98
5.16	Serviços de engenharia	1	4.333,44	4.333,44
Total de Insumos Diversos (Ferramentas e Equipamentos)				15.655,23

RESUMO DOS CUSTOS MENSAIS DOS SERVIÇOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
	Custos Mensais Vinculados à execução contratual	Valor (R\$)
Módulo 1	Composição da Remuneração	10.098,56
Módulo 2	Benefícios mensais e diários (insumos de mão de obra)	4.063,48
Módulo 3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	101,27
Módulo 4	Encargos sociais e trabalhistas	7.124,53
Total - Mão-de-Obra vinculada à execução contratual		21.387,84
Módulo 5	Insumos Diversos - Ferramentas e Equipamentos	15.655,23
Total - Custos Mensais Vinculados à execução contratual		37.043,07

MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI)				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	BASE DE CÁLCULO	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	37.043,07	7,80%	2.889,36
B	Tributos	48.587,74	8,65%	4.202,84
B.1	B1. Tributos federais			
	PIS		0,65%	315,82
	COFINS		3,00%	1.457,63
B.2	Tributos Estaduais (ICMS)		0,00%	
B.3	Tributos Municipais (ISS)		5,00%	2.429,39
B.4	Optante pelo SIMPLES Nacional (% legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)		0,00%	-
B.5	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS		0,00%	-
B.6	Outros tributos (especificar)		0,00%	-
C	Lucro	39.932,43	11,15%	4.452,47
Total - Custos Indiretos, Tributos e Lucro (BDI)			BDI = 31,16%	11.544,67

Fator Tributário	0,9135
------------------	--------

RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTO E FORMAÇÃO DO PREÇO				
Resumo - Do Custo e Do Preço				Valor (R\$)
Módulo 1	Composição da Remuneração			10.098,56
Módulo 2	Benefícios mensais e diários (insumos de mão de obra)			4.063,48
Módulo 3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra			101,27
Módulo 4	Encargos sociais e trabalhistas			7.124,53
Módulo 5	Insumos Diversos - Ferramentas e Equipamentos			15.655,23
	CUSTO MENSAL			37.043,07
Módulo 6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			11.544,67
	PREÇO MENSAL			48.587,74
	Quantidade Funcionários Estimados Mensal	Equipe 1		Total
	Ajudantes/Trabalhadores Rurais Polivalentes-->>	4		4
	Encarregados-->>	1		1
	Soma==>>	5		5

RESUMO VALOR UNITÁRIO		CUSTO R\$	PREÇO R\$
A	Produtividade Estimada Mensal (metros/lineares de cerca para 01 Equipe)	3.000	
B	Valor por metro/linear de construção de cerca paraguaia (Estimado)	R\$ 12,35	R\$ 16,20

Observações:

- a) As planilhas de composição de custos e formação de preço devem apresentar o detalhamento dos custos, em planilha própria, índice atualizados, despesas com pessoal, combustível, equipamentos, materiais, impostos, encargos, lucros e demais custos/despesas diretas e indiretas, conforme determinado pela Lei Federal 14.133/2021 e o Decreto Municipal 20.154/2023;

- b)** As planilhas de composição de custos e formação de preço são meramente estimativas, cabendo ao licitante preenchê-las e apresentá-las, em conformidade com a sua realidade;
- c)** As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas de preços de forma clara e precisa, incluindo todos os custos e despesas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e
- d)** Inclusive deverão observar os encargos sociais e tributos de empresa licitante optante pelo SIMPLES Nacional, se for o caso;
- e)** O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a CONTRATADA.
- f)** Todos os Preços Unitários deverão ser apresentados limitados a (2) duas casas decimais, respeitando as Regras de arredondamento na numeração decimal de acordo com a norma ABNT/NBR 5891:2014. Em caso de discrepância entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total.
- g)** As empresas licitantes deverão observar, ao confeccionar suas propostas de preços e planilha de composição de custos, os percentuais mínimos fixados por lei para os encargos sociais e

Itens Componentes do BDI:	%	Grupo	%
Administração Central (AC)	4,93%	Despesas Indiretas	7,80%
Custo Financeiro (CF)	0,99%		
Seguro (S)	0,20%		
Garantias (G)	0,29%		
Margem de Incerteza (MI)	1,39%		
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	Impostos	8,65%
Optante pelo SIMPLES Nacional (% legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)	0,00%		
Tributos Federais (PIS)	0,65%		
Tributos Federais (Cofins)	3,00%		
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS	0,00%		
Lucro*	11,15%	= Lucro Líquido + (IR+CS)	

Fórmula para integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2):

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

COMPOSIÇÕES DIVERSAS

CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAÍÁ - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)

LEVANTAMENTO EPI									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Camisa de manga longa	Unid.	5	R\$ 74,30	R\$ 37,00	R\$ 36,75	R\$ 49,35	R\$ 246,75	12	R\$ 4,11
Calça Jeans	Unid.	5	R\$ 67,65	R\$ 68,50	R\$ 75,00	R\$ 70,38	R\$ 351,90	12	R\$ 5,87
Botina de segurança com bico de ferro EPI	Par	5	R\$ 76,00	R\$ 81,00	R\$ 72,69	R\$ 76,56	R\$ 382,80	12	R\$ 6,38
Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	Par	5	R\$ 17,90	R\$ 21,00	R\$ 19,80	R\$ 19,57	R\$ 97,85	12	R\$ 1,63
Bonê tipo árabe EPI	Unid.	5	R\$ 12,50	R\$ 13,94	R\$ 12,99	R\$ 13,14	R\$ 65,70	12	R\$ 1,10
Óculos de proteção EPI	Unid.	5	R\$ 2,51	R\$ 2,70	R\$ 2,50	R\$ 2,57	R\$ 12,85	12	R\$ 0,21
Luva de raspa EPI	Par	5	R\$ 10,87	R\$ 11,50	R\$ 11,97	R\$ 11,45	R\$ 57,25	12	R\$ 0,95
Soma							R\$ 1.215,10		R\$ 20,25
Quantidade de funcionários							5		
Custo por funcionário (mês)							R\$ 20,25		

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação	Custo Unitário
Cavadeira 2 cabos 1.50m	Unid.	5	R\$ 38,52	R\$ 40,73	R\$ 39,97	R\$ 39,74	R\$ 198,70	12	R\$ 3,31
Enxada larga c/ cabo	Unid.	5	R\$ 27,88	R\$ 27,96	R\$ 31,20	R\$ 29,01	R\$ 145,05	12	R\$ 2,42
Enxadao c/ cabo	Unid.	5	R\$ 39,60	R\$ 47,34	R\$ 40,00	R\$ 42,31	R\$ 211,55	12	R\$ 3,53
Alicate (uso em cerca)	Unid.	5	R\$ 20,99	R\$ 18,90	R\$ 22,00	R\$ 20,63	R\$ 103,15	12	R\$ 1,72
Foice c/ cabo	Unid.	5	R\$ 34,00	R\$ 36,79	R\$ 36,87	R\$ 35,89	R\$ 179,45	12	R\$ 2,99
Adaptador furadeira para motoserra	Unid.	1	R\$ 508,00	R\$ 499,00	R\$ 499,99	R\$ 502,33	R\$ 502,33	12	R\$ 8,37
Motoserra a gasolina	Unid.	1	R\$ 1.526,00	R\$ 1.714,65	R\$ 1.620,00	R\$ 1.620,22	R\$ 1.620,22	12	R\$ 27,00
Perfurador de Solo à Gasolina	Unid.	1	R\$ 1.047,62	R\$ 1.090,00	R\$ 885,00	R\$ 1.007,54	R\$ 1.007,54	12	R\$ 16,79
Broca para perfurador de solo	Unid.	1	R\$ 160,05	R\$ 170,14	R\$ 199,90	R\$ 176,70	R\$ 176,70	6	R\$ 5,89
Roçadeira Lateral/Costal à Gasolina	Unid.	1	R\$ 596,64	R\$ 632,26	R\$ 612,28	R\$ 613,73	R\$ 613,73	12	R\$ 10,23
Gasolina para Roçadeira e Perfurador de Solo	Unid.	26				R\$ 6,13	R\$ 159,38		R\$ 6,13
Garrafa térmica	Unid.	1	R\$ 39,00	R\$ 39,10	R\$ 45,50	R\$ 41,20	R\$ 41,20	12	R\$ 0,69
Tenda/Barraca de lona para proteção dos funcionários em campo (alimentação e descanso)	Unid.	1	R\$ 1.299,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.450,00	R\$ 1.416,33	R\$ 1.416,33	12	R\$ 23,61
Soma							R\$ 6.375,33		R\$ 112,68
Quantidade de funcionários							5		
Custo por funcionário (mês)							R\$ 112,68		

TRANSPORTE ÁREA RURAL				
Veículo caminhão com módulo passageiro (considerado para cálculo: caminhão ano 2021 VW 9-170 delivery 4x2 2p)	Valor caminhão com módulo passageiro		R\$ 310.204,00	R\$ 5.170,07
	Depreciação anual	20%	R\$ 62.040,80	
	Depreciação mensal		R\$ 5.170,07	
Combustível - Diesel	DMT - Médio (em km) - Conforme o Termo de Referência		60	R\$ 2.727,87
	Dias / Mês - Trabalho		22	
	Kilometragem / Mês		2640	
	Média consumo km/litro		5,71	
	Consumo - Combustível diesel (em litros)		462,35	
Manutenção - veículo caminhão com módulo passageiro (incluso manutenção corretiva, preventiva e preditiva)	Valor litro combustível diesel		R\$ 5,90	R\$ 3.102,04
	Valor caminhão com módulo passageiro		R\$ 310.204,00	
	Manutenção mensal	1%	R\$ 3.102,04	
Custo mensal transporte área rural				R\$ 10.999,98

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHERIA			
Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706	Quantidade	Valor Unitário	Total
	32	135,42	4333,44

SEGURO DE VIDA							
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Mensal 1	Custo Mensal 2	Custo Mensal 3	Custo Mensal Médio	Custo Mensal Total
Seguro de vida	Unid.	5	R\$ 5,17	R\$ 12,01	R\$ 6,82	R\$ 8,00	R\$ 40,00

ÓLEO DIESEL (Cod:4221) E GASOLINA (Cod:4222):SINAPI - Belo Horizonte/MG (MÊS: FEV /2026 NÃO DESONERADA)

Mês de referência:	fevereiro de 2026
Código Fipec:	515165-1
Marca:	VOLKSWAGEN
Modelo:	9-170 Delivery 2p (diesel)(E5)
Ano Modelo:	2021 Diesel
Autenticação	p109wlgsv6dj4
Data da consulta	sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 14:55
Preço Médio	R\$ 310.204,00

*Valor da tabela FIPE ->

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAIA - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL COM BDI (R\$)	ANO 2026			
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4
1	Construção de 10.000 metros lineares de cerca paraguaia em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da bacia do Rio Uberabinha.	R\$ 162.000,00	25%	25%	25%	25%
			R\$ 40.500,00	R\$ 40.500,00	R\$ 40.500,00	R\$ 40.500,00

PERCENTUAL MENSAL:	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
VALOR MENSAL:	R\$ 40.500,00	R\$ 40.500,00	R\$ 40.500,00	R\$ 40.500,00
PERCENTUAL ACUMULADO:	25,00%	50,00%	75,00%	100,00%
VALOR ACUMULADO:	R\$ 40.500,00	R\$ 81.000,00	R\$ 121.500,00	R\$ 162.000,00

Nome Arquivo: Planilha orcamentaria CERCA.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 27/04/2026 16:09:51



ASSINATURA DIGITAL

e2d4cc1017b9511920a71120d771be60

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS MÁXIMOS

MANUTENÇÃO DO PLANTIO DE MUDAS - PROGRAMA BURITI DMAE - Data consolidação do orçamento 09/04/2026

DESCRIÇÃO
DO OBJETO:

Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.

LOCAL: Zona rural de Uberlândia/MG (PROGRAMA BURITI - DMAE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	BDI	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Manutenção em plantio de mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, que foram utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014, Lei nº 12.736/2017 e Lei 14.405/2025	Unid.	45.000	R\$ 6,20	R\$ 279.000,00	31,16%	R\$ 8,13	R\$ 365.850,00
TOTAL					R\$ 279.000,00			R\$ 365.850,00

TOTAL SEM DBI/LDI	R\$ 279.000,00
BDI/LDI	R\$ 86.850,00
TOTAL COM DBI/LDI	R\$ 365.850,00

PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Conforme determinado pela Lei Federal nº 14.133/2021, em seus dispositivos aplicáveis à formação de preços, complementada pela Lei Municipal nº 8.013, de 24/04/2002, e pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, "Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços"

DADOS REFERENTES A CONTRATAÇÃO

Processo Licitatório nº:	/	Modalidade:	Data:	/	/	às	:	horas
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):						/	/
B	Município/UF:						Uberlândia/MG	
C	Ano do acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:						2026	
D	Número de meses de execução contratual:						4 MESES	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO - Unidade de Medida, Tipos e Quantidades

Tipo de Serviço:		Unidade de Medida	Quantidade	Salário Normativo da Categoria
CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE		220h/mês	4	R\$ 1.862,63
ENCARREGADO DE CAMPO		220h/mês	1	R\$ 2.648,04

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas):	Plantio de Mudas - Zona Rural
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual):	Sindicato Asseio e Conservação (SINDEACO)
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano):	01/01/2026
6	Convenção Coletiva de Trabalho 2026 - (CCT 2026/2026 REG.MTE:MG000523/2026 - SINDEACO X SEAC-MG)	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Salário Base - CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL	4	R\$ 1.862,63	R\$ 7.450,52
B	Salário Base - ENCARREGADO DE CAMPO	1	R\$ 2.648,04	R\$ 2.648,04
C	Adicional de insalubridade			-
D	Adicional de periculosidade			-
E	Adicional noturno			-
F	Adicional de hora extra			-
	Total - Composição da Remuneração			R\$ 10.098,56

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS (INSUMOS DE MÃO DE OBRA)

2	Benefícios mensais e diários (insumos e mão de obra)	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Vale Transporte Urbano - CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE	4	R\$ 139,04	R\$ 556,16
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG		R\$ 5,70	
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário		2	
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte		22	
	Desconto de 6% sobre o salário conforme lei nº 7418, artigo 4º		R\$ 111,76	
B	Vale Transporte Urbano - ENCARREGADO DE CAMPO	1	R\$ 91,92	R\$ 91,92
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG		R\$ 5,70	
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário		2	
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte		22	
	Desconto de 6% sobre o salário conforme lei nº 7418, artigo 4º		R\$ 158,88	
C	Transporte Área Rural	5	R\$ 2.220,82	R\$ 11.104,10
D	Auxílio Alimentação (conforme CCT 2026)	5	R\$ 416,87	R\$ 2.084,35
E	Cartão Cesta Básica (conforme CCT 2026)	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
F	Assistência Médica e Familiar			-
G	Seguro de vida, invalidez e morte (conforme CCT 2026)	5	R\$ 8,00	R\$ 40,00
H	Convênio Odontológico (conforme CCT 2026)	5	R\$ 46,19	R\$ 230,95
I	Contribuição Assistencial - Patronal (conforme CCT 2026)	5	R\$ 12,02	R\$ 60,10
J	Outros (especificar)			-
	Total - Benefícios mensais e diários			R\$ 15.167,58

MÓDULO 3 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DE MÃO DE OBRA				
3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Camisa de manga longa	5	R\$ 4,11	R\$ 20,55
B	Calça Jeans	5	R\$ 5,87	R\$ 29,35
C	Botina de segurança com bico de ferro EPI	5	R\$ 6,38	R\$ 31,90
D	Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	5	R\$ 1,63	R\$ 8,15
E	Boné tipo árabe EPI	5	R\$ 1,10	R\$ 5,50
F	Óculos de proteção EPI	5	R\$ 0,21	R\$ 1,05
G	Luva de raspa EPI	5	R\$ 0,95	R\$ 4,75
	Total - Insumos diversos			R\$ 101,25

MODULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO "A"			
Grupo A	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.019,71
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 151,48
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 100,99
D	INCRA	0,20%	R\$ 20,20
E	Salário educação	2,50%	R\$ 252,46
F	FGTS	8,00%	R\$ 807,88
G	Seguro acidente do trabalho	3,00%	R\$ 302,96
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 60,59
	Total	36,80%	R\$ 3.716,27

GRUPO "B"			
Grupo B	Encargos Sociais e Trabalhistas + Reposição de Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 841,21
B	Férias + 1/3 adicional de férias	11,11%	R\$ 1.121,95
C	Licença maternidade	0,29%	R\$ 29,29
D	Licença paternidade	0,10%	R\$ 10,10
E	Faltas legais	1,39%	R\$ 140,37
F	Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 33,33
G	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 42,41
H	13º Salário indenizado	0,03%	R\$ 3,03
	Subtotal	22,00%	R\$ 2.221,69
I	Incidência do Grupo "A" sobre os itens do Grupo "B"	8,10%	R\$ 817,98
	Total	30,10%	R\$ 3.039,67

GRUPO "C"			
Grupo C	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 42,41
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 3,03
B.1	Indenização - rescisões sem justa causa (multa FGTS 40%)	3,20%	R\$ 323,15
	Total	3,65%	R\$ 368,59

Quadro-resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas			
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
Grupo A	Encargos previdenciários e FGTS	36,80%	R\$ 3.716,27
Grupo B	Encargos sociais e trabalhistas + Reposição de profissional ausente	30,10%	R\$ 3.039,67
Grupo C	Provisão para rescisão	3,65%	R\$ 368,60
	Total	70,55%	R\$ 7.124,54

RESUMO DA MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Remuneração + Benefícios + Insumos Diversos + Encargos sociais e trabalhistas		
	Mão de obra vinculada à execução contratual	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 10.098,56
2	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	R\$ 15.167,58
3	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	R\$ 101,25
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	R\$ 7.124,54
	Total	R\$ 32.491,93

MÓDULO 5 - OUTROS INSUMOS DIVERSOS + FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS				
5	Insumos diversos - Ferramentas e equipamentos	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Cavadeira 2 cabos 1.50m	5	R\$ 3,31	R\$ 16,55
B	Enxada larga c/ cabo	5	R\$ 2,42	R\$ 12,10
C	Enxada c/ cabo	5	R\$ 3,53	R\$ 17,65
D	Tesouras de poda cabo madeira	5	R\$ 2,60	R\$ 13,00
E	roçadeira	5	R\$ 51,14	R\$ 255,70
F	Lima para amolar ferramentas	5	R\$ 0,70	R\$ 3,50
G	Carrinho de mão metal galvanizado	2	R\$ 11,62	R\$ 23,24
H	Garrafa D'Água 5 litros	5	R\$ 3,43	R\$ 17,15
I	Bombona 100 Litros	1	R\$ 3,82	R\$ 3,82
I	Barraca de lona (refeitório e descanso)	1	R\$ 23,61	R\$ 23,61
J	Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706	32	R\$ 135,42	R\$ 4.333,44
	Total - Outros Insumos diversos + Ferramentas e equipamentos			R\$ 4.719,76

RESUMO DOS CUSTOS MENSAIS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
	Custos mensais vinculados à execução contratual	Total (R\$)
1	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 10.098,56
2	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	R\$ 15.167,58
3	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	R\$ 101,25
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	R\$ 7.124,54
5	Módulo 5 - Outros insumos diversos + Ferramentas e equipamentos	R\$ 4.719,76
	Total	R\$ 37.211,69

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI/LDI)				
6	Custos indiretos, tributos e lucro	Base de Cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	R\$ 37.211,69	5,00%	R\$ 1.860,58
B	Lucro	R\$ 39.072,27	7,11%	R\$ 2.778,04
C	Tributos	R\$ 48.805,03	14,25%	R\$ 6.954,72
C.1	B1 . Tributos federais (PIS 0.65% e COFINS 3.00%)			
	PIS	R\$ 48.805,03	1,65%	R\$ 805,28
	COFINS	R\$ 48.805,03	7,60%	R\$ 3.709,18
C.2	Tributos estaduais (ICMS)			-
C.3	Tributos municipais (ISS)	R\$ 48.805,03	5,00%	R\$ 2.440,25
C.4	Optante pelo SIMPLES NACIONAL (% legal definida nos Anexos da Lei 123/2006)			-
C.5	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - INSS			-
C.6	Outros tributos (especificar)			
	Total	BDI=	31,16%	R\$ 11.593,34
			Fator tributário	0,8575

RESUMO DE CUSTO E FORMAÇÃO DO PREÇO		
Resumo - do custo e do preço		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 10.098,56
B	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	R\$ 15.167,58
C	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	R\$ 101,25
D	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	R\$ 7.124,54
E	Módulo 5 - Outros insumos diversos + Ferramentas e equipamentos	R\$ 4.719,76
F	Subtotal (A+B+C+D)	R\$ 37.211,69
G	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro (BDI/LDI)	R\$ 11.593,34
H	Valor total (MENSAL)	R\$ 48.805,03
I	Quantidade estimada - Manutenção do plantio de mudas por trabalhador/mês	1500
J	Quantidade estimada - Manutenção do plantio de mudas pela equipe/mês	6000
K	Custo unitário - Manutenção do plantio de mudas nativas plantadas	R\$ 6,20
L	Preço unitário - Manutenção do plantio de mudas nativas plantadas	R\$ 8,13

Observações:

- a) As planilhas de composição de custos e formação de preço devem apresentar o detalhamento dos custos, em planilha própria, índices atualizados, despesas com pessoal, combustível, equipamentos, materiais, impostos, encargos, lucros e demais custos/despesas diretas e indiretas, conforme LEI MUNICIPAL nº 8.013 de 24/04/2002;
- b) As planilhas de composição de custos e formação de preço são meramente estimativas, cabendo ao licitante preenchê-las e apresentá-las, em conformidade com a sua realidade;
- c) As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas de preços de forma clara e precisa, incluindo todos os custos e despesas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, com a discriminação dos tributos conforme seu regime de tributação, segundo opções dadas pela legislação. Na licitação, poderão concorrer empresas optantes por regimes de tributação distintos, sem que isso comprometa a isonomia e a competitividade do certame;
- d) Inclusive deverão observar os encargos sociais e tributos de empresa licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL, se for o caso;
- e) O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e pessoalística, que onderam diretamente a CONTRATADA;
- f) Todos os preços unitários deverão ser apresentados limitados a duas casas decimais respeitando as regras de arredondamento na numeração decimal de acordo com a norma ABNT NBR 5891:2014. Em caso de discrepância entre o preço unitário e o preço total prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total;
- g) As empresas licitantes deverão observar, ao confeccionar suas propostas de preços e planilhas de composição de custos, os percentuais mínimos fixados por lei para os encargos sociais e trabalhistas, sob pena de desclassificação. Inclusive deverão observar o percentual do item SAT constante nas planilhas de custos de acordo com o seu FAP e deverão apresentar documentação comprobatória de percentual aplicado;
- h) A CCT - Convenção Coletiva do Trabalho adotada para cálculo dos custos estimados está descrita no início desta composição de custos.

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI/LDI) - SERVIÇOS

Objeto:

Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.

Itens Componentes do BDI	%	Grupo	%
Administração Central da contratada (AC)	5,00%	Despesas Indiretas	5,00%
Custo Financeiro (CF)	0,00%		
Seguro (S)	0,00%		
Garantias (G)	0,00%		
Margem de Incerteza (MI)	0,00%		
Lucro	7,11%	= Lucro Líquido + (IR + CS)	
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	Impostos	14,25%
Optante pelo SIMPLES NACIONAL (% legal definida nos Anexos da Lei 123/2006)	0,00%		
Tributos Federais (PIS)	1,65%		
Tributos Federais (CONFINS)	7,60%		
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	0,00%		
BDI sobre o custo total direto		31,16%	

Fórmula para Integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2)

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

COMPOSIÇÕES DIVERSAS

Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.

LEVANTAMENTO EPI									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Camisa de manga longa	Unid.	5	R\$ 74,30	R\$ 37,00	R\$ 36,75	R\$ 49,35	R\$ 246,75	12	R\$ 4,11
Calça Jeans	Unid.	5	R\$ 67,65	R\$ 68,50	R\$ 75,00	R\$ 70,38	R\$ 351,90	12	R\$ 5,87
Botina de segurança com bico de ferro EPI	Par	5	R\$ 76,00	R\$ 81,00	R\$ 72,69	R\$ 76,56	R\$ 382,80	12	R\$ 6,38
Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	Par	5	R\$ 17,90	R\$ 21,00	R\$ 19,80	R\$ 19,57	R\$ 97,85	12	R\$ 1,63
Bonê tipo árabe EPI	Unid.	5	R\$ 12,50	R\$ 13,94	R\$ 12,99	R\$ 13,14	R\$ 65,70	12	R\$ 1,10
Óculos de proteção EPI	Unid.	5	R\$ 2,51	R\$ 2,70	R\$ 2,50	R\$ 2,57	R\$ 12,85	12	R\$ 0,21
Luva de raspa EPI	Par	5	R\$ 10,87	R\$ 11,50	R\$ 11,97	R\$ 11,45	R\$ 57,25	12	R\$ 0,95
Soma							R\$ 1.215,10		R\$ 20,25
Quantidade de funcionários							5		
Custo por funcionário (mês)							R\$ 20,25		

*Preços coletados no Paine

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Cavadeira 2 cabos 1.50m	Unid.	5	R\$ 38,52	R\$ 40,73	R\$ 39,97	R\$ 39,74	R\$ 198,70	12	R\$ 3,31
Enxada larga c/ cabo	Unid.	5	R\$ 27,88	R\$ 27,96	R\$ 31,20	R\$ 29,01	R\$ 145,05	12	R\$ 2,42
Enxadão c/ cabo	Unid.	5	R\$ 39,60	R\$ 47,34	R\$ 40,00	R\$ 42,31	R\$ 211,55	12	R\$ 3,53
Tesouras de poda cabo madeira	Unid.	5	R\$ 35,64	R\$ 27,99	R\$ 29,98	R\$ 31,20	R\$ 156,00	12	R\$ 2,60
Roçadeira	Unid.	5	R\$ 596,64	R\$ 632,26	R\$ 612,28	R\$ 613,73	R\$ 3.068,65	12	R\$ 51,14
Lima para amolar ferramentas	Unid.	5	R\$ 8,24	R\$ 8,39	R\$ 8,50	R\$ 8,38	R\$ 41,90	12	R\$ 0,70
Carrinho de mão metal galvanizado	Unid.	2	R\$ 305,42	R\$ 360,00	R\$ 380,00	R\$ 348,47	R\$ 696,94	12	R\$ 11,62
Garrafa D'Água 5 litros	Unid.	5	R\$ 39,00	R\$ 39,10	R\$ 45,50	R\$ 41,20	R\$ 206,00	12	R\$ 3,43
Bombona (tambor) 100 Litros	Unid.	1	R\$ 232,00	R\$ 230,00	R\$ 225,90	R\$ 229,30	R\$ 229,30	12	R\$ 3,82
Tenda/Barraca de lona (refeitório e descanso)	Unid.	1	R\$ 1.299,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.450,00	R\$ 1.416,33	R\$ 1.416,33	12	R\$ 23,61
Soma							R\$ 6.370,42		R\$ 106,18
Quantidade de funcionários							5		
Custo por funcionário (mês)							R\$ 106,18		

*Preços coletados no Paine

Mês de referência:	fevereiro de 2026
Código Fipec	515165-1
Marca:	VOLKSWAGEN
Modelo:	9-170 Delivery 2p (diesel)(E5)
Ano Modelo:	2021 Diesel
Autenticação	p109wlgsv6dj4
Data da consulta	sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 14:55
Preço Médio	R\$ 310.204,00

*Valor da tabela FIPE →

ÓLEO DIESEL (Cod:4221):SINAPI - Belo Horizonte/MG (MÊS: FEV /2026 NÃO DESONERADA)

TRANSPORTE ÁREA RURAL				
Veículo caminhão com módulo passageiro (considerado para cálculo: caminhão ano 2021 VW 9.170)	Valor caminhão com módulo passageiro		R\$ 310.204,00	R\$ 5.170,07
	Depreciação anual	20%	R\$ 62.040,80	
	Depreciação mensal		R\$ 5.170,07	
Combustível - Diesel	DMT - Médio (em km) - Conforme o Termo de Referência		60	R\$ 2.832,00
	Dias / Mês - Trabalho		22	
	Kilometragem / Mês		2640	
	Média consumo km/litro		6,60	
	Consumo - Combustível diesel (em litros)		480,00	
	Valor litro combustível diesel		R\$ 5,90	
Manutenção - veículo caminhão com módulo passageiro (incluso manutenção corretiva, preventiva e preditiva)	Valor caminhão com módulo passageiro		R\$ 310.204,00	R\$ 3.102,04
	Manutenção mensal	1%	R\$ 3.102,04	
	Custo mensal transporte área rural		R\$ 11.104,11	

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHERIA			
	Quantidade	Valor Unitário	Total
Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706	32	135,42	4333,44

SEGURO DE VIDA							
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Mensal 1	Custo Mensal 2	Custo Mensal 3	Custo Mensal Médio	Custo Mensal Total
Seguro de vida	Unid.	5	R\$ 5,17	R\$ 12,01	R\$ 6,82	R\$ 8,00	R\$ 40,00

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (ESTIMATIVO)	
Objeto:	Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.
Local:	Zona Rural de Uberlândia/MG (PROGRAMA BURITI - DMAE)

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR COM BDI (R\$)	DURAÇÃO		
			PRIMEIRA MANUTENÇÃO - 15.000 mudas (MARÇO E ABRIL/2027)	SEGUNDA MANUTENÇÃO - 15.000 mudas (NOVEMBRO E DEZEMBRO/2027)	TERCEIRA MANUTENÇÃO - 15.000 mudas (MARÇO E ABRIL/2028)
1	Manutenção em plantio de mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, que foram utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025.	R\$ 365.850,00	33,33%	33,33%	33,33%
			R\$ 121.950,00	R\$ 121.950,00	R\$ 121.950,00

PERCENTUAL	33,33%	33,33%	33,33%
VALOR	R\$ 121.950,00	R\$ 121.950,00	R\$ 121.950,00
PERCENTUAL ACUMULADO	33%	67%	100%
VALOR ACUMULADO	R\$ 121.950,00	R\$ 243.900,00	R\$ 365.850,00

Nome Arquivo: Planilha orcamentaria MANUTENCAO.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 27/04/2026 16:10:15



ASSINATURA DIGITAL

a8bfb492150a6abcfff5de6735d29273

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS MÁXIMOS

PLANTIO DE MUDAS - PROGRAMA BURITI

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari.

LOCAL: Zona rural de Uberlândia/MG (PROGRAMA BURITI - DMAE)

Data de consolidação do orçamento: 09/04/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	BDI	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, aletrada pelas Leis nº 11.806/2014, Lei 12.736, de 10 de julho de 2017 e Lei 14.405/2025.	Unid.	15000	R\$ 6,20	R\$ 93.000,00	31,16%	R\$ 8,13	R\$ 121.950,00
TOTAL					R\$ 93.000,00			R\$ 121.950,00

TOTAL SEM DBI/LDI	R\$ 93.000,00
BDI/LDI	R\$ 28.950,00
TOTAL COM BDI/LDI	R\$ 121.950,00

PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Conforme determinado pela Lei Federal nº 14.133/2021, em seus dispositivos aplicáveis à formação de preços, complementada pela Lei Municipal nº 8.013, de 24/04/2002, e pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, 'Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	___/___/___
B	Município/UF:	Uberlândia/MG
C	Ano do acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	2026
D	Número de meses de execução contratual:	2 mês

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO - Unidade de Medida, Tipos e Quantidades			
Tipo de Serviço:		Unidade de Medida	Quantidade
CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE		220h/mês	4
ENCARREGADO DE CAMPO		220h/mês	1

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas):	Plantio de Mudas - Zona Rural
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual):	Sindicato Asseio e Conservação (SINDEACO)
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano):	01/01/2026
6	Convenção Coletiva de Trabalho 2026 - (CCT 2026/2026 REG.MTE:MG000523/2026 - SINDEACO X SEAC-MG)	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Salário Base - CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL	4	R\$ 1.862,63	R\$ 7.450,52
B	Salário Base - ENCARREGADO DE CAMPO	1	R\$ 2.648,04	R\$ 2.648,04
C	Adicional de insalubridade			-
D	Adicional de periculosidade			-
E	Adicional noturno			-
F	Adicional de hora extra			-
	Total - Composição da Remuneração			R\$ 10.098,56

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS (INSUMOS DE MÃO DE OBRA)				
2	Benefícios mensais e diários (insumos e mão de obra)	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Vale Transporte Urbano - CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE	4	R\$ 139,04	R\$ 556,16
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG		R\$ 5,70	
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário		2	
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte		22	
	Desconto de 6% sobre o salário conforme lei nº 7418, artigo 4º		R\$ 111,76	
B	Vale Transporte Urbano - ENCARREGADO DE CAMPO	1	R\$ 91,92	R\$ 91,92
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG		R\$ 5,70	
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário		2	
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte		22	
	Desconto de 6% sobre o salário conforme lei nº 7418, artigo 4º		R\$ 158,88	
C	Transporte Área Rural	5	R\$ 2.220,82	R\$ 11.104,10
D	Auxílio Alimentação (conforme CCT 2026)	5	R\$ 416,87	R\$ 2.084,35
E	Cartão Cesta Básica (conforme CCT 2026)	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
F	Assistência Médica e Familiar			-
G	Seguro de vida, invalidez e morte (conforme CCT 2026)	5	R\$ 8,00	R\$ 40,00
H	Convênio Odontológico (conforme CCT 2026)	5	R\$ 46,19	R\$ 230,95
I	Contribuição Assistencial - Patronal (conforme CCT 2026)	5	R\$ 12,02	R\$ 60,10
J	Outros (especificar)			-
	Total - Benefícios mensais e diários			R\$ 15.167,58

MÓDULO 3 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DE MÃO DE OBRA				
3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Camisa de manga longa	5	R\$ 4,11	R\$ 20,55
B	Calça Jeans	5	R\$ 5,87	R\$ 29,35
C	Botina de segurança com bico de ferro EPI	5	R\$ 6,38	R\$ 31,90
D	Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	5	R\$ 1,63	R\$ 8,15
E	Boné tipo árabe EPI	5	R\$ 1,10	R\$ 5,50
F	Óculos de proteção EPI	5	R\$ 0,21	R\$ 1,05
G	Luva de raspa EPI	5	R\$ 0,95	R\$ 4,75
	Total - Insumos diversos			R\$ 101,25

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO "A"			
Grupo A	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.019,71
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 151,48
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 100,99
D	INCRA	0,20%	R\$ 20,20
E	Salário educação	2,50%	R\$ 252,46
F	FGTS	8,00%	R\$ 807,88
G	Seguro acidente do trabalho	3,00%	R\$ 302,96
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 60,59
	Total	36,80%	R\$ 3.716,27

GRUPO "B"			
Grupo B	Encargos Sociais e Trabalhistas + Reposição de Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 841,21
B	Férias + 1/3 adicional de férias	11,11%	R\$ 1.121,95
C	Licença maternidade	0,29%	R\$ 29,29
D	Licença paternidade	0,10%	R\$ 10,10
E	Faltas legais	1,39%	R\$ 140,37
F	Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 33,33
G	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 42,41
H	13º Salário indenizado	0,03%	R\$ 3,03
	Subtotal	22,00%	R\$ 2.221,69
I	Incidência do Grupo "A" sobre os itens do Grupo "B"	8,10%	R\$ 817,98
	Total	30,10%	R\$ 3.039,67

GRUPO "C"			
Grupo C	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 42,41
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 3,03
B.1	Indenização - rescisões sem justa causa (multa FGTS 40%)	3,20%	R\$ 323,15
	Total	3,65%	R\$ 368,59

Quadro-resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas			
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
Grupo A	Encargos previdenciários e FGTS	36,80%	R\$ 3.716,27
Grupo B	Encargos sociais e trabalhistas + Reposição de profissional ausente	30,10%	R\$ 3.039,67
Grupo C	Provisão para rescisão	3,65%	R\$ 368,60
	Total	70,55%	R\$ 7.124,54

RESUMO DA MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Remuneração + Benefícios + Insumos Diversos + Encargos sociais e trabalhistas		
	Mão de obra vinculada à execução contratual	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 10.098,56
2	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	R\$ 15.167,58
3	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	R\$ 101,25
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	R\$ 7.124,54
	Total	R\$ 32.491,93

MÓDULO 5 - OUTROS INSUMOS DIVERSOS + FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS				
5	Insumos diversos - Ferramentas e equipamentos	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Cavadeira 2 cabos 1.50m	5	R\$ 3,31	R\$ 16,55
B	Enxada larga c/ cabo	5	R\$ 2,42	R\$ 12,10
C	Enxada c/ cabo	5	R\$ 3,53	R\$ 17,65
D	Tesouras de poda cabo madeira	5	R\$ 2,60	R\$ 13,00
E	Roçadeira	5	R\$ 51,14	R\$ 255,70
F	Lima para amolar ferramentas	5	R\$ 0,70	R\$ 3,50
G	Carrinho de mão metal galvanizado	2	R\$ 11,62	R\$ 23,24
H	Garrafa D'Água 5 litros	5	R\$ 3,43	R\$ 17,15
I	Bombona 100 Litros	1	R\$ 3,82	R\$ 3,82
J	Barraca de lona (refeitório e descanso)	1	R\$ 23,61	R\$ 23,61
L	Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi	32	R\$ 135,42	R\$ 4.333,44
	Total - Outros Insumos diversos + Ferramentas e equipamentos			R\$ 4.719,76

RESUMO DOS CUSTOS MENSAIS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
	Custos mensais vinculados à execução contratual	Total (R\$)
1	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 10.098,56
2	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	R\$ 15.167,58
3	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	R\$ 101,25
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	R\$ 7.124,54
5	Módulo 5 - Outros insumos diversos + Ferramentas e equipamentos	R\$ 4.719,76
	Total	R\$ 37.211,69

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI/LDI)				
6	Custos indiretos, tributos e lucro	Base de Cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	R\$ 37.211,69	5,00%	R\$ 1.860,58
B	Lucro	R\$ 39.072,27	7,11%	R\$ 2.778,04
C	Tributos	R\$ 48.805,03	14,25%	R\$ 6.954,72
C.1	B1 . Tributos federais (PIS 0.65% e COFINS 3.00%)			
	PIS	R\$ 48.805,03	1,65%	R\$ 805,28
	COFINS	R\$ 48.805,03	7,60%	R\$ 3.709,18
C.2	Tributos estaduais (ICMS)			-
C.3	Tributos municipais (ISS)	R\$ 48.805,03	5,00%	R\$ 2.440,25
C.4	Optante pelo SIMPLES NACIONAL (% legal definida nos Anexos da Lei 123/2006)			-
C.5	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - INSS			-
C.6	Outros tributos (especificar)			
	Total	BDI=	31,16%	R\$ 11.593,34
			Fator tributário	0,8575

RESUMO DE CUSTO E FORMAÇÃO DO PREÇO		
Resumo - do custo e do preço		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 10.098,56
B	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	R\$ 15.167,58
C	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	R\$ 101,25
D	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	R\$ 7.124,54
E	Módulo 5 - Outros insumos diversos + Ferramentas e equipamentos	R\$ 4.719,76
F	Subtotal (A+B+C+D)	R\$ 37.211,69
G	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro (BDI/LDI)	R\$ 11.593,34
H	Valor total (MENSAL)	R\$ 48.805,03
I	Quantidade estimada plantio de mudas por trabalhador/mês	1500
J	Quantidade estimada plantio de mudas pela equipe/mês	6000
K	Custo unitário - Plantio de mudas nativas plantadas	R\$ 6,20
L	Preço unitário - Plantio de mudas nativas plantadas	R\$ 8,13

Observações:

a) As planilhas de composição de custos e formação de preço devem apresentar o detalhamento dos custos, em planilha própria, índices atualizados, despesas com pessoal, combustível, equipamentos, materiais, impostos, encargos, lucros e demais custos/despesas diretas e indiretas, conforme LEI MUNICIPAL nº 8.013 de 24/04/2002;

b) As planilhas de composição de custos e formação de preço são meramente estimativas, cabendo ao licitante preenchê-las e apresentá-las, em conformidade com a sua realidade;

c) As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas de preços de forma clara e precisa, incluindo todos os custos e despesas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, com a discriminação dos tributos conforme seu regime de tributação, segundo opções dadas pela legislação. Na licitação, poderão concorrer empresas optantes por regimes de tributação distintos, sem que isso comprometa a isonomia e a competitividade do certame;

d) Inclusive deverão observar os encargos sociais e tributos de empresa licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL, se for o caso;

e) O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e pessoalística, que onderam diretamente a CONTRATADA;

f) Todos os preços unitários deverão ser apresentados limitados a duas casas decimais respeitando as regras de arredondamento na numeração decimal de acordo com a norma ABNT NBR 5891:2014. Em caso de discrepância entre o preço unitário e o preço total prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total;

g) As empresas licitantes deverão observar, ao confeccionar suas propostas de preços e planilhas de composição de custos, os percentuais mínimos fixados por lei para os encargos sociais e trabalhistas, sob pena de desclassificação. Inclusive deverão observar o percentual do item SAT constante nas planilhas de custos de acordo com o seu FAP e deverão apresentar documentação comprobatória de percentual aplicado;

h) A CCT - Convenção Coletiva do Trabalho adotada para cálculo dos custos estimados está descrita no início desta composição de custos.

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI/LDI) - SERVIÇOS

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari.

Itens Componentes do BDI	%	Grupo	%
Administração Central da contratada (AC)	5,00%	Despesas Indiretas	5,00%
Custo Financeiro (CF)	0,00%		
Seguro (S)	0,00%		
Garantias (G)	0,00%		
Margem de Incerteza (MI)	0,00%		
Lucro	7,11%	= Lucro Líquido + (IR + CS)	
Tributos Municipais (ISS)	5,00%	Impostos	14,25%
Optante pelo SIMPLES NACIONAL (% legal definida nos Anexos da Lei 123/2006)	0,00%		
Tributos Federais (PIS)	1,65%		
Tributos Federais (CONFINS)	7,60%		
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - INSS	0,00%		

BDI sobre o custo total direto	31,16%
---------------------------------------	---------------

Fórmula para Integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2)

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

COMPOSIÇÕES DIVERSAS

Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriiti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas nas Bacias Hidrográficas dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari.

LEVANTAMENTO EPI									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Camisa de manga longa	Unid.	5	R\$ 74,30	R\$ 37,00	R\$ 36,75	R\$ 49,35	R\$ 246,75	12	R\$ 4,11
Calça Jeans	Unid.	5	R\$ 67,65	R\$ 68,50	R\$ 75,00	R\$ 70,38	R\$ 351,90	12	R\$ 5,87
Botina de segurança com bico de ferro EPI	Par	5	R\$ 76,00	R\$ 81,00	R\$ 72,69	R\$ 76,56	R\$ 382,80	12	R\$ 6,38
Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	Par	5	R\$ 17,90	R\$ 21,00	R\$ 19,80	R\$ 19,57	R\$ 97,85	12	R\$ 1,63
Bonê tipo árabe EPI	Unid.	5	R\$ 12,50	R\$ 13,94	R\$ 12,99	R\$ 13,14	R\$ 65,70	12	R\$ 1,10
Oculos de proteção EPI	Unid.	5	R\$ 2,51	R\$ 2,70	R\$ 2,50	R\$ 2,57	R\$ 12,85	12	R\$ 0,21
Luva de raspa EPI	Par	5	R\$ 10,87	R\$ 11,50	R\$ 11,97	R\$ 11,45	R\$ 57,25	12	R\$ 0,95
Soma							R\$ 1.215,10		R\$ 20,25
Quantidade de funcionários							5		
Custo por funcionário (mês)							R\$ 20,25		

*Preços coletados no Painel de Preços do Ministério da Economia

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Cavadeira 2 cabos 1.50m	Unid.	5	R\$ 38,52	R\$ 40,73	R\$ 39,97	R\$ 39,74	R\$ 198,70	12	R\$ 3,31
Enxada larga c/ cabo	Unid.	5	R\$ 27,88	R\$ 27,96	R\$ 31,20	R\$ 29,01	R\$ 145,05	12	R\$ 2,42
Enxadão c/ cabo	Unid.	5	R\$ 39,60	R\$ 47,34	R\$ 40,00	R\$ 42,31	R\$ 211,55	12	R\$ 3,53
Tesouras de poda cabo madeira	Unid.	5	R\$ 35,64	R\$ 27,99	R\$ 29,98	R\$ 31,20	R\$ 156,00	12	R\$ 2,60
Roçadeira	Unid.	5	R\$ 596,64	R\$ 632,26	R\$ 612,28	R\$ 613,73	R\$ 3.068,65	12	R\$ 51,14
Lima para amolar ferramentas	Unid.	5	R\$ 8,24	R\$ 8,39	R\$ 8,50	R\$ 8,38	R\$ 41,90	12	R\$ 0,70
Carrinho de mão metal galvanizado	Unid.	2	R\$ 305,42	R\$ 360,00	R\$ 380,00	R\$ 348,47	R\$ 696,94	12	R\$ 11,62
Garrafa D'Água 5 litros	Unid.	5	R\$ 39,00	R\$ 39,10	R\$ 45,50	R\$ 41,20	R\$ 206,00	12	R\$ 3,43
Bombona (tambor) 100 Litros	Unid.	1	R\$ 232,00	R\$ 230,00	R\$ 225,90	R\$ 229,30	R\$ 229,30	12	R\$ 3,82
Tenda / Barraca de lona (refeitório e descanso)	Unid.	1	R\$ 1.299,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.450,00	R\$ 1.416,33	R\$ 1.416,33	12	R\$ 23,61
Soma							R\$ 6.370,42		R\$ 106,18
Quantidade de funcionários							5		
Custo por funcionário (mês)							R\$ 106,18		

*Preços coletados no Painel de Preços do Ministério da Economia

TRANSPORTE ÁREA RURAL				
Veículo caminhão com módulo passageiro (considerado para cálculo: caminhão ano 2021 VW 9.170)	Valor caminhão com módulo passageiro		R\$ 310.204,00	R\$ 5.170,07
	Depreciação anual	20%	R\$ 62.040,80	
	Depreciação mensal		R\$ 5.170,07	
Combustível - Diesel	DMT - Médio (em km) - Conforme o Termo de Referência		60	R\$ 2.832,00
	Dias / Mês - Trabalho		22	
	Kilometragem / Mês		2640	
	Média consumo km/litro		6,60	
	Consumo - Combustível diesel (em litros)		480,00	
	Valor litro combustível diesel		R\$ 5,90	
Manutenção - veículo caminhão com módulo passageiro (incluso manutenção corretiva, preventiva e preditiva)	Valor caminhão com módulo passageiro		R\$ 310.204,00	R\$ 3.102,04
	Manutenção mensal	1%	R\$ 3.102,04	
	Custo mensal transporte área rural			R\$ 11.104,11

*Valor da tabela FIPE →

ÓLEO DIESEL (Cod:4221):SINAPI - Belo Horizonte/MG (MÊS: FEV /2026 NÃO DESONERADA)

Mês de referência:	fevereiro de 2026
Código Fipec:	515165-1
Marca:	VOLKSWAGEN
Modelo:	9-170 Delivery 2p (diesel)(E5)
Ano Modelo:	2021 Diesel
Autenticação	p109wlgsv6dj4
Data da consulta	sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 14:55
Preço Médio	R\$ 310.204,00

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHERIA			
	Quantidade	Valor Unitário	Total
Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706	32	135,42	4333,44

SEGURO DE VIDA							
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Mensal 1	Custo Mensal 2	Custo Mensal 3	Custo Mensal Médio	Custo Mensal Total
Seguro de vida	Unid.	5	R\$ 5,17	R\$ 12,01	R\$ 6,82	R\$ 8,00	R\$ 40,00

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (ESTIMATIVO)			
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari.			
Local: Zona Rural de Uberlândia/MG (PROGRAMA BURITI - DMAE)			

Item do orçamento	DESCRIÇÃO	VALOR COM BDI (R\$)	DURAÇÃO	
			MÊS 1	MÊS 2
1	Fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pelas Leis nº 11.806/2014, Lei 12.736, de 10 de julho de 2017 e Lei 14.405/2025.	R\$ 121.950,00	50%	50%
			R\$ 60.975,00	R\$ 60.975,00

PERCENTUAL MENSAL	50%	50%
VALOR MENSAL	R\$ 60.975,00	R\$ 60.975,00
PERCENTUAL ACUMULADO	50%	100%
VALOR ACUMULADO	R\$ 60.975,00	R\$ 121.950,00

Nome Arquivo: Planilha orcamentaria PLANTIO.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 27/04/2026 16:10:39



ASSINATURA DIGITAL

85e8d103927dc8acf65eaab115aabd6f

ANEXO 04

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº 080/2026	Proposta de Preços “Menor Preço” - GLOBAL	Modalidade Pregão Eletrônico
O DMAE, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, torna público que será aberto o Processo Licitatório em epígrafe no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br .		
Data da Expedição: Conforme assinatura eletrônica.	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Razão Social	CNPJ	
Endereço (Bairro, CEP, etc.)	Inscrição Estadual	
Cidade/UF	Telefone/Fax E-mail	
E-mail corporativo para recebimento dos documentos da licitação:		
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de construção de cerca paraguaia, plantio de mudas de espécies nativas do cerrado e manutenção de plantio de mudas em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha, a serem executados com predominância de mão de obra, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como nas especificações abaixo:		

Item	Qtd	Und	Descrição Item	Valor Unit.	Valor total
01	10.000	Metros Lineares	Serviço de construção de CERCA PARAGUAIA em Áreas de Preservação Permanente (APP), nas propriedades rurais aderidas ao Programa Buriti – DMAE à montante das captações de abastecimento público nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha. Os serviços serão realizados no período da seca e incluem: roçada operacional, instalação de postes/esticadores com reforços estruturais, passagem e tensionamento de fios, estruturas especiais (porteiras, tronqueiras, corredores e similares) e tratamento de terreno pedregoso/saprolito/laje (inclusive concretagem pontual). Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal por metros lineares atestados. Esse serviço deverá ser executado entre junho a outubro de 2026. Conforme Termo de Referência.		
02	1	MO	Serviço de PLANTIO DE MUDAS . Espécies nativas do cerrado, mão de obra para plantio de 15000 mudas nativas do bioma cerrado, de outubro a novembro de 2026, visando a recuperação de áreas de preservação permanente (app) em estado de degradação. Programa buriti lei nº 10.066/2008. Alterada pelas leis nº 11806/2014, 12736/2017 e 14.405/2025. O serviço compreenderá diversas etapas sequenciais, iniciando com a roçagem mecânica da área e o coroamento manual com diâmetro mínimo de 1,0 metro. Em seguida, será feito o coveamento nas dimensões de 0,3 m x 0,3 m x 0,3 m, a calagem e a adubação de plantio. Para garantir o pegamento, será adicionado gel hidratado na cova, seguido do plantio cuidadoso da muda e da realização do controle de		

			<p>pragas (formigas cortadeiras) utilizando formicida granulado. Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO). Esse serviço deverá ser executado em outubro e novembro de 2026.</p> <p>Conforme Termo de Referência.</p>		
03	1	MO	<p>Serviço de MANUTENÇÃO EM PLANTIO, totalizando 30.000 unidades de intervenção, correspondente à execução de 02 etapas completas de manutenção sobre o lote de 15.000 mudas plantadas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, a serem plantadas no final de 2026, que serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025. O serviço de manutenção tem por objetivo assegurar o estabelecimento e o desenvolvimento das mudas plantadas. As atividades incluem a capina com enxada em torno de cada muda (coroamento com diâmetro mínimo de 1,0 m), adubação de cobertura, e o controle de pragas com formicida granulado. Dependendo da etapa cronograma, também serão executadas a roçada geral mecânica da área plantada e o replantio de até 25% das mudas que não vingarem no plantio. Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO). Esse serviço deverá ser executado em março e abril de 2027 e novembro e dezembro de 2027.</p> <p>Conforme Termo de Referência.</p>		
04	1	MO	<p>Serviço de MANUTENÇÃO EM PLANTIO, totalizando 15.000 unidades de intervenção, correspondente à execução de 01 etapa completa de manutenção sobre o lote de 15.000 mudas plantadas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, que serão plantadas no final de 2026, que serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025. O serviço de manutenção tem por objetivo assegurar o estabelecimento e o desenvolvimento das mudas plantadas. As atividades incluem a capina com enxada em torno de cada muda (coroamento com diâmetro mínimo de 1,0 m), adubação de cobertura, e o controle de pragas com formicida granulado. Dependendo da etapa cronograma, também serão executadas a roçada geral mecânica da área plantada e o replantio de até 25% das mudas que não vingarem no plantio. Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO). Esse serviço deverá ser executado em março e abril de 2028.</p> <p>Conforme Termo de Referência.</p>		

Valor total: R\$ _____ (_____)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAIA - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Construção de 10.000 metros lineares de cerca paraguaia em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da bacia do Rio Uberabinha.	Metro Linear	10.000				

TOTAL SEM BDI
BDI
TOTAL COM BDI

PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Conforme determinado pela Lei Federal 14.133/2021 e o Decreto Municipal 20.154/2023				
Processo Licitatório nº: ____/____. Modalidade: _____. Data: ____/____/____ às ____:____ horas				
CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAIA - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)				
Unidade de Medida - Tipos e Quantidades				
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Quantidade	Salário
	AJUDANTE E OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE (Compatível com Capineiro na CCT)	44h/Sem		
	ENCARREGADO	44h/Sem		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra				
2	Salário estimado do profissional (Salário Normativo da Categoria)			Uberlândia/MG
3	Convenção Coletiva de Trabalho 2026 - (CCT 2026/2026 REG.MTE:MG000523/2026 - SINDEACO X SEAC-MG)			Asseio e Conservação
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Salário AJUDANTE/TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE			
B	Salário ENCARREGADO			
C	Adicional de insalubridade			
D	Adicional de periculosidade			
E	Adicional noturno			
F	Adicional de hora extra			
Total da remuneração				
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS (INSUMOS DE MÃO DE OBRA)				
2	Benefícios mensais e diários (insumos de mão de obra)	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Vale Transporte Urbano Ajudante			
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG			
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário			
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte			
	Desconto de 6% sobre o Salário conforme lei nº 7418, artigo 4º			
B	Vale Transporte Urbano Encarregado			
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG			
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário			
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte			
	Desconto de 6% sobre o Salário conforme lei nº 7418, artigo 4º			
C	Auxílio Alimentação (conforme CCT 2026)			
D	Convênio Odontológico (conforme CCT 2026)			
E	Cartão Cesta Básica (conforme CCT 2026)			
F	Seguro de vida (conforme CCT 2026)			
G	Contribuição Assistencial - Patronal (conforme CCT 2026)			
Total de Benefícios mensais e diários				
MÓDULO 3 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DE MÃO DE OBRA				
3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Camisa manga longa			
B	Calça Jeans			
C	Botina de segurança com bico de ferro EPI			
D	Perneira de segurança contra picada de cobra EPI			
E	Boné tipo árabe EPI			
F	Óculos de Proteção EPI			
G	Luva de Raspa EPI			
Total Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra				

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO "A"			
Grupo A	Encargos Previdenciários e FGTS		Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	Total		

GRUPO "B"			
Grupo B	Encargos Sociais e Trabalhistas + Reposição de Profissional Ausente		Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Férias + 1/3 Adicional de férias		
C	Licença Maternidade		
D	Licença Paternidade		
E	Faltas Legais		
F	Acidente de Trabalho		
G	Aviso Prévio Indenizado		
H	13º Salário Indenizado		
	Subtotal		
I	Incidência do Grupo "A" sobre os itens do Grupo "B"		
	Total		

GRUPO "C"			
Grupo C	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Indenização Adicional - (FGTS)		
C	Indenização - rescisões sem justa causa - (FGTS)		
	Total		

Quadro-resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas			
5	Encargos sociais e trabalhistas		Valor (R\$)
Grupo A	Encargos Previdenciários e FGTS		
Grupo B	Encargos Sociais e Trabalhistas + Reposição de Profissional Ausente		
Grupo C	Provisão para Rescisão		
Total - Encargos sociais e trabalhistas			

MÓDULO 5 - OUTROS INSUMOS DIVERSOS (FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS)				
5	Insumos Diversos - Ferramentas e Equipamentos	Quant.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
5.1	Cavadeira 2 Cabos 1,50m			
5.2	Enxada Larga c/ Cabo			
5.3	Enxada c/ Cabo			
5.4	Alicate (uso em cerca)			
5.5	Foice c/ Cabo			
5.6	Adaptador furadeira para motosserra			
5.7	Motosserra			
5.8	Perfurador de Solo à Gasolina			
5.9	Broca para perfurador de solo			
5.10	Roçadeiras Lateral/Costal à Gasolina			
5.11	Gasolina para Roçadeira e Perfurador de Solo			
5.12	Garrafa térmica			
5.13	Tenda/Barraca de Lona para proteção dos funcionários em			
5.14	Transporte Área Rural (Mensal)			
5.16	Serviços de engenharia			
Total de Insumos Diversos (Ferramentas e Equipamentos)				

RESUMO DOS CUSTOS MENSAIS DOS SERVIÇOS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
	Custos Mensais Vinculados à execução contratual	Valor (R\$)
Módulo 1	Composição da Remuneração	
Módulo 2	Benefícios mensais e diários (insumos de mão de obra)	
Módulo 3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	
Módulo 4	Encargos sociais e trabalhistas	
Total - Mão-de-Obra vinculada à execução contratual		
Módulo 5	Insumos Diversos - Ferramentas e Equipamentos	
Total - Custos Mensais Vinculados à execução contratual		

MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI)				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos Indiretos			
B	Tributos			
B.1	B1. Tributos federais			
	PIS			
	COFINS			
B.2	Tributos Estaduais (ICMS)			
B.3	Tributos Municipais (ISS)			
B.4	Optante pelo SIMPLES Nacional (% legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)			
B.5	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS			
B.6	Outros tributos (especificar)			
C	Lucro			
Total - Custos Indiretos, Tributos e Lucro (BDI)				

Fator Tributário	
------------------	--

RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTO E FORMAÇÃO DO PREÇO				
Resumo - Do Custo e Do Preço				Valor (R\$)
Módulo 1	Composição da Remuneração			
Módulo 2	Benefícios mensais e diários (insumos de mão de obra)			
Módulo 3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra			
Módulo 4	Encargos sociais e trabalhistas			
Módulo 5	Insumos Diversos - Ferramentas e Equipamentos			
	CUSTO MENSAL			
Módulo 6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
	PREÇO MENSAL			
	Quantidade Funcionários Estimados Mensal	Equipe 1		Total
	Ajudantes/Trabalhadores Rurais Polivalentes-->>			
	Encarregados-->>			
	Soma==>>			

RESUMO VALOR UNITÁRIO		CUSTO R\$	PREÇO R\$
A	Produtividade Estimada Mensal (metros/lineares de cerca para 01 Equipe)		
B	Valor por metro/linear de construção de cerca paraguaia (Estimado)		

Observações:

Itens Componentes do BDI:	%	Grupo	%
Administração Central (AC)		Despesas Indiretas	
Custo Financeiro (CF)			
Seguro (S)			
Garantias (G)			
Margem de Incerteza (MI)			
Tributos Municipais (ISS)		Impostos	
Optante pelo SIMPLES Nacional (% legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)			
Tributos Federais (PIS)			
Tributos Federais (Cofins)			
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS			
Lucro*		= Lucro Líquido + (IR+CS)	

*Tributos (IR+CSLL) não repassáveis à administração pública.

Fórmula para integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2):

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

COMPOSIÇÕES DIVERSAS
CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAIA - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)

LEVANTAMENTO EPI

Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Camisa de manga longa	Unid.								
Calça Jeans	Unid.								
Botina de segurança com bico de ferro EPI	Par								
Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	Par								
Bonê tipo árabe EPI	Unid.								
Óculos de proteção EPI	Unid.								
Luva de raspa EPI	Par								
Soma									
Quantidade de funcionários									
Custo por funcionário (mês)									

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação	Custo Unitário
Cavadeira 2 cabos 1.50m	Unid.								
Enxada larga c/ cabo	Unid.								
Enxada c/ cabo	Unid.								
Alicate (uso em cerca)	Unid.								
Foice c/ cabo	Unid.								
Adaptador furadeira para motosserra	Unid.								
Motosserra a gasolina	Unid.								
Perfurador de Solo à Gasolina	Unid.								
Broca para perfurador de solo	Unid.								
Roçadeira Lateral/Costal à Gasolina	Unid.								
Gasolina para Roçadeira e Perfurador de Solo	Unid.								
Garrafa térmica	Unid.								
Tenda/Barraca de lona para proteção dos funcionários em campo (alimentação e descanso)	Unid.								
Soma									
Quantidade de funcionários									
Custo por funcionário (mês)									

TRANSPORTE ÁREA RURAL

Veículo caminhão com módulo passageiro (considerado para cálculo: caminhão ano 2021 VW 9-170 delivery 4x2 2p)	Valor caminhão com módulo passageiro		
	Depreciação anual		
	Depreciação mensal		
Combustível - Diesel	DMT - Médio (em km) - Conforme o Termo de Referência		
	Dias / Mês - Trabalho		
	Kilometragem / Mês		
	Média consumo km/litro		
	Consumo - Combustível diesel (em litros)		
Manutenção - veículo caminhão com módulo passageiro (incluso manutenção corretiva, preventiva e preditiva)	Valor litro combustível diesel		
	Valor caminhão com módulo passageiro		
	Manutenção mensal		
Custo mensal transporte área rural			

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

	Quantidade	Valor Unitário	Total
Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706			

SEGURO DE VIDA

Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Mensal 1	Custo Mensal 2	Custo Mensal 3	Custo Mensal Médio	Custo Mensal Total
Seguro de vida	Unid.						

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

CONSTRUÇÃO DE CERCA PARAGUAIA - PROGRAMA BURITI (ANO 2026)

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL COM BDI (R\$)	ANO 2026			
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4
1	Construção de 10.000 metros lineares de cerca paraguaia em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da bacia do Rio Uberabinha.					

PERCENTUAL MENSAL:				
VALOR MENSAL:				
PERCENTUAL ACUMULADO:				
VALOR ACUMULADO:				

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

MANUTENÇÃO DO PLANTIO DE MUDAS - PROGRAMA BURITI DMAE

DESCRIÇÃO
DO OBJETO:

Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.

LOCAL: Zona rural de Uberlândia/MG (PROGRAMA BURITI - DMAE)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	BDI	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Manutenção em plantio de mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, que foram utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014, Lei nº 12.736/2017 e Lei 14.405/2025.	Unid.	45.000					
TOTAL								

TOTAL SEM DBI/LDI	
BDI/LDI	
TOTAL COM DBI/LDI	

PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Conforme determinado pela Lei Federal nº 14.133/2021, em seus dispositivos aplicáveis à formação de preços, complementada pela Lei Municipal nº 8.013, de 24/04/2002, e pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, "Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços"

DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO

Processo Licitatório nº: ____ / ____ . Modalidade: _____			Data: ____ / ____ / ____ às ____ : ____ horas		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano): ____ / ____ / ____				
B	Município/UF: _____				Uberlândia/MG
C	Ano do acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo: _____				
D	Número de meses de execução contratual: _____				

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO - Unidade de Medida, Tipos e Quantidades

Tipo de Serviço:		Unidade de Medida	Quantidade	Salário Normativo da Categoria
CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE		220h/mês		
ENCARREGADO DE CAMPO		220h/mês		

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas):	Plantio de Mudas - Zona Rural
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual):	Sindicato Asseio e Conservação (SINDEACO)
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano):	
6	Convenção Coletiva de Trabalho 2026 - (CCT 2026/2026 REG.MTE:MG000523/2026 - SINDEACO X SEAC-MG)	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Salário Base - CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL			
B	Salário Base - ENCARREGADO DE CAMPO			
C	Adicional de insalubridade			
D	Adicional de periculosidade			
E	Adicional noturno			
F	Adicional de hora extra			
	Total - Composição da Remuneração			

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS (INSUMOS DE MÃO DE OBRA)

2	Benefícios mensais e diários (insumos e mão de obra)	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Vale Transporte Urbano - CAPINEIRO E/OU TRABALHADOR RURAL POLIVALENTE			
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG			
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário			
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte			
	Desconto de 6% sobre o salário conforme lei nº 7418, artigo 4º			
B	Vale Transporte Urbano - ENCARREGADO DE CAMPO			
	Valor do Vale Transporte em Uberlândia/MG			
	Quantidade Vale Transporte fornecido diariamente ao funcionário			
	Quantidade de dias no mês que funcionário recebe vale transporte			
	Desconto de 6% sobre o salário conforme lei nº 7418, artigo 4º			
C	Transporte Área Rural			
D	Auxílio Alimentação (conforme CCT 2026)			
E	Cartão Cesta Básica (conforme CCT 2026)			
F	Assistência Médica e Familiar			
G	Seguro de vida, invalidez e morte (conforme CCT 2026)			
H	Convênio Odontológico (conforme CCT 2026)			
I	Contribuição Assistencial - Patronal (conforme CCT 2026)			
J	Outros (especificar)			
	Total - Benefícios mensais e diários			

MÓDULO 3 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DE MÃO DE OBRA				
3	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Camisa de manga longa			
B	Calça Jeans			
C	Botina de segurança com bico de ferro EPI			
D	Perneira de segurança contra picada de cobra EPI			
E	Boné tipo árabe EPI			
F	Óculos de proteção EPI			
G	Luva de raspa EPI			
	Total - Insumos diversos			

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO "A"			
Grupo A	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	Total		

GRUPO "B"			
Grupo B	Encargos Sociais e Trabalhistas + Reposição de Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Férias + 1/3 adicional de férias		
C	Licença maternidade		
D	Licença paternidade		
E	Faltas legais		
F	Acidente de trabalho		
G	Aviso prévio indenizado		
H	13º Salário indenizado		
	Subtotal		
I	Incidência do Grupo "A" sobre os itens do Grupo "B"		
	Total		

GRUPO "C"			
Grupo C	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
B.1	Indenização - rescisões sem justa causa (multa FGTS 40%)		
	Total		

Quadro-resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas			
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
Grupo A	Encargos previdenciários e FGTS		
Grupo B	Encargos sociais e trabalhistas + Reposição de profissional ausente		
Grupo C	Provisão para rescisão		
	Total		

RESUMO DA MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Remuneração + Benefícios + Insumos Diversos + Encargos sociais e trabalhistas		
	Mão de obra vinculada à execução contratual	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição da remuneração	
2	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	
3	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	
	Total	

MÓDULO 5 - OUTROS INSUMOS DIVERSOS + FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS				
5	Insumos diversos - Ferramentas e equipamentos	Quant.	Vr. Unitário	Total (R\$)
A	Cavadeira 2 cabos 1.50m			
B	Enxada larga c/ cabo			
C	Enxada c/ cabo			
D	Tesouras de poda cabo madeira			
E	roçadeira			
F	Lima para amolar ferramentas			
G	Carrinho de mão metal galvanizado			
H	Garrafa D'Água 5 litros			
I	Bombona 100 Litros			
I	Barraca de lona (refeitório e descanso)			
J	Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706			
	Total - Outros Insumos diversos + Ferramentas e equipamentos			

RESUMO DOS CUSTOS MENSIS VINCULADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
	Custos mensais vinculados à execução contratual	Total (R\$)
1	Módulo 1 - Composição da remuneração	
2	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	
3	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	
5	Módulo 5 - Outros insumos diversos + Ferramentas e equipamentos	
	Total	

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI/LDI)				
6	Custos indiretos, tributos e lucro	Base de Cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos			
B	Lucro			
C	Tributos			
C.1	B1 . Tributos federais (PIS 0.65% e COFINS 3.00%)			
	PIS			
	COFINS			
C.2	Tributos estaduais (ICMS)			
C.3	Tributos municipais (ISS)			
C.4	Optante pelo SIMPLES NACIONAL (% legal definida nos Anexos da Lei 123/2006)			
C.5	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - INSS			
C.6	Outros tributos (especificar)			
	Total	BDI=		
			Fator tributário	

RESUMO DE CUSTO E FORMAÇÃO DO PREÇO		
Resumo - do custo e do preço		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	
B	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	
C	Módulo 3 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de Mão de Obra	
D	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	
E	Módulo 5 - Outros insumos diversos + Ferramentas e equipamentos	
F	Subtotal (A+B+C+D)	
G	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro (BDI/LDI)	
H	Valor total (MENSAL)	
I	Quantidade estimada - Manutenção do plantio de mudas por trabalhador/mês	
J	Quantidade estimada - Manutenção do plantio de mudas pela equipe/mês	
K	Custo unitário - Manutenção do plantio de mudas nativas plantadas	
L	Preço unitário - Manutenção do plantio de mudas nativas plantadas	

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI/LDI) - SERVIÇOS

Objeto:

Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.

Itens Componentes do BDI	%	Grupo	%
Administração Central da contratada (AC)		Despesas Indiretas	
Custo Financeiro (CF)			
Seguro (S)			
Garantias (G)			
Margem de Incerteza (MI)			
Lucro		= Lucro Líquido + (IR + CS)	
Tributos Municipais (ISS)		Impostos	
Optante pelo SIMPLES NACIONAL (% legal definida nos Anexos da Lei 123/2006)			
Tributos Federais (PIS)			
Tributos Federais (CONFINS)			
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta			

BDI sobre o custo total direto

Fórmula para Integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acordão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2)

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

COMPOSIÇÕES DIVERSAS

Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.

LEVANTAMENTO EPI									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Camisa de manga longa	Unid.								
Calça Jeans	Unid.								
Botina de segurança com bico de ferro EPI	Par								
Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	Par								
Bonê tipo árabe EPI	Unid.								
Óculos de proteção EPI	Unid.								
Luva de raspa EPI	Par								
Quantidade de funcionários									
Custo por funcionário (mês)									

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS									
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Cavadeira 2 cabos 1.50m	Unid.								
Enxada larga c/ cabo	Unid.								
Enxadão c/ cabo	Unid.								
Tesouras de poda cabo madeira	Unid.								
Roçadeira	Unid.								
Lima para amolar ferramentas	Unid.								
Carrinho de mão metal galvanizado	Unid.								
Garrafa D'Água 5 litros	Unid.								
Bombona (tambor) 100 Litros	Unid.								
Tenda/Barraca de lona (refeitório e descanso)	Unid.								
Soma									
Quantidade de funcionários									
Custo por funcionário (mês)									

TRANSPORTE ÁREA RURAL			
Veículo caminhão com módulo passageiro (considerado para cálculo: caminhão ano 2021 VW 9.170)	Valor caminhão com módulo passageiro		
	Depreciação anual		
	Depreciação mensal		
Combustível - Diesel	DMT - Médio (em km) - Conforme o Termo de Referência		
	Dias / Mês - Trabalhado		
	Kilometragem / Mês		
	Média consumo km/litro		
	Consumo - Combustível diesel (em litros)		
	Valor litro combustível diesel		
Manutenção - veículo caminhão com módulo passageiro (incluso manutenção corretiva, preventiva e preditiva)	Valor caminhão com módulo passageiro		
	Manutenção mensal		
Custo mensal transporte área rural			

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA			
	Quantidade	Valor Unitário	Total
Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706			

SEGURO DE VIDA						
Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Mensal 1	Custo Mensal 2	Custo Mensal 3	Custo Mensal Médio
Seguro de vida	Unid.					

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Objeto: Contratação de empresa para realização de 03 (três) manutenções nos plantios realizados, em nas Áreas de Preservação Permanente situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, as quais consiste em: capina com enxada, roçada em área geral, adubação, controle de pragas e replantio, caso necessário. A primeira manutenção será realizada em março e abril de 2027 em 15.000 mudas que serão plantadas no final de 2026. A segunda manutenção será realizada em novembro e dezembro de 2027 em 15.000 mudas. A terceira manutenção será realizada em março e abril de 2028 em 15.000 mudas. Totalizando nas 03 (três) manutenções 45.000 mudas.

Local: Zona Rural de Uberlândia/MG
(PROGRAMA BURITI - DMAE)

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR COM BDI (R\$)	DURAÇÃO		
			PRIMEIRA MANUTENÇÃO - 15.000 mudas (MARÇO E ABRIL/2027)	SEGUNDA MANUTENÇÃO - 15.000 mudas (NOVEMBRO E DEZEMBRO/2027)	TERCEIRA MANUTENÇÃO - 15.000 mudas (MARÇO E ABRIL/2028)
1	Manutenção em plantio de mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, que foram utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025.				

PERCENTUAL			
VALOR			
PERCENTUAL ACUMULADO			
VALOR ACUMULADO			

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

PLANTIO DE MUDAS - PROGRAMA BURITI

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari.

LOCAL: Zona rural de Uberlândia/MG (PROGRAMA BURITI - DMAE)

Data de consolidação do orçamento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	BDI	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, aletrada pelas Leis nº 11.806/2014, Lei 12.736, de 10 de julho de 2017 e Lei 14.405/2025.	Unid.	15000					
TOTAL								

TOTAL SEM DBI/LDI	
BDI/LDI	
TOTAL COM BDI/LDI	

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI/LDI) - SERVIÇOS

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari.

Itens Componentes do BDI	%	Grupo	%
Administração Central da contratada (AC)		Despesas Indiretas	
Custo Financeiro (CF)			
Seguro (S)			
Garantias (G)			
Margem de Incerteza (MI)			
Lucro		= Lucro Líquido + (IR + CS)	
Tributos Municipais (ISS)		Impostos	
Optante pelo SIMPLES NACIONAL (% legal definida nos Anexos da Lei 123/2006)			
Tributos Federais (PIS)			
Tributos Federais (CONFINS)			
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - INSS			

BDI sobre o custo total direto

Fórmula para Integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2)

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

COMPOSIÇÕES DIVERSAS

Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas nas Bacias Hidrográficas dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguaçu.

LEVANTAMENTO EPI

Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Camisa de manga longa	Unid.								
Calça Jeans	Unid.								
Botina de segurança com bico de ferro EPI	Par								
Perneira de segurança contra picada de cobra EPI	Par								
Bonê tipo árabe EPI	Unid.								
Óculos de proteção EPI	Unid.								
Luva de raspa EPI	Par								
Soma									
Quantidade de funcionários									
Custo por funcionário (mês)									

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

Descrição	Unidade	Quantidade	Custo 1	Custo 2	Custo 3	Custo Médio	Custo Total	Depreciação (meses)	Custo Unitário (mensal)
Cavadeira 2 cabos 1.50m	Unid.								
Enxada larga c/ cabo	Unid.								
Enxadão c/ cabo	Unid.								
Tesouras de poda cabo madeira	Unid.								
Roçadeira	Unid.								
Lima para amolar ferramentas	Unid.								
Carrinho de mão metal galvanizado	Unid.								
Garrafa D'Água 5 litros	Unid.								
Bombona (tambor) 100 Litros	Unid.								
Tenda / Barraca de lona (refeitório e descanso)	Unid.								
Soma									
Quantidade de funcionários									
Custo por funcionário (mês)									

TRANSPORTE ÁREA RURAL

TRANSPORTE ÁREA RURAL				
Veículo caminhão com módulo passageiro (considerado para cálculo: caminhão ano 2021 VW 9.170)	Valor caminhão com módulo passageiro			
	Depreciação anual			
	Depreciação mensal			
Combustível - Diesel	DMT - Médio (em km) - Conforme o Termo de Referência			
	Dias / Mês - Trabalho			
	Kilometragem / Mês			
	Média consumo km/litro			
	Consumo - Combustível diesel (em litros)			
	Valor litro combustível diesel			
Manutenção - veículo caminhão com módulo passageiro (incluso manutenção corretiva, preventiva e preditiva)	Valor caminhão com módulo passageiro			
	Manutenção mensal			
	Custo mensal transporte área rural			

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

	Quantidade	Valor Unitário	Total
Serviços Técnicos de Engenharia (horas/mês). Fonte: SINAPI NÃO DESONERADO MG FEV/26 - Código Sinapi 2706			

SEGURO DE VIDA

Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Mensal 1	Custo Mensal 2	Custo Mensal 3	Custo Mensal Médio	Custo Mensal Total
Seguro de vida	Unid.						

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari.

Local: Zona Rural de Uberlândia/MG (PROGRAMA BURITI - DMAE)

Item	Descrição	Valor com BDI (R\$)	Duração	
			Mês 1	Mês 2
1	Fornecimento de mão-de-obra para plantio de 15.000 mudas de espécies nativas do cerrado típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti. As mudas serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, que necessitam de recomposição situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pelas Leis nº 11.806/2014, Lei 12.736, de 10 de julho de 2017 e Lei 14.405/2025.			

PERCENTUAL MENSAL		
VALOR MENSAL		
PERCENTUAL ACUMULADO		
VALOR ACUMULADO		

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente deste processo licitatório, instaurado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, que:

1- Aceitamos plena, total e expressamente os termos e condições do Edital, em todas as fases da licitação, e ainda assumimos inteira responsabilidade pela veracidade de cada um dos documentos apresentados, como também pela anuência das declarações na fase do credenciamento específico para este pregão, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

2 - Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

3 - Estamos cientes que o DMAE procederá à fiscalização da entrega dos itens, em caso de rejeição, os mesmos serão substituídos às custas da contratada;

4 – Manteremos a proposta pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de apresentação da proposta, sob pena das sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores*;

5 - Que se vencedora da licitação, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados, por seus empregados, eximindo o DMAE de quaisquer reclamações e indenizações, sendo de sua total responsabilidade cível o ressarcimento público, danos que vier a causar ao patrimônio público;

6 - Submetemo-nos às condições de faturamento, pagamento e outros conforme definido no Termo de Referência;

7-Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na **Lei n. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor**, enquanto fornecedora do equipamento sem prejuízo das demais legislações vigentes;

8 - O licitante concorda que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos **arts. 5º inc. XII, 7º inc. I, 11 e 14 da Lei 13.709/2018** às quais se submeterão para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Assinatura da licitante:	Data:
Nome:	RG/CPF:

DADOS BANCÁRIOS

Os dados bancários para efeito de pagamento deverão ser da licitante inscrita no CNPJ/MF e endereço fornecido na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos.

Banco	Código Banco
Agência	Conta Corrente
Operação (se na Caixa)	Corrente/Poupança

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Dados para identificação do(s) representante(s) legal(ais) da empresa que assinará(ão) o termo de Contrato, conforme consta no Contrato Social ou Procuração (se for anexar a mesma), caso esta empresa seja a vencedora do referido certame licitatório. O termo de Contrato incluirá apenas o nome completo e cargo do representante legal.

Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	

Nome Arquivo: 4 ANEXOS 03 e 04 - Relatório, Planilhas e Proposta.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 20/05/2026 16:57:29

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 21/05/2026 15:27:44



20261361585NEC/PAG

ANEXO 05

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E
_____.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026

CONTRATO Nº

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO

1.1 - CONTRATANTE: Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, com sede nesta cidade de Uberlândia, na Avenida Rondon Pacheco nº 6400, Bairro Tibery, inscrito no CNPJ sob nº 25.769.548/0001-21, neste ato representado pelo **Diretor-Geral, Rodrigo Sávio Couto de Lacerda** (no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025, pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e alterações posteriores) e pela **Diretora de Meio Ambiente Sustentabilidade, Maria do Rosário dos Reis** (no uso de suas atribuições legais por nomeação em Portaria nº 390 de 16 de junho de 2023, publicada no DOM nº 6640 de 28 de junho de 2023), ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.

1.2 – CONTRATADO:

1.3 – FUNDAMENTO: A presente contratação decorre da Licitação Pregão Eletrônico nº 080/2026, homologada em _____, fundamentada na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, bem como pelas disposições contidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PREÇOS

2.1 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de construção de cerca paraguaia, plantio de mudas de espécies nativas do cerrado e manutenção de plantio de mudas** em Áreas de Preservação Permanentes (APP) situadas à montante da captação nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha, a serem executados com predominância de mão de obra, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.2 - Objeto da contratação:

Item	Qtd	Und	Descrição Item	Valor Unit.	Valor total
01	10.000	Metros Lineares	Serviço de construção de CERCA PARAGUAIA em Áreas de Preservação Permanente (APP), nas propriedades rurais aderidas ao Programa Buriti – DMAE à montante das captações de abastecimento público nas bacias do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari e a jusante da captação na bacia do Rio Uberabinha. Os serviços serão realizados no período da seca e incluem: roçada operacional, instalação de postes/esticadores com reforços estruturais, passagem e tensionamento de fios, estruturas especiais (porteiras, tronqueiras,		

			corredores e similares) e tratamento de terreno pedregoso/saprolito/laje (inclusive concretagem pontual). Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal por metros lineares atestados. Esse serviço deverá ser executado entre junho a outubro de 2026. Conforme Termo de Referência.		
02	1	MO	Serviço de PLANTIO DE MUDAS . Espécies nativas do cerrado, mão de obra para plantio de 15000 mudas nativas do bioma cerrado, de outubro a novembro de 2026, visando a recuperação de áreas de preservação permanente (app) em estado de degradação. Programa buriti lei nº 10.066/2008. Alterada pelas leis nº 11806/2014, 12736/2017 e 14.405/2025. O serviço compreenderá diversas etapas sequenciais, iniciando com a roçagem mecânica da área e o coroamento manual com diâmetro mínimo de 1,0 metro. Em seguida, será feito o coveamento nas dimensões de 0,3 m x 0,3 m x 0,3 m, a calagem e a adubação de plantio. Para garantir o pegamento, será adicionado gel hidratado na cova, seguido do plantio cuidadoso da muda e da realização do controle de pragas (formigas cortadeiras) utilizando formicida granulado. Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO). Esse serviço deverá ser executado em outubro e novembro de 2026. Conforme Termo de Referência.		
03	1	MO	Serviço de MANUTENÇÃO EM PLANTIO , totalizando 30.000 unidades de intervenção, correspondente à execução de 02 etapas completas de manutenção sobre o lote de 15.000 mudas plantadas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, a serem plantadas no final de 2026, que serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025. O serviço de manutenção tem por objetivo assegurar o estabelecimento e o desenvolvimento das mudas plantadas. As atividades incluem a capina com enxada em torno de cada muda (coroamento com diâmetro mínimo de 1,0 m), adubação de cobertura, e o controle de pragas com formicida granulado. Dependendo da etapa cronograma, também serão executadas a roçada geral mecânica da área plantada e o replantio de até 25% das mudas que não vingarem no plantio. Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO). Esse serviço deverá ser executado em março e abril de 2027 e novembro e dezembro de 2027. Conforme Termo de Referência.		
04	1	MO	Serviço de MANUTENÇÃO EM PLANTIO , totalizando 15.000 unidades de intervenção, correspondente à execução de 01 etapa completa de manutenção sobre o lote de 15.000 mudas plantadas de espécies nativas do cerrado, típicas das microbacias de atuação do Programa Buriti, que serão plantadas no final de 2026, que serão utilizadas na revegetação de Áreas de Preservação Permanente, situadas na Bacia Hidrográfica dos Rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, conforme Lei nº 10.066/2008, alterada pela Lei nº 11.806/2014 e pela Lei nº 12.736/2017, e Lei 14.405/2025. O serviço de manutenção tem por objetivo assegurar o estabelecimento e o desenvolvimento das mudas plantadas. As atividades incluem a capina com enxada em torno de cada muda (coroamento com diâmetro mínimo de 1,0 m), adubação de cobertura, e o controle de pragas com formicida granulado. Dependendo da etapa cronograma, também serão executadas a roçada		

		<p>geral mecânica da área plantada e o replantio de até 25% das mudas que não vingarem no plantio. Execução em frentes de trabalho rurais com equipe mínima de 5 funcionários. Medição mensal proporcional à quantidade de mudas efetivamente atestadas no período, calculada como fração (percentual) do valor global do pacote de Mão de Obra (MO). Esse serviço deverá ser executado em março e abril de 2028.</p> <p>Conforme Termo de Referência.</p>		
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

2.2.1 - Planilhas Orçamentárias, Composição de Custos, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e demais planilhas conforme proposta da contratada, anexa a este contrato.

2.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 - Termo de referência da requisição Nº 783, 1355, 1363 e 1364/2026;

2.3.2 - O Edital da Licitação;

2.3.3 - A Proposta da contratada;

2.3.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.4 - Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

2.5 - O valor total/global estimado da contratação de R\$ (...).

2.6 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.7 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2028, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

3.1.1 - Em se tratando de contratação que estabeleça a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.1.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostilamento.

3.1.3 - Os casos de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão de contrato deverão ser devidamente formalizados e motivados através de Termo de Suspensão indicando a data de suspensão do cronograma de execução.

3.2 - A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.2.1 - A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 – O regime de execução contratual, condições de entrega, os modelos de gestão e fiscalização do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento e demais condições referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2 – Poderá haver retenção na fonte do Imposto de Renda - IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

6.3 – As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da consolidação do orçamento estimado, qual seja, em **09/04/2026**.

7.2 - Os preços iniciais serão reajustados, mediante critérios estabelecidos no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocorrerá a modificação da data-base definida na cláusula 7.1 deste instrumento, passando a mesma a coincidir com a data da revisão do preço, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento definido no Termo de Referência, caso solicitado pelo contratado, poderá o contratante pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 - O reajuste será realizado, em regra, por apostilamento.

7.9 - A decisão sobre o pedido de reajustamento deve ser proferida no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da solicitação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 - Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1 - Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

8.1.10 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 - Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

9.1.1.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

9.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do

contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.7 - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

9.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9.1 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

9.1.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.1.11.1 - Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

9.1.12 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.13 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

9.1.16 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

9.2 – Demais **OBRIGAÇÕES ESPECIAIS** estão dispostas no Termo de Referência, itens **8.35 a 8.37**.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10.2 - No caso de seguro garantia, a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.1 - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.4 deste contrato.

10.3 - Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.4 - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.5 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.5.1 - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.5.2 - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

10.5.3 - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.6 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.5, observada a legislação que rege a matéria.

10.7 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, por meio da aplicação da(s) taxas positivas (ou negativas) de variação mensal acumulada(s) do INPC/IBGE, ou fração da mesma, considerando que a taxa do mês anterior corrige preços para o mês seguinte

10.8 - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.9 - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12 - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.12.1 - O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

10.12.2 - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.13 - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.14 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

10.15 - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.16 - Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, quando estabelecidas no Termo de Referência, deve ser mantida a garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica.

10.16.1 - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

11.2 - Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto nº 20.154, de 2023.

11.3 - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

11.4 - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 137 do Decreto nº 20.154, de 2023, caso não tenham sido estabelecidas outras hipóteses de multa no Termo de Referência.

11.5 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

11.5.1 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

11.6 - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.7 - As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.8 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1 - Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 - Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 - Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 - De indenizações e multas.

12.4 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, na seguinte dotação orçamentária: **17.01.17.512.0018.4.049.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Diretoria Meio Ambiente e Sustentabilidade.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

14.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando à segurança, à proteção, à confidencialidade e ao sigilo de toda informação, dados pessoais e ou base de dados a que se tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidente, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3 - A Contratada deve assegurar-se de que seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços, que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e ou conhecimento da informação e ou dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto neste instrumento contratual.

14.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto neste instrumento contratual.

14.6 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e ou base de dados.

14.7 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e ou sanções que possam incidir em razão das hipóteses descritas no subitem anterior.

14.8 - A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após a execução do objeto deste Contrato, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.9 - O dever de proteção, sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula/item permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços.

14.10 - O não cumprimento de qualquer das obrigações descritas nesta cláusula/item sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações administrativas, cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

15.1 - Cláusula Anticorrupção: A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, em especial a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, tanto por si quanto por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

15.2 - As partes do contrato comprometem-se a manter uma conduta ética, honesta e transparente durante toda vigência do contrato.

15.3 - A Contratada assume as seguintes obrigações:

a) Não oferecer ou prometer vantagens indevidas a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, com o intuito de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

c) Não empregar trabalho escravo ou infantil, salvo nos casos legalmente admitidos;

d) Participar de treinamentos oferecidos pela Contratante relacionados à lei anticorrupção ou políticas internas de integridade.

15.4 - A Contratada tem a obrigação de comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 - Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

19.1 - As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei 14.063 de 23 de setembro de 2020, fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas. A data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital ocorrer.

19.2 - E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1 - Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Nome Arquivo: 5 ANEXO 05 - Minuta.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 20/05/2026 16:57:29

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 21/05/2026 15:27:44



20261361585NEC/PAG

Vistado de forma eletrônica por:

MORONY MARTINS OLIVEIRA - ENGENHEIRO AGRONOMO
DMAE-DEP. MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
MAT.3172-0
Data: 20/05/2026 15:47:49



20261361585NEC/PAG